



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

Jaciara Gomes Raposo

**Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico:
Gestão Social Comunitária e Desenvolvimento Local**

JOÃO PESSOA
2014

Jaciara Gomes Raposo

**Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico:
Gestão Social Comunitária e Desenvolvimento Local**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Aprendizagem em Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria

JOÃO PESSOA

2014

R219b Raposo, Jaciara Gomes.

Banco Comunitário de Desenvolvimento

Jardim Botânico: gestão social comunitária para o

desenvolvimento local / Jaciara Gomes Raposo.--

João Pessoa, 2014.

140f. : il.

Orientador: Mauricio Sardá de Faria

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/CCSA

1. Gestão organizacional. 2. Bancos

comunitários. 3. Gestão social comunitária. 4.

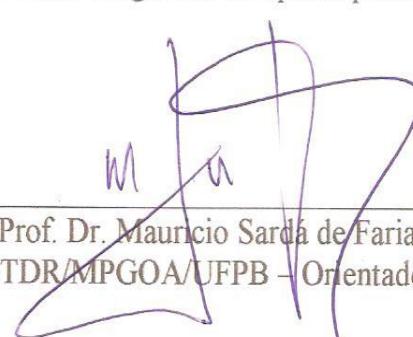
Desenvolvimento territorial. 5. Economia solidária.

UFPB/BC

CDU: 334:658(043)

Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: Gestão Social Comunitária e Desenvolvimento Local

Dissertação, apresentada por JACIARA GOMES RAPOSO em 29/09/2014 ao Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (MPGOA-UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Organizações Aprendentes e submetida à Comissão Julgadora composta pelos membros:


Prof. Dr. Mauricio Sardá de Faria
CTDR/MPGOA/UFPB – Orientador


Profa. Dra. Emilia Maria Trindade Prestes
MPGOA/UFPB – Avaliadora Interna


Profa. Dra. Rejane Gomes Carvalho

DE/CCSA /UFPB – Avaliadora Externa


Prof.. Dr. Genauto Carvalho de França Filho
EAUFB / Ciags /UFBA – Avaliador Externo

Profa. Dra. Maria Gorete Queiroga de Figueiredo
MPGOA/UFPB – Avaliadora Interna (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Confesso ficar apreensiva diante de uma folha em branco que necessita ser escrita, julgo não ter o talento que gostaria para escrever, porém, o esforço e a determinação me acompanham.

Acredito que palavras tem vida quando faladas e escritas, e que são inspiradas por fatos e pessoas que se ligam a nós no cotidiano de experiências que fazem a vida intensamente interessante. E neste trabalho não foi diferente, todos que me rodeiam contribuíram de alguma maneira e estão presentes nos resultados compartilhados.

Agradeço a todos que estiveram e estão comigo, que me proporcionaram e proporcionam aprendizados e experiências que deixaram em mim um pouco, que compõe o todo que eu sou.

Faço minhas, as palavras de Gonzaguinha, em sua música Caminhos do Coração de 1982, que ouvi quando criança e me fez ter mais atenção em quem passava pela minha vida e a valorizar o que se vive.

[...] E aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense que está[...].

Eu entendo e sinto, que sou um pouco de tanta gente aonde quer que eu vá.

E aqui comento um pouco de mim...

Dedico este trabalho ao meu filho
Joaquim para que ele possa viver em uma
sociedade melhor e mais justa.

Todos os seres humanos são atores - porque atuam - e espectadores - porque observam. Desde que somos concebidos, necessitamos nos expandir: para dentro e para fora. Para fora, buscando um território que seja maior do que o volume do nosso corpo- a casa, o jardim. Para dentro, a poesia. Todas as poesias. Para fora a terra firme. Para dentro, o saber e a busca.

Augusto Boal

Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há também quem garanta que nem todas, só as de *verão*. No fundo, isto não tem muita importância. O que interessa mesmo não é a noite em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado". (Sonho de uma Noite de Verão) .

William Shakespeare

Quando se sonha sozinho é apenas uma sonho . Quando se sonha juntos é o começo da realidade.

Miguel de Cervantes

Ninguém supera a pobreza sozinho, nem se não quiser superar.

Paul Singer

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de construção social em curso da experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico e da Moeda Social Orquídea, na Comunidade São Rafael em João Pessoa/PB, e como são constituídos os mecanismos de gestão social comunitária desta iniciativa de apoio e fomento ao desenvolvimento local. Os bancos comunitários de desenvolvimento estão compreendidos no campo das finanças solidárias, enquanto formas de organização coletivas de apoio mútuo que visam garantir o acesso ao crédito e estimular o desenvolvimento em comunidades empobrecidas através da organização da economia local, gerando novas interações socioeconômicas e a construção de uma nova realidade. Abordaremos o arranjo institucional construído pela comunidade, a gestão social, as ações realizadas, os instrumentos utilizados para a promoção do desenvolvimento na comunidade. Trata-se de um estudo de caso, com característica qualitativa, descritiva e exploratória, através do qual procuramos contribuir para a compreensão das experiências de bancos comunitários de desenvolvimento no país.

Palavras-chave: Bancos comunitários. Gestão social comunitária. Desenvolvimento Territorial. Economia Solidária

ABSTRACT

This work makes an analysis of the process of the social preparation of the Jardim Botânico Community Bank and of its social currency called the *orquídea* (orchid) in the community of São Rafael, a poor neighborhood in João Pessoa, Brazil, and of how the mechanisms of social community administration of this initiative of support and fomentation of local development are built. The community development banks belong to the field of solidarity finance as collective forms of organization of mutual aid which aim at guaranteeing access to credit and stimulating development in impoverished communities through the organization of the local economy generating new socio-economic interaction and building a new reality. We shall approach the institutional arrangement created by the community, the social management, the activities carried out, and the instruments utilized for promoting development in the community. It is a question of a qualitative, descriptive and exploratory case study through which we try to make a contribution to the understanding of the community development banks in the country.

Key words: community banks. social community management. territorial development. solidarity economics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Campo da economia solidária no Brasil.....	35
Figura 2: Cédula moeda social Palmas.....	48
Figura 3: Cédula moeda social Qualquer.....	50
Figura 4: Cédula moeda social Timba.....	51
Figura 5: Cédula moeda social Cocal.....	53
Figura 6: Moeda social eletrônica/ Cartão magnético.....	54
Figura 7: Dimensões do desenvolvimento sustentável.....	80
Figura 8: Prioridades da Política de Economia Solidária.....	83
Figura 9: Liberdades para o desenvolvimento.....	85
Figura 10: Eixos ações dos BCDs para a promoção de liberdades e desenvolvimento.....	88
Figura 11: Logomarca do Banco Jardim Botânico.....	99
Figura 12: Cédulas moeda social Orquídea.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Práticas de finanças solidárias	42
Quadro 2: Principais conceitos do Banco Comunitário de Desenvolvimento.....	56
Quadro 3: Modalidades de serviços financeiros solidários.....	59
Quadro 4: Cronograma de implantação do Banco Comunitário Jardim Botânico (BCDJB).....	97
Quadro 5: Cargo e funções internas do Banco Comunitário de Desenvolvimento.....	107
Quadro 6: Componentes do conselho gestor do BCDJB.....	108
Quadro 7: Quantidade e valor da moeda social Orquídea em circulação (Valores em 03/09/014).....	109
Quadro 8: Serviços financeiros solidários oferecidos pelo Banco Jardim Botânico.....	115
Quadro 9: Serviços de organização local desempenhados pelo Banco Comunitário Jardim Botânico.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BCDSJB	Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico
ECOSOL	Economia Solidária
INCUBES	Incubadora de Empreendimento Solidário
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial
UFC	Universidade Federal do Ceará
ITEPS	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFBA	Universidade Federal da Bahia
NESOL	Núcleo de Estudo em Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
CPCC	Centro Popular de Cultura e Comunicação
M.T E	Ministério do Trabalho e do Emprego
CMMAD	Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
EES	Empreendimento Econômico Solidário
ONGs	Organizações não Governamentais
CGN	Comissão Gestora Nacional
SIES	Sistema de Informações de Economia Solidária
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
MST	Movimento Sem Terra
ITCPs	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário/ Central Única dos Trabalhadores
EBE	Entidade Beneficente Evangélica,
AMCSR	Associação de moradores,
AMAZONA	Associação de Prevenção a AIDS
ESSOR	Association de Solidarité Internationale e Profissionalização Trabalho E Renda,
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERCURSO HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA.....	22
2.1 - O capitalismo como modo de produção excludente	22
2.2 - A Economia Solidária como modo de produção e desenvolvimento.....	27
2.3 – A Economia Solidária no Brasil	29
2.4 – Empreendimentos de Economia Solidária – Caracterização	32
2.5 – Finanças Solidárias: Uma manifestação da Economia Solidária.....	36
3. BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS	41
3.1 - Bancos Comunitários de Desenvolvimento	41
3.2 Bancos Comunitários de Desenvolvimento: algumas experiências no Brasil.....	42
3.4 Moeda Social e Identidade Territorial	61
4. GESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	67
4.1 Gestão Social Comunitária: A Construção de uma nova dinâmica social para o desenvolvimento territorial sustentável	67
4.2. Desenvolvimento Territorial Sustentável : Conceitos e Estratégias.....	72
4.3 Economia Solidária e Desenvolvimento Local Sustentável	77
4.4 Dimensões do Desenvolvimento Local	79
5. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO BANCO COMUNITÁRIO JARDIM BOTÂNICO: EXPERIÊNCIA DE GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	84
5.1 A comunidade São Rafael	84
5.2 Histórico do Banco Jardim Botânico e da moeda social Orquídea	87
5.3 O Processo de gestão social comunitária e estrutura organizacional do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico	99
5.4 O Banco Comunitário Jardim Botânico como impulsionador do desenvolvimento socioeconômico local sustentável.....	106
5.5 Algumas transformações proporcionadas pelo Banco Comunitário	115
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
ANEXOS	130

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa possui como tema central o fenômeno dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e das Moedas Sociais, que no Brasil teve sua primeira aparição em meados dos anos 90 com a experiência do Banco Palmas, em Fortaleza/CE. Criação original no campo da organização e da luta comunitária, os Bancos Comunitários ganharam projeção no início dos anos 2000 e multiplicaram-se a partir do apoio das políticas públicas, especialmente através das ações de fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE.

A economia solidária, enquanto campo de práticas sociais, surgiu no Brasil em meio à profunda crise vivenciada no mundo do trabalho na década de 1980 e 1990. Trata-se de um campo diversificado de experiências de produção de bens e serviços, comercialização, consumo, poupança e finanças solidárias organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob forma coletiva e autogestionária.¹ Nessa medida, ela é compreendida como uma nova forma de fazer economia, baseada na ética e na solidariedade, ganhando vida nas organizações associativas construídas socialmente.

As finanças solidárias, inscritas no campo da economia solidária, possuem como finalidade a democratização do acesso ao crédito em comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social, bem como promover novas dinâmicas de desenvolvimento no plano territorial. Neste sentido, destacam-se várias experiências: cooperativas de crédito, fundos rotativos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento com a implantação de moedas sociais, entre outras iniciativas coletivas.

O banco comunitário de desenvolvimento é formado, organizado e gerido pela própria comunidade. São os próprios moradores do bairro que realizam o controle e a gestão dos recursos e da moeda social, criada pela própria comunidade e aceita por comerciantes e consumidores, estimulando atividades produtivas integradas em rede buscando fomentar processos de desenvolvimento territorial.

Sustentado pelo tripé: gestão comunitária, sistema integrado de desenvolvimento e a moeda social circulante, o banco comunitário visa à organização econômica do território e a promoção do desenvolvimento da comunidade. A busca da organização da economia local e do empoderamento das suas organizações coletivas e lideranças é realizada pelo banco

¹ - Utilizamos aqui o conceito adotado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES. (BRASIL, SENAES, 2005, p11).

comunitário por meio de práticas estruturadas, principalmente, a partir dos seguintes eixos de atuação:

- a) constituição e gestão de um fundo de crédito solidário;
- b) oferta de microcrédito aos comerciantes e produtores locais;
- c) disponibilização de uma linha de crédito para o consumo aos moradores;
- d) implementação de uma moeda social circulante local;
- e) realização de feiras de produtores locais;
- f) apoio e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários presentes na comunidade;
- g) oferta de serviços bancários (correspondente bancário);
- h) realização de programas de formação social e profissional tendo como eixo a economia solidária;
- i) articulação das políticas públicas no plano territorial.

Em linhas gerais, os bancos comunitários atendem comunidades com alto grau de vulnerabilidade social, com carência de recursos e sem acesso aos serviços financeiros básicos, como recebimento de benefícios, pagamento de contas, criação de poupança etc. Nessa medida, tendem a envolver todos os seus moradores, principalmente comerciantes e grupos coletivos de produção e consumo existentes no território.

Trata-se de um fenômeno recente no Brasil, cuja construção contou decisivamente com a experiência pioneira do Banco Palmas, em Fortaleza/CE, referência mundial sobre o assunto. Voltaremos a essa experiência mais adiante. Cabe destacar que existem vários estudos sobre o tema como pesquisas de mestrado e de doutorado, como também textos e reflexões do próprio Palmas. Autores como Paul Singer, Genauto França Filho, Joaquim de Melo Neto Segundo, e Jeová Silva Junior² se destacam como formuladores das primeiras análises descriptivas e conceituais da experiência dos bancos comunitários no Brasil.

Quanto aos estudos acadêmicos sobre o tema dos bancos comunitários, identificamos algumas pesquisas de mestrado e doutorado, produzidos principalmente na UFBA, UFCE e UFPB. As abordagens desses estudos são diversas. Passos (2008) conceitua e caracteriza os Bancos Comunitários; Paulino (2008) analisa a experiência do Banco Palmas; Menezes (2007) investiga o sistema de moeda local como alternativa a exclusão financeira; Santana

² - Estes e outros teóricos do campo das finanças solidárias, especialmente do fenômeno dos bancos comunitários, serão apresentados no decorrer da dissertação.

(2011) aborda o banco comunitário como promotor de desenvolvimento local e; Lucena (2013) analisa a dinâmica de organização local para a criação de um banco comunitário.

Entendemos os bancos comunitários como uma construção social autogestionária de promoção do desenvolvimento local sustentável, sob a lógica das finanças de proximidade, mediação social baseada em confiança e solidariedade, combinando autofinanciamento e transferência direta de recurso. (BRASIL SENAES, 2013).

Com diferentes abordagens, os bancos comunitários vêm sendo compreendidos como uma organização social que oferece serviços financeiros locais que ampliam as capacidades dos territórios para se desenvolverem de forma endógena, a partir das próprias habilidades, capacidades e potencialidades existentes nas comunidades.

Privilegiamos o fenômeno dos bancos comunitários de desenvolvimento não apenas como fornecedor de serviços financeiros, mas como impulsionador do desenvolvimento local. Uma vez instituída a política pública de apoio e fomento à criação de bancos comunitários no Brasil, entendemos que as novas experiências surgidas a partir de então passam a configurar uma estratégia de desenvolvimento local diferenciada, alternativa aos modelos até então vigentes, baseadas no empreendedorismo individual e nos arranjos produtivos, que não pressupõem, via de regra, a autonomização dos sujeitos sociais envolvidos. Nessa medida, compreendemos que os bancos comunitários configuram-se como uma agência local de desenvolvimento que visa à construção social de uma nova realidade.

A construção social, nesse caso, se dá a partir das interações sociais por meio das quais os indivíduos constroem sua realidade, refletem sobre ela, criam sua consciência crítica e a capacidade de elaborar e gerir novas instituições e processos econômicos e sociais.

Enquanto categoria de análise do fenômeno que nos remete ao campo da gestão de organizações aprendentes, entendemos que o campo de estudos e pesquisas em gestão social³ nos fornece uma base conceitual para o entendimento dos bancos comunitários enquanto organização comunitária, coletiva e autogestionária. Isto porque o BCD pressupõe uma dinâmica coletiva de decisão, com processos democráticos e participativos envolvendo os moradores e suas lideranças.

O estudo territorial exige um olhar sobre a organização social e produtiva local, sendo necessário compreender como os sujeitos se organizam e utilizam seus recursos. Chamamos de gestão social comunitária os arranjos institucionais criados pela comunidade para o

³ Tomada de decisão coletiva sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como presuposto e na emancipação enquanto fim ultimo. (CANÇADO, 2014. P.81)

desenvolvimento de ações e projetos de desenvolvimento territorial local. Este conceito procura abranger os movimentos dialógicos e os processos de deliberação democrática, suas estruturas, formas de organização das suas instituições, o delineamento desses processos e sua abrangência territorial.

Neste estudo, procuramos avançar na compreensão do fenômeno dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil, a partir do estudo de caso da experiência em andamento na comunidade São Rafael, em João Pessoa/PB. Essa experiência teve início no final de 2011 a partir do diálogo realizado com a Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES da UFPB, que vinha discutindo uma nova metodologia de incubação territorial nas comunidades com as quais mantinha ações, acompanhamento e promoção de processos de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária.

Na comunidade São Rafael, localizada no entorno da UFPB, a organização comunitária Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), e outras organizações locais fundaram, em 2013, o Banco Comunitário Jardim Botânico e instituíram a Moeda Social Orquídea, que ainda estão em fase de implantação. Essas organizações, e a experiência do Banco Jardim Botânico se configuraram no objeto empírico da presente dissertação.

A pesquisa abrange o processo de construção da gestão social do Banco Jardim Botânico e da Moeda Social Orquídea na comunidade São Rafael, procurando perceber a importância do Banco Comunitário de Desenvolvimento e das Moedas Sociais como instrumentos de apoio e fomento ao desenvolvimento local e territorial.

Assim configurado o objeto empírico, o problema geral da pesquisa consiste em investigar a partir do conhecimento das novas dinâmicas e processos sociais gerados na construção do Banco Comunitário Jardim Botânico a seguinte questão: Podemos considerar os Bancos Comunitários como estratégia alternativa e efetiva de desenvolvimento local territorial sustentável?

Dito de outra maneira, nosso objetivo central consiste em analisar o processo de construção da gestão social do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico e da moeda social Orquídea para o desenvolvimento local e territorial sustentável .

Desdobra-se daí um conjunto de questões específicas que orientam a presente investigação:

- 1) Compreender teórica e praticamente os bancos comunitários de desenvolvimento e as moedas sociais na perspectiva da economia solidária enquanto tecnologias sociais para o desenvolvimento comunitário e estratégia alternativa para a democratização do acesso ao crédito;

- 2) Resgatar historicamente o processo de implantação e fortalecimento do Banco Jardim Botânico;
- 3) Refletir sobre os mecanismos de gestão social comunitária construídos no processo de criação do banco comunitário Jardim Botânico e sua capacidade de gerar processos endógenos de desenvolvimento local.

Entendemos que o fenômeno dos bancos comunitários aponta para modalidades de práticas comunitárias autônomas e democráticas, que projetam os próprios moradores e suas organizações como protagonistas dos processos de desenvolvimento local, ao contrário das práticas clientelísticas e patrimonialistas que marcam as relações desses territórios em situação de vulnerabilidade e risco social com o poder público e as organizações políticas tradicionais.

A relevância dessas experiências encontra-se precisamente em demonstrar a capacidade que essas comunidades possuem para construir socialmente outras formas de organização e gestão coletivas de processos de desenvolvimento, que lhes garanta o controle sobre as iniciativas e os meios de produção da vida material e social que possuem.

Não pensamos essas comunidades como ilhas autônomas de desenvolvimento que dispensam o apoio do poder público e das universidades na busca de melhores condições de vida, trabalho, renda e desenvolvimento. Pelo contrário, o que o fenômeno dos bancos comunitários sinaliza é a possibilidade de que esses processos sejam gerados de baixo para cima e de dentro para fora, a partir da organização dos sujeitos e das suas instituições e interesses próprios.

Igualmente importantes são essas experiências para o campo da economia solidária, na medida em que possibilitam a reflexão e o avanço dos processos territoriais de desenvolvimento inspirados nos princípios da economia solidária, superando, portanto, a dimensão microeconômica dos empreendimentos econômicos solidários.

Para a academia, além de contribuir para o avanço e ampliação do debate sobre o tema BCD no Brasil, nossa pesquisa busca fornecer parâmetros para fortalecer a incorporação do tema como política pública, no sentido de se transformar em metodologia de desenvolvimento territorial e comunitário a ser utilizado pelo Estado nas suas ações de enfrentamento à miséria no país.

Nessa medida, a escolha do objeto deve-se também à visão de mundo e concepção de desenvolvimento que vimos buscando ao longo da nossa trajetória acadêmica e profissional. A escolha do tema dos bancos comunitários deu-se em meio a uma busca por novas práticas econômicas diferenciadas em relação à doutrina da economia neoclássica que, de certa forma,

vem orientando os estudos econômicos na atualidade. Tratava-se, em suma, de encontrar práticas econômicas solidárias que resultassem em processos de geração de trabalho, renda e desenvolvimento construídos a partir dos próprios sujeitos envolvidos, e não de uma estratégia empresarial ou governamental definida de cima para baixo, na qual os sujeitos são na verdade objetos desses processos.

Tendo em vista a natureza do fenômeno que estamos estudando, uma vez que se trata de um processo de construção social e histórica em pleno desenvolvimento, em uma comunidade da cidade de João Pessoa, a pesquisa de campo foi fundamental para a compreensão das relações entre os sujeitos sociais que se efetivam na construção da experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico. Nesse processo, os sujeitos reinventam formas de organização econômica e social voltadas ao desenvolvimento local, buscando assim caminhos para a inclusão que lhes foi até então negada pelo capitalismo.

A pesquisa assume a característica de estudo de caso, fundamentalmente qualitativa, de tipo descritivo e exploratório, pelo qual procuramos contribuir para a compreensão das experiências de bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. O estudo de caso, além de possibilitar o aprofundamento e a descrição de uma determinada realidade, permite a derivação de hipóteses e questões de pesquisa para futuros estudos. A natureza exploratória possibilita a ampliação dos conhecimentos do pesquisador sobre determinado fenômeno, sem prejuízo do necessário rigor metodológico da investigação. Pretendemos, com isso, reafirmar a busca do distanciamento crítico na realização das análises, reconhecendo, no entanto, a identificação de propósitos do pesquisador, com o tema e com os sujeitos que compõem a realidade investigada⁴.

Nosso estudo leva em conta o sentido fenomenológico da experiência, procurando perceber como os sujeitos interpretam e compreendem as relações e práticas que vivenciam, e os sentidos que a elas são atribuídos. O significado do fenômeno é construído pela interação dos indivíduos com o mundo e sua interpretação, o que só é possível à medida que a situação é vivenciada. (CROTTY, 1998)

A coleta de informações teve início desde as primeiras discussões para a instalação de um banco comunitário com as lideranças da comunidade São Rafael, no final de 2011, quando participávamos da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES/UFPB. A estratégia de pesquisa e do trabalho de campo ganharam novos contornos durante a realização

⁴ Baseamo-nos aqui nos ensinamentos de TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 109-112.

das disciplinas no Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Aprendentes – MPOGA, na interação e diálogos com os professores e colegas de turma.

Fizemos o acompanhamento das ações realizadas pela comunidade e instituições parceiras para a criação do banco comunitário, abrangendo desde o início do processo de escolha da comunidade e a discussão da ideia de implantação de um banco comunitário na comunidade São Rafael. Além de realizar a localização e catalogação de materiais, nos dedicamos à pesquisa bibliográfica e documental sobre os temas: desenvolvimento local, gestão social, economia solidária, finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais.

Importante também para a compreensão do fenômeno dos Bancos Comunitários no Brasil foi a visita ao Banco Palmas, em Fortaleza/CE, no começo de 2012, para conhecer a experiência bem como participar de seminários e oficinas no Instituto Palmas.

Efetuamos, ainda, o acompanhamento periódico dos conteúdos das reuniões do Conselho Gestor do Banco Comunitário Jardim Botânico, das atividades realizadas na comunidade, do funcionamento do banco comunitário e outras ações cotidianas como fornecimento de empréstimo, troca de moeda, registros visuais e conversas informais. As entrevistas estruturadas realizadas na comunidade (mapeamento da produção e consumo e felicidade interna bruta) foram fruto da pesquisa desenvolvida pela INCUBES juntamente com a comunidade. Para a anotação das impressões e informações coletadas no campo, adotou-se a elaboração de um diário de campo para registros cronológicos e análises provisórias realizadas ao longo do tempo.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com 02 lideranças locais (L), 06 integrantes do banco (IB), 04 comerciantes locais (C), 03 usuários do Banco (UB), 03 membros da INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Solidários /UFPB (AB) e 02 membros da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários / ITES da Universidade Federal da Bahia / UFBA, ambos assessores do banco (AB) que contribuíram na implementação do Banco Comunitário Jardim Botânico, integrante do Projeto Rede Brasileira de Bancos Comunitários na Região Nordeste.

A escolha dos sujeitos participantes da pesquisa se deu por representarem etapas importantes na construção e fortalecimento do banco, com participação direta ou indireta neste processo. A seleção dos entrevistados ocorreu de forma intencional, a partir do reconhecimento da importância e relevância dos sujeitos no âmbito das instituições que participaram da construção da experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico. Também foram levadas em consideração pessoas com as quais interagimos em reuniões, conversas informais, entrevistas e informações que julgamos relevantes. As entrevistas foram gravadas e

transcritas pela autora, e as observações pessoais registradas no diário de campo foram organizadas em planilhas, a fim de facilitar o cruzamento dos dados com as bibliografias utilizadas.

A análise do processo de construção social do banco Jardim Botânico foi realizada a partir da percepção dos próprios atores envolvidos na experiência. Foram mobilizadas para as análises categóricas, a identidade comunitária, autonomia, empoderamento, autogestão social, economia solidária, desenvolvimento local, territorialidade, organização comunitária entre outros.

Como forma de exposição dos resultados até aqui encontrados, estruturamos a dissertação em quatro capítulos. O primeiro capítulo contempla a fundamentação teórica e a contextualização do surgimento da economia solidária no interior do modo de produção capitalista, especialmente em meio às suas crises estruturais. Procuramos caracterizar a diversidade de iniciativas econômicas que compõem o campo da economia solidária e das finanças solidárias. No segundo capítulo abordamos as experiências de BCDs no Brasil, com especial atenção para o Banco Palmas, referência internacional sobre o tema, e outras experiências de Bancos Comunitários no Brasil. Tratamos ainda dos conceitos e características dos BCDs bem como dos significados das Moedas Sociais.

No terceiro capítulo apresentamos os conceitos de gestão social, autogestão e aprendizagem para o desenvolvimento local sustentável. Evidenciamos o tema do desenvolvimento territorial e da economia solidária, bem como a proposta de eixos de ação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento a partir da tipologia construída pela Pesquisa NESOL/Instituto Palmas.

No quarto capítulo, apresentamos a experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico. Além da caracterização da comunidade São Rafael e da reconstrução histórica da experiência, examinamos como se vem conformando a gestão social comunitária e a estrutura organizacional do banco, os espaços de deliberação coletiva e a percepção que os sujeitos vêm alcançando da experiência, bem como os principais limites e desafios que se apresentam. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre o tema deste trabalho.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERCURSO HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA

Nesta seção, apresentamos o campo em que as experiências dos bancos comunitários estão inseridas: a economia solidária e as finanças solidárias. Antes de tratarmos sobre Banco Comunitário de Desenvolvimento, achamos necessário introduzir o tema contextualizando brevemente o capitalismo como modo de produção dominante. Informamos como a economia solidária surge no seio deste modo de produção. Procuramos caracterizar os empreendimentos econômicos solidários e o debate acerca das finanças solidárias como expressão da economia solidária.

2.1 - O capitalismo como modo de produção excludente

O surgimento do capitalismo significou o ingresso da modernidade, pelas inovações e avanços extraordinários verificados nas formas de vida, de comunicação e produção. Esse desenvolvimento revolucionou as formas produtivas existentes, assentadas tradicionalmente em moldes feudais, artesanais e corporativos, que modelavam pelo produtivismo e incorporação à economia de mercado em expansão.

As contradições entre fatores internos e externos ao modo de produção feudal o deixaram vulnerável, fragilizando sua funcionalidade como sistema de produção e reprodução da vida material e social, até sua dissolução completa. Esse processo é descrito por autores como Polanyi (2000), que cita como fator para o surgimento do capitalismo como modo de produção dominante a substituição dos princípios da ordem de produção feudal baseada na reciprocidade, redistribuição e domesticidade pelo mercado autorregulável e seus princípios da permuta ou troca pelo padrão das mercadorias.

M. Dobb (1987) argumenta que a insuficiência dos feudos em atender às necessidades de renda crescentes da nobreza foi a principal causa do enfraquecimento do sistema feudal. Já Braudel (1985) atribui o fato ao aumento demográfico e surgimento de novas necessidades, o que impulsionou as mudanças nos instrumentos de trabalho e de troca, o desenvolvimento do comércio e da vida urbana. Tais fenômenos abriram espaço para que o capitalismo se efetivasse como sistema de produção hegemônico.

Estes avanços foram se construindo ao longo da história e se incorporando à vida material e econômica dos homens como algo “natural”, dando espaço à modernidade e ao revolucionamento do cotidiano (BRAUDEL, 1985).

O progresso desse modo de produção exigia condições inexistentes que precisaram ser criadas. Polanyi (2000) cita como principal condição a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria, algo que desarticulou a vida social e subordinou a sociedade às leis de mercado, modificando as forças produtivas.

O processo de mudança das forças produtivas se deu de forma sistêmica nas estruturas econômicas, sociais, políticas, jurídicas e culturais. Estas mudanças aconteceram no seio da sociedade feudal minando sua base autossuficiente.

Nesse processo, a sociedade encontra novas necessidades, e novos hábitos surgem. A autossuficiência dos feudos não é mais uma realidade. O fortalecimento do comércio de longa distância entre continentes desenvolveram as cidades, impulsionaram as forças produtivas assim como também as técnicas de navegação. Novos processos produtivos na agricultura e na manufatura são desenvolvidos, com o aprofundamento da divisão do trabalho para atender ao crescimento demográfico e hierarquização social que surge (SINGER, 2002).

Neste cenário, uma nova forma social de produção instala-se e encontra base material na indústria ainda incipiente. Novos arranjos sociais de trabalho entre os agentes econômicos passam a ser desenvolvidos e se consolidam na sociedade.

Estas transformações acontecem a partir das relações sociais de produção servis, que passarão por um processo de monetarização destas relações, intensificadas com a revolução industrial.

A revolução capitalista tem início com a revolução industrial inglesa, no último quartel do século XVIII, e se desdobra sem cessar nas décadas seguintes. Ela permite que a livre concorrência se imponha, estimulando o progresso técnico que toma a forma de criação de conjuntos produtivos cada vez mais vastos, complexos e caros. O seu principal efeito é a contínua substituição da produção artesanal e manufatureira pela máquina fatura e pelo trabalho assalariado em fábricas e grandes redes de transporte e comunicação, que o motor a vapor vai possibilitando, complementado pela invenção do telégrafo e do telefone. (SINGER 2002, p. 28).

Para Braudel (1985; p 69), a revolução industrial se anuncia muito antes do século XVIII . O capitalismo, nessa conjuntura, se torna : “ Privilégio de um pequeno grupo, é impensável sem uma cumplicidade ativa da sociedade. É uma realidade de ordem política, forçosamente e é, até, uma realidade de ordem política e ou mesmo uma realidade civilizacional.”

Para Marx (1989), o capitalismo é caracterizado pela mercadoria e pela relação de exploração e dominação de uma classe social por outra, mediante assalariamento, desenvolvimento tecnológico, consumismo e a incessante busca pela acumulação de capital.

A partir da revolução industrial, o surgimento de indústrias e a utilização de máquinas especializadas transformaram o processo produtivo. Máquinas como o tear mecânico e a máquina a vapor instituíram-se como tecnologias que aumentavam a produtividade e substituíam o trabalho manual.

No coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns. [...] transformou homens em massa. (POLANNYI, 2000, p 51).

As transformações dos meios de produção, a utilização de máquinas especializadas numa sociedade agrária e comercial, o decréscimo da produção em moldes artesanais, o fortalecimento de novas indústrias e as exigências do mercado de trabalho ocasionaram um grande número de desempregados ou excluídos do mercado de trabalho, gerando o que Marx (1989) chamou de exército industrial de reserva.

Neste contexto, o detentor dos meios de produção explora o trabalho oferecendo como salário o que lhe convém, já que a oferta de mão de obra é maior que a demanda, e estrutura a produção visando à ampliação da margem de lucro.

A produção capitalista de mercadoria é o processo de produção de mais valor (MARX, 1989). O capitalista compra força de trabalho e a utiliza no processo de produção, o trabalho acrescentará valor às mercadorias. No entanto só uma parcela deste valor é repassado para o trabalhador em forma de salário, ficando a maior parte deste valor em poder do capitalista proprietário dos meios de produção.

Nota-se a separação entre a propriedade do capital e o trabalho assalariado, intensificando a apropriação privada, a acumulação de riquezas, o consumo alienado e o empobrecimento do trabalhador, reproduzindo as desigualdades sociais entre as classes.

O capitalismo originou-se da produção simples de mercadoria negando-se ao separar a posse dos meios de produção. Essa separação surge mais ou menos “naturalmente” do funcionamento dos mercados em que os vitoriosos no jogo competitivo acabam por se apoderar dos meios de produção e distribuição dos derrotados. (SINGER, 2003, p.11).

Esta mudança na estrutura econômica produtiva causou, não só o empobrecimento material dos trabalhadores, mas o rompimento do tecido social e da sua cultura, alienando-os

em relação à capacidade de se reproduzirem independentemente. Da mesma maneira, foram firmadas as desigualdades nas relações de trabalho, entre os países, as regiões e cidades.

A busca pela acumulação capitalista é incessante e as transformações ocorridas no sistema capitalista, no decorrer dos anos, continuam sendo em prol de uma maior produtividade da produção, modificando nesse processo não só os meios produtivos, mas também as relações de trabalho, que se tornam precárias e promovem transformações em todos os sujeitos envolvidos.

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que esta inserido... o processo alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades e explora a capacidade de trabalho e do desejo humanos. (HARVEY, 2002, p 307).

Neste sentido, o sistema capitalista tem proporcionado novas formas de produção e gestão dos processo de trabalho voltados para uma maior acumulação de capital, com a presença sempre marcante da informalidade, da exploração do trabalho e da busca pelo aumento da produtividade.

Entre os séculos XIX e XX, surgiram diversos padrões de acumulação, modelos de produção que apresentavam uma nova política de controle e gerência do trabalho: fordismo, taylorismo e toyotismo. Segundo Harvey (2002), a base deste método de produção era a separação entre gerência, concepção, controle e execução, diminuindo a importância relativa dos trabalhadores.

Estes novos modelos de produção caracterizavam-se pelo padrão de produção em massa, redução de custos de produção, ampliação do mercado consumidor; produção padronizada, trabalho disciplinado repetitivo, decomposto em tarefas, desqualificando e fragmentando o trabalho operário e provocando uma série de impactos na estrutura da classe trabalhadora. A transição de um modelo para outro se desenvolve para garantir a ampliação da acumulação capitalista, causando transformações econômicas, políticas e sociais.

Nos últimos anos, particularmente a partir da década de 1970, este modelo de produção capitalista entrou em crise. Muitos motivos foram relacionados à nova situação de crise do sistema produtor de mercadores: a tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção; o esgotamento do padrão e acumulação taylorista/fordista de

produção; a desvalorização do dólar, indicando a falência do acordo de Bretton Woods; a crise do *Welfare State* ou “Estado de Bem-Estar Social”; a intensificação das lutas sociais (greves, manifestações de rua); a crise do petróleo; a crescente concentração de capitais por meio das fusões e formação de conglomerados empresariais supranacionais; a crise fiscal nos países de capitalismo avançado; o crescimento e hegemonia do capital financeiro, que ganhou autonomia em relação ao capital produtivo.

Estas mudanças causaram fortes implicações no mercado de trabalho, desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, fragmentação da classe trabalhadora, precarização do trabalho e desmobilização do movimento sindical.

Nessas condições, o sistema capitalista inicia um amplo processo de reestruturação do capital. Conforme Harvey (2002), surge um novo regime de acumulação, a acumulação flexível, que mostra novas formas de organização da produção e alteração nas relações entre trabalho e capital, incluindo novas tecnologias para aumentar ainda mais o nível de produtividade do trabalho, causando aumento do desemprego estrutural.

A classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, o íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 2000; p.23).

Assim, com o aumento do desemprego estrutural, desenvolvem-se novas formas de trabalho, pois os indivíduos que não se adaptam às exigências do sistema são excluídos do mercado de trabalho e passam a buscar alternativas para sua sobrevivência. Um exemplo disto é o trabalho informal, sem a segurança de um contrato digno em relação aos direitos trabalhistas historicamente conquistados.

Antunes (2000), argumenta que a crise afeta de maneira profunda tanto os aspectos materiais quanto a subjetividade do ser que vive do trabalho. Nos aspectos subjetivos, atingiu-se a consciência de classe, expressando-se nos organismos representativos, como sindicatos, associações etc. Altera-se, principalmente, a identidade da força de trabalho, devido ao crescente desemprego, à flexibilização e à terceirização dos serviços ou de bens.

Neste quadro socioeconômico acirram-se processos de empobrecimento dos trabalhadores e marginalização das classes que já se encontram excluídas ou inseridas precariamente no mundo do trabalho, se enfraquece o sistema de proteção social administrado pelo estado em face da desregulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários historicamente conquistados. Diante da ameaça do fim dos empregos e do retraimento do estado como provedor de políticas públicas de proteção social, entra em cena o terceiro setor, constituído por um universo plural de experiências oriundas da sociedade

civil que emergem ao cerne deste processo de crise e reestruturação mundial do sistema capitalista. (RIFKIN, 1995, apud PAULINO, 2008 p 33).

A reestruturação produtiva no Brasil aconteceu lentamente, mas ocasionou impactos bem expressivos na adequação da força de trabalho às novas formas de organização da produção. As transformações para a classe trabalhadora foram evidentes e profundas, com o agravamento do desemprego, a precarização, a perda de direitos, o enfraquecimento do movimento sindical e sua estrutura.

Os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, para além das opções da informalidade e do subemprego, acabam encontrando novas formas de trabalho e renda para garantir a sua reprodução social. É nesse contexto que surgem as formas associativas e coletivas de produção, comercialização e consumo, que irão fornecer a base para o surgimento do campo da economia solidária.

2.2 - A Economia Solidária como modo de produção e desenvolvimento

O capitalismo ocasionou mudanças significativas na sociedade, na forma de viver e enxergar o mundo. Desenvolveu-se gerando competição, desigualdades e exclusão, valores preponderantes nos dias atuais.

A dinâmica capitalista não inclui a totalidade das pessoas no mercado de trabalho, uma grande parcela da população encontra-se à margem, sem emprego, sem condições de prover suas necessidades mais básicas, permanecendo em condições vulneráveis de trabalho e de vida. Dowbor (2007) utiliza o termo “mal inseridos” no desenvolvimento econômico para se referir à população excluída dos meios de produção.

Para o enfrentamento desta insegurança e a criação de mecanismos de proteção à exclusão e à pobreza promovidas pela dinâmica capitalista, a sociedade cria alternativas de geração de trabalho e renda, procurando conferir novas possibilidades de produção, desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

A economia solidária pode ser considerada uma alternativa de sobrevivência e de produção dos meios de vida, antagônica ao capitalismo, pois se estrutura a partir da organização associativa dos trabalhadores. Além disso, segundo Gaiger (2004), trata-se de um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses das classes populares.

Nessa medida, pode ser entendida como outro modo de vida, onde os valores construídos vão além da competição característica da sociedade capitalista. Singer (2002) ressalta que a economia solidária se configura em uma alternativa às relações de trabalho

capitalistas, considerando-a uma nova forma de produzir que age nas brechas do capitalismo e, de certa forma, o complementa.

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. (SINGER: 2002, p. 86).

França Filho (2008) e Laville (2004) comentam que, para compreender a economia solidária e suas práticas, é importante a desconstrução do conceito neoclássico de economia e fato econômico, sempre associados à noção de mercado ou troca mercantil. Podemos entender economia de modo geral como toda forma de produção e de distribuição de riqueza, possibilitando a existência de várias formas de fazer a economia.

A sociedade pode organizar a produção, distribuição, circulação de riquezas e uso dos recursos para saciar suas necessidades de diversas formas. Estas formas podem conviver, mesmo em meio a diferenças e contradições entre economia de mercado, economia solidária e outras formas existentes.

O início da economia solidária está intimamente ligado às lutas do movimento cooperativo do sec. XIX. Estes movimentos funcionavam como instrumentos de resistência popular e reivindicação de formas mais dignas de trabalho e de vida, respostas à pobreza e ao desemprego causados pela difusão das máquinas-ferramentas e do motor a vapor nas indústrias.

Neste período, surgiram inúmeras experiências solidárias de produção, consumo e crédito influenciados por ideias de cooperação e da associação. Na França surgiram formas de trabalho associativo sob denominação de economia social. Na Inglaterra tecelões criam a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale como uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao desemprego, exploração do trabalho e condições sociais precárias decorrentes da revolução industrial (FRANÇA FILHO E LAVILLE 2004; ARRUDA 2005; SINGER 2002).

Estas formas democráticas de produção e gestão igualitárias foram seguidas por muitos empreendimentos no século XX e até os dias atuais, primando pela solidariedade e a autogestão, determinada pela igualdade financeira e política entre seus membros.

A Economia Solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, poupar e investir. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e

produção, que datam do século XIX. Elas surgem como solução algumas vezes de emergência na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupação de fazendas por trabalhadores rurais sem – terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestãorias. (SNGER,1999, p181).

Considerada uma forma inovadora de organização econômica, a economia solidária estrutura-se em valores democráticos, com base em relações solidárias de reciprocidade e igualdade. Esses valores amparam suas práticas coletivas de produção, comercialização, consumo e crédito e geram processos diferenciados de desenvolvimento local sustentável.

A economia solidária pode ser definida como um conjunto de atividades tanto de produção, quanto de comercialização, consumo, crédito ou prestação de serviços efetuados coletivamente por grupos populares, em sua maioria, grupos de produção informais, e fundamentam suas práticas nos laços comunitários construídos no dia a dia de uma realidade vulnerável (FRANÇA FILHO, 2008).

As contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta a do modo de produção dominante... Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma de sua disposição de aprender a experimentar princípios da solidariedade e sua disposição de seguir estes princípios (SINGER, 2002 p112).

As contradições originárias do capitalismo promovem o desenvolvimento desta nova forma de produzir e organizar o trabalho baseada na solidariedade, na autogestão e no respeito mútuo. Os indivíduos que fazem parte desta nova forma de fazer economia, não a enxergam apenas como uma alternativa às formas contratuais de trabalho, mas como forma de questionar a estrutura da sociedade e minimizar os dramas ambientais, sociais e econômicos que se articulam e se transformam ao longo do tempo.

2.3 – A Economia Solidária no Brasil

No Brasil, as experiências em economia solidária se disseminam nas décadas de 1970 e 1980, decorrentes das condições socioeconômicas e políticas que o país vivenciou. O desenvolvimento brasileiro apoiou-se no crescimento econômico por meio do fomento ao grande capital. A modernização conservadora brasileira visou o mercado externo com as monoculturas de exportação. A desorganização rural e a falta de incentivos fizeram o pequeno agricultor, principalmente da região Nordeste, deixar suas terras e partir para as grandes

cidades aumentando o desemprego e subempregos. Tais acontecimentos culminaram no aparecimento de diversos movimentos populares e iniciativas cujo objetivo era salvar ou criar empregos por meio de empresas geridas pelos próprios trabalhadores. Cooperativas e associações passam a fomentar práticas de autogestão apoiadas por alguns sindicatos progressistas (LECHAT, 2002).

Por volta de 1980, as transformações políticas e econômicas causam fechamento de empresas e crescente desemprego, que se intensificou a partir da década de 1990 com os mecanismos de ajuste estrutural, crise econômica, desemprego e exclusão social. Esses efeitos se agravaram com a abertura do mercado interno às importações, pois obrigou o processo produtivo nacional acelerar a implementação e adaptação às novas tecnologias, reestruturação produtiva e gestão do trabalho. Inúmeras empresas que não se adaptaram às mudanças de mercado fecharam, e o desemprego aumentou substancialmente (SINGER, 2002).

Se olharmos nos últimos 20 anos vamos perceber, a partir do início da década de 1980 uma gradativa emergência e multiplicação de empreendimentos associativos de cunho comunitário e, às vezes, até semifamiliar. Em seguida surgem empreendimentos formados dentro de movimentos sociais, também de cunho comunitário, ligados à questão da reprodução da vida. Mais recentemente, além de movimentos sociais como MST, também o sindicalismo e um conjunto grande de entidades tem se interessado e vem se empenhando nesse campo de ação. (GAIGER, 2004, p.168).

Nesta perspectiva, o Brasil viu surgir inúmeras experiências coletivas de produção fundamentadas na lógica da inclusão solidária, que se multiplicaram ao longo dos anos, oriundas dos movimentos sociais urbanos e rurais que se estabeleciam e eram apoiados por igrejas, universidades e outras entidades.

Tratada como economia dos excluídos do mercado de trabalho, a economia solidária atualmente enfrenta como desafio o fato de ter que se efetivar e desenvolver em meio a um novo contexto de crescimento econômico e geração de empregos. Para alguns, a economia brasileira vive um momento de pleno emprego, onde existem vagas para quem quer um espaço no mercado de trabalho, embora a maioria das vagas seja ainda para empregos precários, temporários, com baixos salários e qualificação. Visualizamos que mesmo diante desse contexto, a economia solidária tem se fortalecido, pois é composta de indivíduos que almejam outra forma de consumir e produzir.

Nas diversas experiências coletivas, novas relações sociais são construídas para além da esfera da produção. É desenvolvida uma racionalidade social, que reflete interesses subjetivos dos trabalhadores e fortalece a coesão social nas localidades que se estabelecem, a

partir de uma nova forma de pensar e viver a produção e o consumo dentro dos princípios de cooperação e de autogestão, permitindo aos envolvidos assumirem sua economia de maneira independente e autônoma.

Razeto concebe economia solidária como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1994, p. 40 apud LECHAT, 2003).

A partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária / SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego / MTE, a economia solidária no Brasil ganha outro patamar de importância. Políticas especialmente desenvolvidas para promoção de trabalho e renda, inclusão social e econômica dão a expressividade necessária ao fortalecimento destas iniciativas coletivas.

A economia solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Ao considerar o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, a economia solidária desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras e valoriza o associativismo, o trabalho das mulheres e dos setores excluídos da sociedade, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável solidário (BRASIL SENAES /MTE, 2013).

O Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) define características indispensáveis ao desenvolvimento de atividades de economia solidária: a cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

Pautada na Cooperação e na Autogestão, a economia solidária existe a partir da união de esforços e capacidades em prol de interesses comuns, responsabilidade solidária e partilha de propriedade e resultados.

A autogestão configura-se em uma prática participativa onde os trabalhadores assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos todos tem participação nas decisões em todos os âmbitos da gestão dos empreendimentos solidários, definições de estratégias coordenações de aços etc. A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na

empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. (SINGER: 2002, p. 83).

Dimensão econômica tem importância na medida em que estimula os esforços coletivos e individuais em prol da melhoria de condições de trabalho e de vida.

O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas (SINGER, 2002, p. 16).

A solidariedade está presente na justa distribuição dos resultados, oportunidades iguais, desenvolvimento da capacidade de cada um para a melhoria da condição de vida, do desenvolvimento sustentável e da participação nos processos de caráter emancipatório, preocupação com o bem estar dos produtores consumidores e respeito aos direitos dos trabalhadores.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual (SINGER, 2002, p. 09).

A economia solidária no Brasil adquiriu diversas formas de expressão, um vasto campo de organizações, instituições e movimentos sociais, iniciativas de apoio e fomento articulados em rede.

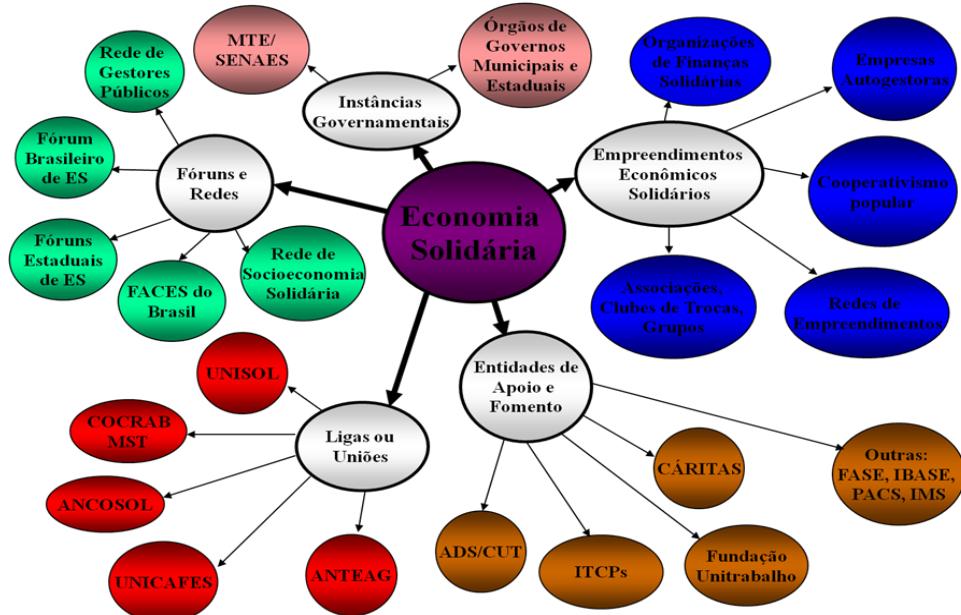
2.4 – Empreendimentos de Economia Solidária – Caracterização

No Brasil, o campo da economia solidária é composto por diferentes iniciativas formadas por diversos atores ou instâncias que se complementam, como:

1) empreendimentos econômicos solidários (EES) associações e, cooperativismo popular, clubes de trocas, bancos populares;

- 2) entidades de apoio e fomento (EAF), como Caritas, CONCRAB, MST, ITCPs, Fundação Unitrabalho, ADS/CUT (Passos,2007).
- 3) formas de auto-organização política, redes e fóruns de economia solidária, como os fóruns brasileiro e estaduais e da Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária;
- 4) instâncias governamentais, como secretarias de governo e a Rede de Gestores Públicos de Fomento à Economia Solidária.

Figura 1: Campo da Economia solidária no Brasil



Fonte: Passos (2008)

A interação de tais iniciativas dá origem a uma articulação que proporciona troca de experiências em espaços de discussão pelo país, que resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, enquanto órgão de representação, que visa fortalecer os empreendimentos econômicos solidários e a institucionalização de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária (SENAES/MTE, 2010).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/ MTE disponibiliza, conforme deliberações da Comissão Gestora Nacional – CGN, a base de dados atualizada do Sistema de Informações de Economia Solidária - SIES. Pelos dados do mapeamento publicados em 2013, existiam na época no Brasil, 33 mil empreendimentos econômicos solidários.

A SENAES (2013) define empreendimentos econômicos solidários como:

Organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

Empreendimentos econômicos solidários (EESs) são entidades ou organizações coletivas que exercem atividades características da economia solidária. Os princípios da economia solidária e a natureza dos empreendimentos possibilitaram a formulação do surgimento de outra racionalidade econômica, que vai além do foco econômico.

Enquanto um empreendimento capitalista busca o lucro, o EES está a serviço da melhoria da qualidade de vida e satisfação das necessidades e das pessoas. [...] a lógica do capital é migrar para onde há capital e possibilidade de acumulação e de lucro e não para onde há necessidades humanas a satisfazer. (ARRUDA, 2005, p. 234 apud SANTANA, 2011, p. 31).

As iniciativas de economia solidária buscam satisfazer às necessidades humanas a partir das relações de produção e trocas específicas que se estabelecem entre seus membros e, destes, com a sociedade. Sua atividade econômica é vista como um meio para atingir uma melhoria na qualidade de vida e dignidade de trabalho, requerendo novas práticas de gestão, a perspectiva do desenvolvimento econômico territorial sustentável a partir da socialização dos recursos e adoção de critérios igualitários.

Conforme a Portaria Ministerial nº 30 de 20 de março de 2006, da SENAES/MTE, um empreendimento de economia solidária deve estar estruturado da seguinte forma:

1) Ser coletivo, como as organizações suprafamiliares, singulares ou complexas como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.;

2) Os participantes ou sócios devem ser trabalhadores do meio urbano ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a apropriação dos resultados;

3) Devem ser permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento, e aqueles que estão em processo de implantação como grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;

4) Podem ter ou não registro legal, prevalecendo a existência real;

5) Realizarem atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e consumo solidário (SENAES, 2013).

França Filho (2004) relaciona aspectos empíricos de um empreendimento econômico

solidário que o caracterizam: a) uma pluralidade de princípios econômicos e a articulação de diversas fontes de recursos, que seriam as mercantis, não mercantis e as não monetárias; b) busca da autonomia institucional, com independência de outras instituições, mediante gestão mais autônoma; c) democratização dos processos decisórios, com decisão coletiva, participação de todos os associados, autogestão etc.; d) sociabilidade comunitária pública, com a combinação de práticas profissionais com os padrões comunitários de trabalho e inserção cidadã; e) finalidade multidimensional, tendo como objetivo desenvolver a dimensão econômica, social, cultural, ambiental e política com a projeção no espaço público.

Neste contexto, os empreendimentos econômicos solidários (EES) proporcionam uma vida melhor aos envolvidos, não apenas no sentido econômico, mas também em relação ao resgate social, enquanto indivíduo cidadão, consumidor e produtor, difundindo os princípios da economia solidária.

Ela compreende a capacidade dos processos e meios utilizados, em promover a qualidade de vida das pessoas que deles se valem, bem como de proporcionar bem estar à sociedade ... gera efeitos benéficos para o entorno em que se situam o empreendimento em questão, garante a longevidade para os mesmos a presença de externalidades positivas sobre o ambiente natural em favor da sustentabilidade. (GAIGER apud CATTANI, 2003, p.125).

Nos empreendimentos econômico solidários (EES) o trabalho associado age em favor dos próprios produtores na satisfação de objetivos econômicos, sociais, políticos, culturais e ético-morais. A visão de eficiência do empreendimento é ampliada em várias dimensões: a) Dimensão econômica: geração de trabalho e renda; b) Dimensão Social: a partir das relações econômicas, são reforçadas as relações sociais de confiança, estabelecendo-se novos vínculos e laços sociais; c) Dimensão política: engajamento cidadão, participação em espaços públicos para discutir demandas próprias e possíveis soluções; d) Do ponto de vista cultural e ético moral: controle do impacto ambiental, a valorização do consumidor, o desenvolvimento da realidade do local onde o empreendimento situa-se. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, (2004), LAVILLE E GAIGER 2009, apud SANTANA, 2011, P.33).

Os empreendimentos solidários tem que buscar uma eficiência sistêmica, onde não se consideram apenas os benefícios econômicos ou meramente monetários, mas também outros tipos de benefícios como os sociais, a partir de uma “conotação bem mais ampla, referida à qualidade de vida e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais (GAIGER, 2003, p.127).

A maioria dos EES são iniciativas de pequeno porte que enfrentam inúmeros desafios, como a capacidade de produção limitada, a desarticulação dentro da cadeia produtiva, as

incertezas de mercado, a concorrência e os anseios do mercado consumidor e as dificuldades de acesso ao crédito e financiamento adequado.

A economia solidária apresenta-se também como meio de viabilizar a sustentabilidade pela construção de alternativas que trazem novas formas de geração e apropriação de tecnologias, que ofereçam inclusão financeira e sustentação aos empreendimentos.

2.5 – Finanças Solidárias: Uma manifestação da Economia Solidária

De acordo com Santos (2004), a economia possui dois circuitos econômicos: superior ou moderno, e inferior. O que os diferencia é o fato de as relações comerciais do primeiro estarem voltadas para obtenção do lucro, enquanto que o segundo visa à sobrevivência. De acordo com o mesmo autor, o circuito inferior compreende atividades de pequena dimensão que envolve, principalmente, populações pobres que em geral mantêm relações distintas em sua localidade. Este circuito é ocasionado pelas “condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não pára de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo [...]” (SANTOS, 2004, p. 197).

Santos (2004) destaca que o circuito superior apresenta um fácil acesso ao crédito por meio do sistema bancário institucional, enquanto o circuito inferior, por não apresentar garantias reais, está condicionado ao crédito não-institucional, seja através de amigos e familiares, seja pelos vizinhos.

A exclusão financeira, dificuldade de acesso ao crédito e financiamento é a realidade de grande parcela da população mais pobre, desprovidas de comprovação de renda e garantias exigidas pelas instituições financeiras tradicionais, cujo padrão bancário de oferta de crédito e outros produtos não acolhem os diferentes públicos sociais.

Os bancos convencionais não têm grande interesse em oferecer seus serviços aos mais pobres, pois seus critérios são baseados em “[...] garantias patrimoniais em contrapartidas, no exame detalhado do projeto ao qual o crédito se destina e no recolhimento de dados objetivos que mostrem a história individual de cada tomador” (JUNQUEIRA E ABRAMOVAY, 2005. p. 2).

Menezes e Crocco (2009) citam como principal elemento da exclusão financeira os custos transacionais burocráticos, ligados ao acompanhamento, quitação e renegociação dos créditos, e taxas de administração de contas, cartões etc.

Cabe destacar que esta parcela da população excluída é financeiramente ativa, realiza transações financeiras em dinheiro e é vista como nicho de mercado a ser trabalhado pelos bancos, que tentam incluir estas pessoas como novos clientes e ofertam políticas de inclusão. Tais políticas são classificadas por alguns autores como “bancarização dos mais pobres”, onde acontece apenas o acesso a uma conta bancária simples, e não a inclusão financeira de fato com acesso a todos os serviços oferecidos pelo banco.

França Filho (2012) define inclusão financeira como a possibilidade de acesso ao uso de produtos e serviços financeiros. Neste sentido, entende-se que a exclusão social e financeira ocorre, e se aprofunda, de acordo com o grau de desigualdade no acesso e distribuição dos recursos econômicos e produtivos na sociedade.

Tendo em vista o número de excluídos, experiências práticas no âmbito da democratização econômica são criadas com o objetivo de atender essa demanda. Podemos citar o microcrédito ou microfinanças e as finanças solidárias.

A microfinança, em particular o microcrédito, surge como alternativa para a população sem acesso ao sistema bancário tradicional, por não ter como oferecer garantias reais. A ideia de democratização do acesso aos recursos financeiros é uma das diretrizes da política pública de combate à pobreza, com custos subsidiados e destinados a pessoas físicas e jurídicas, como estímulo ao microempreendedorismo.

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica. (BARONE E OUTROS, 2002, p. 5 apud PASSOS, 2008, p 39).

França Filho (2012) lembra que na década de 1980 o microcrédito foi importante instrumento para a redução da exclusão social agravada pela crise do trabalho, financiando iniciativas empreendedoras individuais com diversas linhas de crédito com baixas taxas de juros. Tendo obtido alguns poucos resultados positivos, o microcrédito não configurou uma política eficiente no combate à exclusão, por utilizar mecanismos mercantis formais, e pela ausência de instrumentos e metodologias adequadas à necessidade de condição de renda do público alvo, e aplicação de outra lógica de relação econômica.

O mesmo autor ainda menciona a necessidade de incorporar ao microcrédito convencional a lógica da economia solidária, dando ênfase ao indivíduo e ao território,

ajudando às pessoas a encontrarem formas coletivas de consumo, comercialização e produção, para que a economia solidária se torne um objeto de política de inclusão eficiente.

[...] o acesso ao crédito raramente se acompanha da possibilidade de uso do conjunto de serviços que o sistema bancário tem a vocação de oferecer. A transferência de recursos creditícios acaba não se traduzindo numa dinâmica de investimentos capaz de representar um salto qualitativo na luta contra a pobreza. (ABRAMOVAY, 2003, p.2).

A microfinança, que tem no microcrédito sua principal atividade, limita-se a um sistema de concessão de pequenos créditos e produtos compatíveis com as possibilidades e nível de renda da população excluída do sistema tradicional. O conceito de finanças solidárias amplia a noção de microfinanças, e diz respeito:

[...] a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas... as finanças solidárias distinguem-se do sistema financeiro convencional pelas regras de acesso e funcionamento qualitativamente diferenciadas que são definidas solidariamente pelas comunidades ou conjunto de associados. Sem exigências de garantias previas em bens, busca fortalecer e reproduzir relações de confiança com base na reciprocidade e na proximidade dos participantes dessas iniciativas. (BRASIL . SENAES, 2013, p. 10).

As finanças solidárias incorporam a lógica da economia solidária e ampliam a visão de microcrédito, na medida em que não se limitam a fornecer crédito e serviços financeiros a pessoas sem garantias reais e apoio a negócios produtivos. A pretensão é que este apoio seja instrumento para que as atividades econômicas possam gerar desenvolvimento territorial.

Tal desenvolvimento é baseado em relações de proximidade que incluem o estímulo ao investimento das populações locais, reforçando vínculos sociais, e contribuindo para a movimentação econômica local, articulando diferentes atores e iniciativas. As atividades financeiras desenvolvem a integração comunitária e territorial, a consciência ambiental e cultural, tendo como fim o desenvolvimento local.

Neste sentido, novas relações de produção e consumo se desenvolvem em espaços públicos de proximidade, expressando a ideia de um sistema financeiro local, adquirindo uma dimensão comunitária em sua ação, que favorece a construção de laços sociais e aponta para uma dimensão de vizinhança e cooperação mútuas que incorporam economia e a ética (MELO NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009).

As finanças solidárias ou finanças de proximidade são instrumentos que buscam a

democratização das relações econômicas e devem responder a necessidades básicas de cada comunidade, fortalecendo o trabalho social acumulado em cada território. Mobilizam, para isso, as forças vivas do meio local, capazes de produzir e realizar coletivamente um projeto de desenvolvimento que inclua as preocupações ligadas à qualidade de vida e à inserção social (COELHO, 2003; ABRAMOVAY, 2007).

Laville (2004) aponta que as experiências de finanças solidárias referem-se às formas de organização comunitária, realizadas pelos próprios atores locais em uma gestão comunitária, onde a preocupação com a rentabilidade econômica não está excluída, mas suas operações pautam-se pelo respeito a valores éticos e humanistas.

Historicamente, experiências de gestão coletiva de fluxos monetários e solidários tiveram origem nos séculos XVIII e XIX, com sistemas de empréstimos para empreendedores, em Londres. Em outros contextos, foram criados fundos de empréstimos e cooperativas de crédito em países como Alemanha, Irlanda e Itália.

Como experiência recente podemos citar o Grameen Bank, criado em Bangladesh na década de 1970, por iniciativa de Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz no ano de 2006. Foi um marco no campo das finanças alternativas. Teve início como microcrédito e ampliaram seus serviços, oferecendo poupança popular, financiamento habitacional e educacional, seguros e cartão de crédito (COELHO, 2003). No Brasil, a origem remonta ao cooperativismo de crédito criado por imigrantes europeus no início do século XX. Nos anos de 1990, as experiências de finanças solidárias expandiram-se através das cooperativas de crédito solidário, das Organizações da Sociedade Civil (OSCIP's) de Interesse Público de microcrédito, dos fundos rotativos solidários, muito utilizados na zona rural, e bancos comunitários de desenvolvimento, cujas diferenças são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Práticas de Finanças Solidárias por suas características

Finanças solidárias	Características
Fundos Rotativos Solidários	Metodologia de organização comunitária para financiamento de iniciativas e projetos de geração de trabalho e renda a partir dos princípios da economia solidária. Os recursos circulam entre os participantes do grupo, que assumem o compromisso voluntário de partilhar com outro grupo ou família (SENAES, 2013).
Cooperativa de Crédito	São sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituídas com o objetivo de estimular o desenvolvimento socioeconômico dos associados e com funcionamento determinado pelo respectivo estatuto

	social (SENAES, 2013).
Bancos Comunitários de Desenvolvimento	Serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da economia solidária (Rede Brasileira de Bancos Comunitários).
Moedas Sociais	Instrumento de troca com o objetivo de incentivar e impulsionar o consumo dos produtos e serviços produzidos localmente. Tem uso restrito a uma localidade e é lastreado em moeda oficial (para cada moeda social uma moeda oficial do mesmo valor). Sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade, gerando desenvolvimento no âmbito local (SENAES, 2013).

Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar que as finanças solidárias estão em pauta principalmente entre grupos de trabalho, redes e fóruns de economia solidária e na esfera governamental. Debates e reivindicações em plenárias nacionais de economia solidária resultaram em políticas governamentais que tratam as finanças solidárias como instrumentos alternativos de financiamento para o desenvolvimento socioeconômico.

O termo finanças solidárias vem se firmando no debate das políticas governamentais a partir do Plano Plurianual 2004/2007. A SENAES executou o programa Economia Solidária em Desenvolvimento e utilizou como referencial os valores da economia solidária na criação de um sistema nacional de finanças solidárias.

Nos anos que se seguiram, o tema foi se fortalecendo com a atuação da SENAES, na realização de assistência técnica para geração de finanças solidárias, e ampliação dos espaços nas políticas federais de economia solidária. Uma das ações principais foi o termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e do Emprego e o Banco Central com o objetivo de garantir o reconhecimento dos bancos comunitários como instrumento de apoio e fomento no campo das finanças solidárias (BRASIL, SENAES, 2013).

O banco comunitário de desenvolvimento é objeto deste estudo, e visa, fundamentalmente, promover o desenvolvimento territorial⁵ sustentável .

⁵ Teoria da territorialidade tem como ponto a abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Territorialidade como esforço coletivo de um grupo social ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico contendo-a em seu território (C.F. SACK 1986, p.19).

3. BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Na seção que se inicia, tratamos brevemente a origem, conceito e características principais de um banco comunitário de desenvolvimento. Em seguida, tratamos em suas linhas gerais, algumas experiências praticadas no Brasil, características e especificidades.

Apresentamos também a experiência pioneira do Banco Palmas, seguida por outras como: Banco dos Cocais, Banco Beira Rio (primeiro banco comunitário da Paraíba, hoje desativado), Banco Timbaúbas, o Banco Maricá, e uma experiência recente o Banco da Periferia.

Na sequência, a discussão foca o banco comunitário como uma expressão das finanças solidárias, evidenciando conceitos e características dessa modalidade. Abordamos também o tema das moedas sociais e a identidade territorial, procurando diferenciar os sentidos da moeda oficial e da moeda social, evidenciando a importância desta para o fortalecimento da comunidade.

Em outro momento, utilizamos o conceito recente de gestão social, para entender a gestão social comunitária e a autogestão no campo do desenvolvimento local sustentável.

3.1 - Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Ao refletir sobre a economia e as relações sociais e econômicas construídas que dão origem aos fluxos econômicos, atentamos para as relações geradas no sistema capitalista fundadas na desconfiança, na acumulação de riqueza individual e no lucro.

Anteriormente, foram mencionadas as diferenças de outra forma de economia, que surge das relações coletivas em busca de sobrevivência, baseada na reciprocidade e na confiança, denominada de economia solidária e suas diversas expressões. Uma economia com outro enfoque: a geração de riqueza social.

Os bancos comunitários de desenvolvimento são compreendidos a partir dos princípios da economia solidária, e se configuram como organizações de finanças solidárias ou finanças de proximidade, onde gestão, processos e produtos estão voltados para o bem-estar dos indivíduos.

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), existem atualmente no Brasil 104 bancos comunitários distribuídos em 19 Estados da Federação. No Sudeste são 27

experiências, no Norte 16 e no Centro-Oeste 10 bancos comunitários. Na região Sul não há bancos comunitários, supostamente pela existência de uma forte tradição em cooperativismo de crédito. No Nordeste, estão localizados 51 bancos comunitários, concentrados em sua maioria no Estado do Ceará, com 37 bancos. Atribui-se ao fato de ter sido, nesse Estado, que surgiu a primeira experiência, o berço do Banco Palmas, fundado em Fortaleza por volta de 1998.

O grande número de bancos na região Nordeste pode ser justificado pelas dificuldades econômicas e sociais enfrentadas historicamente pela população nordestina, onde o desenvolvimento no país não aconteceu de forma igualitária entre as regiões, sendo o Nordeste reconhecido como a região mais pobre do país.

Os bancos comunitários estão presentes em territórios vulneráveis economicamente e socialmente onde nenhum banco tradicional se interessou, até então, a instalar uma agência. Sua presença e ações fortalecem a economia, aumentando o volume de transações econômicas e empoderamento dos habitantes das comunidades onde se encontram.

A rede de bancos comunitários do país (RBBC) prevê que, até o final do ano de 2014, mais 35 novos bancos comunitários devem ser abertos no país.

3.2 Bancos Comunitários de Desenvolvimento: algumas experiências no Brasil

Gaiger (2004) menciona a importância de formular critérios de diferenciação entre os empreendimentos solidários, seja para melhor entendimento de situações específicas, seja para o aprimoramento das experiências existentes.

Em se tratando de um fenômeno em construção, o acompanhamento e a discussão dessas experiências no país são fundamentais para a compreensão do sentido do seu desenvolvimento. Apesar de seguirem a metodologia do Banco Palmas, pioneiro e referência nacional e internacional, as comunidades possuem peculiaridades, diferentes histórias, conhecimentos e aprendizagens.

O conhecimento acumulado sobre os BCDs é fundamental para a construção de tipologias e novas metodologias de finanças solidárias. A nossa intenção não é comparar as experiências que apresentamos a seguir, mas perceber as diversas estratégias e metodologias que os BCDs e as moedas sociais podem assumir em distintos contextos e regiões do país.

As práticas aqui abordadas podem ser entendidas como modalidades de bancos comunitários, que poderiam ser referência para a construção de uma tipologia. As dimensões

dessa tipologia dos BCDs podem ser examinadas a partir da iniciativa da criação do banco, da forma como se estruturam, assim como os produtos e serviços oferecidos.

O primeiro tipo que chamamos de clássico, é formado pelas experiências de BCBs, criados pela comunidade, que possuem moeda social própria, correspondente bancário e oferecem microcrédito, semelhante ao Banco Palmas no seu início. Outro tipo são os bancos acompanhados por incubadoras universitárias para iniciarem e fortalecerem suas atividades. Um terceiro tipo formado com auxílio da iniciativa do poder político, geralmente articulado com as políticas de redistribuição de renda, como é o caso do Banco Popular de Maricá. E uma experiência inovadora, o Banco da Periferia, uma rede composta por 40 bancos comunitários em Fortaleza CE.

Em geral, possibilitam e apoiam processos de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local.

A - A experiência pioneira do Banco Palmas

O Banco Palmas foi criado pelos moradores do conjunto Palmeiras. Lugar para onde muitas famílias que residiam em áreas de risco e em habitações em território com grande potencial econômico à beira-mar foram remanejadas e passaram a morar sem nenhuma estrutura em 1973, na periferia de Fortaleza no Estado do Ceará. O espaço era tão inapropriado que um dos primeiros seminários realizados para a construção dos Bancos Comunitários se chamou “Habitando o inabitável” (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008).

A necessidade por melhorias na infraestrutura do Conjunto Palmeiras uniu os moradores, que se organizaram para reivindicar e realizar a urbanização do bairro. Juntos, conseguiram algumas melhorias, mas a pobreza econômica dos moradores continuava latente. Em debate coletivo na associação de bairro foi percebida a necessidade de gerar trabalho para as pessoas residentes na localidade.

Ao refletir sobre a situação em que viviam, e ante as expectativas de urgentes mudanças, fica em evidência a necessidade de fortalecer a economia do bairro e melhorar a vida de todos. Percebeu-se que as pessoas construíam a maioria de suas relações econômicas fora do bairro, deixando suas poupanças em outras localidades e enfraquecendo a economia local. Um projeto começou a ser pensado e desenvolvido coletivamente e recebeu o nome de Banco Palmas. O empreendimento foi formalmente inaugurado e entrou em funcionamento em janeiro de 1998 (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008, p.14).

Iniciado em 1998, o Banco Palmas surgiu fruto da ação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e do fortalecimento de uma comunidade pobre que luta por condições dignas de vida.

O objetivo do Projeto Banco Palmas seria então garantir microcréditos para produção e consumo local a juros baixos sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Mais do que um cadastro formal à concessão de crédito exigia um conhecimento da vida da pessoa do tomador do empréstimo na comunidade. (FRANÇA FILHO, 2012, p 57).

A moeda social Palmas foi criada como o objetivo fortalecer a economia local, e os moradores passariam a fazer suas compras dentro do bairro, para que o dinheiro circulasse internamente e gerasse riqueza. Inicialmente, para que a moeda circulasse, foi necessário um trabalho e conscientização tanto dos comerciantes para que aceitassem a moeda social, como meio de pagamento, como dos moradores para que utilizassem a moeda em suas compras diárias.

Figura 2: Cédula moeda social Palmas



Fonte: Instituto Palmas

Como incentivo aos comerciantes, para que aceitassem receber a moeda Palmas como meio de pagamento, foram criadas linhas de crédito sem juros. Aos moradores criou-se um sistema de descontos nas suas compras com Palmas. Inicialmente para a moeda circular no bairro, o Banco Palmas construiu uma escola comunitária pagando parte do salário dos funcionários e parte do material de construção, em Palmas.

Em 2013 foi lançada a moeda social Palminha, para iniciar a cultura da economia solidária com as crianças do bairro. Notas de P\$ 0,05, P\$ 0,10, P\$ 0,25, e P\$ 0,50 foram lançadas especialmente para essa iniciativa. O lançamento das palminhas aconteceu em meio à festa e atividades voltadas para o público infantil.

Com o objetivo maior de estimular o desenvolvimento endógeno do conjunto Palmeiras, o Banco atua com diversas frentes, desde atividades comunitárias, organizações

associativas e reivindicativas, prestação de serviços bancários, disponibilização de pequenos créditos, fomento aos empreendimentos locais, atividades de formação e capacitação de apoio à criação e articulação de novos bancos comunitários com a disseminação dessa metodologia desenvolvida pelo Instituto Palmas.

O Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (Instituto Palmas) foi criado em 2003 com o objetivo de disseminar a metodologia dos Bancos Comunitários e fazer a gestão do conhecimento e difusão das práticas de Economia Solidária criadas pelo Banco Palmas.

Nestes 16 anos de vida, o Banco Palmas tem como convicção a geração de trabalho e renda na comunidade, com foco no desenvolvimento integrado voltado para a edificação de uma rede solidária de produção e consumo local. Desenvolve projetos sociais destinados a melhorar a qualidade técnica e profissional dos moradores do bairro, como: academia de moda da periferia⁶, Bairro Escola⁷, Incubadora feminina⁸, Palmatech⁹, Escola Popular Cooperativa Palmas¹⁰, projeto ELAS¹¹ entre outros.

B - A Moeda social Qualquer

⁶ Oferece formação técnica através de cursos profissionalizantes na área de moda em máquinas industriais avançadas a jovens e mulheres para ampliação do conhecimento sobre economia solidária. (Instituto Palmas 2014) <http://www.bancopalmas.org.br/> acesso em 11 março de 2014.

⁷ Gera capacitação profissional para jovens de 16 a 24 anos . Neste projeto os empreendimentos do bairro (comércios, industrias e serviços) capacitam e empregam os jovens da comunidade. Valorizam os jovens que integrados a vida econômica e social da comunidade tornam-se correponsáveis pelo bem viver da região onde moram. (Instituto Palmas 2014) <http://www.bancopalmas.org.br/> acesso em 11 março de 2014.

⁸ Projeto de segurança alimentar direcionado a mulheres em situação de risco pessoal e social, moradoras no Conjunto Palmeira. Consiste em reintegrá-las ao circuito produtivo de forma a garantir-lhes cidadania e renda que assegure o acesso ao alimento. Integra oficinas, cursos profissionalizantes, ateliê de produção e um Laboratório de Agricultura Urbana. <http://www.bancopalmas.org.br/> acesso em 11 março de 2014.

⁹ Espaço, localizado na sede da Associação, que oferece oficinas e cursos variados na área de capacitação profissional, gestão de empresas solidárias, criação de redes e instrumentos de Economia Solidária..Tem como valor central o controle da sociedade sobre a economia e o mercado como espaço de cooperação, colaboração e satisfação das necessidades humanas. <http://www.bancopalmas.org.br/>

¹⁰ Consiste em um projeto educacional, cujo objetivo é auxiliar a juventude do bairro a ingressar na universidade. Oferece aos alunos: conhecimentos teóricos para obterem sucesso no vestibular, desenvolvimento da capacidade empreendedora, e sensibilização para a participação nas atividades comunitárias e de proteção ambiental. Cada turma tem 06 meses de capacitação, 600 horas de sala de aula. Os professores geralmente são ex-alunos, alunos universitários e professores das escolas públicas do bairro

¹¹Este projeto envolve mulheres que recebem o bolsa família, mulheres produtoras de culinária e confecção. Tem parceria com o M.TE.

Existem ainda experiências das finanças solidárias onde a existência da moeda social não está relacionada à existência do BCDs. Geralmente, a moeda social nesses casos só é utilizada em feiras de economia solidária para a circulação de produtos.

A moeda social Qualquer foi resultado de discussões da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária para a inclusão de portadores de doença mental.

Figura 3: Cédula moeda social qualquer



Fonte: <http://saudeecosol.org> (acesso 22/03/2014)

O nome da moeda Qualquer foi escolhido coletivamente no Curso de Formação de Multiplicadores de Saúde Mental e Economia Solidária (EEUSP).

O termo qualquer sempre foi utilizado para definir algo sem valor e invisível socialmente. A escolha do nome da moeda foi para ressaltar que a construção da feira de economia solidária e saúde mental e da REDE que pode ser composta de qualquer pessoa que queira construir uma sociedade solidária, justa e sem moradores em manicômios. (Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, <http://saudeecosol.org> (acesso 22/03/2014)

Nesse sentido, o intuito é promover a inclusão social de amplos setores excluídos, por preconceito relacionado aos doentes mentais ou relacionado à questão social e econômica, que deixam invisíveis algumas camadas das sociedades. O grande objetivo é valorizar e reconhecer socialmente todas as pessoas e construir uma sociedade mais justa.

C - Banco das Timbaúbas

Timbaúbas é um dos bairros mais carentes de Juazeiro do Norte, no Ceará, composto por uma população vulnerável, que necessita serviços públicos básicos como transporte, infraestrutura, saúde e educação.

A ideia do Banco Comunitário das Timbaúbas foi proposta pelo Centro Comunitário, após receber a doação de um terreno da Prefeitura. O Centro Comunitário tinha em mente

montar ali um local de geração de trabalho e renda para a população. Neste terreno seriam construídos boxes com negócios variados e a sede do banco comunitário.

O Centro comunitário procurou a Universidade Federal do Ceará (UFC) para auxiliá-lo neste projeto como parceiros. A parceria se deu através da implantação de um projeto de desenvolvimento local impulsionado pela constituição de uma rede local de economia solidária a partir da implantação de um banco comunitário.

A Incubação da ITEPS Incubadora tecnológica de economia popular solidária da UFC Campus Cariri teve início em 2010, com apoio e assessoria técnica para a elaboração de documentos para formalização da associação, mapeamento de produção e consumo e identificação de caminhos e oportunidades para o desenvolvimento local.

Após inaugurado em abril de 2011, e depois de uma avaliação positiva de 3 meses, o banco continuou seu funcionamento.

Nos mesmos moldes do Banco Palmas, lançaram a moeda social Timba. Lastreada na moeda oficial cada Timba equivale a R\$ 1,00. São cédulas de T\$ 0,50 a T\$ 5,00, cuja circulação visa um aquecimento da economia local.

Figura 4: Cédula moeda Social Timba



Fonte: <http://www.caririnoticia.com.br./2011/08/juazeiro-do-norte-ce-moeda-social-ganha-adeptos.html>. Acesso 23/04/2013.

Inicialmente, duas linhas de crédito foram lançadas para consumo e produção. O morador interessado pode ter acesso a empréstimos de R\$ 50,00 a juros baixos até a data prevista para o reembolso ao banco, em 30 dias, caso tenha a necessidade de consumir alimentação, remédios ou mesmo pagamento de energia fora do bairro. Se o empréstimo for em Timbas não incorrerá juros.

Os empréstimos voltados para a produção podem chegar a R\$ 300,00 e terão juros, mas abaixo do que pratica o mercado financeiro. Os empréstimos devem ser pagos em duas ou até três parcelas, a depender do valor emprestado.

Assim como em todos os bancos comunitários, o critério para que o crédito seja concedido é uma visita aos vizinhos do proponente pelo agente de crédito. É importante a indicação, por dois moradores do bairro, de que o cliente é um bom pagador.

O Banco Timbaúbas sofre dificuldades pela falta de recursos e de parcerias externas, tão importantes para o desenvolvimento do banco. Mesmo com as dificuldades inerentes aos empreendimentos de economia solidária, as ações do banco continuam sendo desenvolvidas em prol do desenvolvimento local.

D - Banco Comunitário Beira Rio

Por iniciativa de lideranças comunitárias com a ajuda da pastoral da igreja São Pedro Pescador do bairro de Manaíra, foi instituído em 2006 o primeiro Banco Comunitário da Paraíba.

Situado em um dos bairros em que a pobreza, violência e desemprego fazem parte da vida das famílias, o Banco era responsável pela organização da rede de produção, denominada Rede Comunitária de Economia Social (Recomesso), Casa da Solidariedade e grupos de produção e de consumo local, através da democratização do crédito e criação de moeda circulante local, o Ribeirinho.

O Banco Beira Rio chegou a fornecer serviços de correspondente bancário, oferta de microcrédito para pequenos empreendimentos, organização do brechó solidário, elaboração da moeda local, realização do mapeamento de produção e consumo local.

No entanto, em virtude da limitação de recursos e do sinistro ocorrido em janeiro de 2009 (assalto) o Banco foi forçado a suspender suas atividades, ficou sem lastro e o Ribeirinho (moeda local) não chegou a circular.

O Banco Beira Rio se configura numa experiência não exitosa. Além dos problemas decorrentes do assalto, divergências políticas internas dificultaram a reabertura do banco, ensaiada algumas vezes com a ajuda da INCUBES/UFPB - Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba. Estes desentendimentos internos enfraqueceram a organização comunitária que agia em prol do banco, ocasionando a perda dos laços de coletividade, condição fundamental para um Banco Comunitário, onde diálogo, a

confiança e a colaboração entre as instituições que atuam da comunidade são necessários para a articulação em rede dos atores que atuam no território.

E - Banco Cocais

O Banco dos cocais esta localizado no município de São João do Arraial, que possui 7,3 mil habitantes e se localiza a 250 km de Teresina/PI. O município não possuía nenhuma agência bancária ou correspondente bancário disponível. Até a abertura do banco em 2007, o único correspondente bancário próximo ficava no município vizinho.

Para sanar o problema, foi implantado com o apoio da Prefeitura de São João do Arraial, um Banco comunitário e uma moeda social chamada Cocal.

Figura 5: Cédula moeda social Cocal



Fonte: <http://caminhosacaminhar.wordpress.com/> Acesso 25/04/2014.

A prefeitura participou ativamente deste processo e parte do salário dos funcionários públicos e dos benefícios do bolsa família são pagos em moeda social. No Banco dos Cocais, as taxas e impostos podem ser pagos em moeda social, o que confere uma ajuda mensal ao banco.

Neste sentido, o banco comunitário vem complementar as instituições financeiras tradicionais, na medida em que atende ao público excluído financeiramente.

Anteriormente ao banco, havia sido criado um fundo municipal de apoio à economia solidária com a finalidade de arrecadar 40% da receita monetária, gerando R\$ 20.000,00 por mês para o fomento dos empreendimentos econômicos solidários. Atualmente, circulam na cidade cerca de 12 milhões de reais, fortalecendo a economia do município. O banco é de responsabilidade da sociedade civil, mas a Prefeitura e entidades locais compõem o conselho gestor.

F - Banco Popular de Maricá

Criado em Janeiro de 2014, o Banco Popular de Maricá está localizado no município de Maricá RJ, e se configura uma experiência singular enquanto metodologia dos bancos comunitários, reconhecido como uma política pública municipal.

O município de Maricá possui 139 mil habitantes, sendo que 13mil pessoas vivem em pobreza extrema. (IBGE 2010). Frente a essa situação, a prefeitura municipal instituiu um programa de distribuição de renda, destinando parte dos royalties do pré-sal para 3 mil famílias cadastradas nos programas sociais do município.

Para estas famílias foi repassada inicialmente a quantia de R\$ 70,00 (setenta reais) por mês. Na verdade, são repassados M\$ 70,00 (setenta mumbucas), nome da moeda social virtual gerenciada pelo Banco. Este programa recebeu o nome de Bolsa Mumbuca, para fazer com que essa renda adicional propiciada pela prefeitura circule no interior do município, fortalecendo a economia local. Atualmente o valor repassado é de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) ou melhor M\$ 85,00 (oitenta e cinco mumbucas) que fazem diferença em famílias muito pobres.

Figura6: Moeda social eletrônica/ Cartão magnético



Fonte: Instituto Palmas, 2104.

A Mumbuca (nome do rio que corta o município) é repassada e circula como uma moeda social virtual, via cartão magnético. Pequenos estabelecimentos comerciais cadastrados recebem máquinas que aceitam o cartão magnético.

Segundo o Instituto Palmas, de janeiro até agosto de 2014, o programa beneficiou 10.147 famílias, com o valor da bolsa de M\$ 85,00 (oitenta e cinco Mumbucas); 104 empreendimentos cadastrados na rede Mumbuca, com circulação de mais de 2 bilhões de reais em Maricá.

As famílias beneficiadas serão incentivadas pelo banco para criarem cooperativas e grupos produtivos e pretende fornecer crédito para cooperativas, associações, pequenos comerciantes e pescadores no valor de até 15 mil reais e juros subsidiados.

Essa experiência se torna peculiar porque a iniciativa de criar o banco partiu do poder público municipal e não da população do município.

G - Banco da Periferia

O Banco da Periferia surge de uma iniciativa do Instituto Palmas e tem como objetivo avançar na construção de um sistema de finanças solidárias, que deve integrar uma rede com 40 bancos, incluindo o Banco Palmas. Os bancos comunitários serão instalados pelo instituto na periferia de Fortaleza na busca do desenvolvimento socioeconômico para os bairros mais pobres da capital do Ceará.

A pretensão é atender 120.00 famílias por mês, oferecendo serviço de correspondente bancário, moeda social, capacitação profissional, crédito, educação financeira e organização de grupos produtivos, feiras e Organização de fóruns locais para a participação e controle social.

O Instituto Palmas esclarece que os bancos serão integrados por um software de gestão e uma rede de interna de comunicação (intranet); onde em um primeiro momento, contratos, convênios, assistência técnica ficarão a cargo do Instituto Palmas, assim como a governança do fundo que será assegurado pelo Instituto com recursos do BNDES.

Essa experiência configura, numa inovação no conceito dos bancos comunitários, a construção de uma rede.

3.3 Bancos Comunitários de Desenvolvimento – Conceitos e Características

Como já foi mencionado, os BCDs estão inseridos no campo das finanças solidárias e têm o propósito de realizar um trabalho de inclusão social através de crédito solidário, financiamento de produção e consumo local, fortalecendo as relações econômicas da comunidade e contribuindo para a alteração do quadro de exclusão social e econômica através do desenvolvimento territorial.

O Termo de Referência, elaborado pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006) , define os BCDs como:

Serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva da reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Tendo como objetivo dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros.

Para MELO NETO SEGUNDO e MAGALHÃES (2005), o banco comunitário reorganiza as economias locais e promove a geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária, atuando de forma estratégica nos quatro pontos da cadeia produtiva do ciclo econômico sustentável, que são: capital solidário; produção sustentável; consumo ético e; comércio justo.

O quadro a seguir sintetiza os principais conceitos sobre Banco comunitário de desenvolvimento.

Quadro 2: Principais conceitos de Banco comunitário de desenvolvimento

Autor	Conceito
REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (2014).	São serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva da reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo principal é dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros.
MELO NETO e MAGALHÃES (2005).	Serviços financeiros, solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, destinados a reorganizar as finanças locais, na perspectiva da economia solidária.
SINGER (2013).	Instrumento de política pública da economia solidária. A finalidade do banco comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza.
	Práticas de finanças solidárias de apoio a economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Articulam quatro eixos centrais de ações e seu processo de intervenção: fundo de

FRANÇA FILHO (2012, p 50).	crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. Preocupa-se com o território e impulsiona a capacidade de produção, geração de serviços e consumo territorial.
MINISTERIO DO TRABALHO E DO EMPREGO	[...] Os bancos comunitários são projetos de apoio à economia popular de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária. Além disso, os bancos comunitários atuam para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão. Ajudam a colocar em prática estratégias de desenvolvimento a partir dos princípios de economia solidária
SILVA JUNIOR (2007).	Um projeto de finanças solidárias tem por base os princípios da Economia solidária e orienta-se para o desenvolvimento socioeconômico de um território. Estas experiências se apoiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território, geridas pela própria comunidade, na forma de quatro serviços fundamentais: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária.

Fonte: Elaboração própria.

Neste sentido, os Bancos Comunitários se diferenciam dos bancos convencionais na medida em que suas práticas econômicas e sociais seguem a lógica da economia solidária. Buscam a satisfação das necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dos indivíduos e comunidades, atuando na promoção do desenvolvimento sustentável.

Ressaltamos ainda duas diferenças primordiais: as relações construídas e a razão de ser da organização. Em um banco convencional, o interesse é a rentabilização do capital, as relações banco-cliente são baseadas em contratos e garantias, e são realizadas movimentações financeiras, empréstimos e outros serviços financeiros com a cobrança de taxas elevadas de juros. Em um Banco Comunitário também são realizadas movimentações e oferecidos serviços financeiros, com baixas taxas de juros ou inexistentes, e as relações do banco-

usuários são diferenciadas, baseadas em princípios solidários, de reciprocidade, confiança e inserção social. O interesse, neste caso, está além do econômico (FRANÇA FILHO, 2008).

As transações não são impessoais, primam pela solidariedade e ética, valorizando as pessoas, o local e a história da comunidade, procurando construir a noção de que a melhoria da forma de viver não depende apenas do fluxo financeiro, mas da organização comunitária, parcerias, relações de proximidade e confiança.

Não se trata de transações impessoais regidas pelos tipos de contratos e regras que caracterizam as relações de mercado. Não são impostos por mecanismos sem sujeito como no mercado, mas por pautas morais de comportamento histórica e cultural- mente determinada. A solidariedade é uma dimensão muito importante da Economia Popular, porque a qualidade de vida alcançável depende não só das capacidades e recursos materiais, mas também do justo e do possível (CORAGGIO, 2001, p. 117, apud ARAÚJO 2009 p 124).

Vale salientar que os BCDs não promovem ações de microcrédito tradicional, voltadas ao empreendedorismo individual. Os BCDs ampliam a visão do microcrédito convencional ao fundamentar-se nas relações de proximidade e aproveitamento das capacidades territoriais na promoção do desenvolvimento local (FRANÇA FILHO, 2008).

O banco comunitário valoriza as pessoas e mobiliza a organização da comunidade a partir dos serviços que oferece: moeda social circulante, crédito solidário para produção e consumo sem juros em moeda social; ou a juros baixos em real, cartão de crédito popular solidário, abertura e depósito em conta, saque avulso ou com cartão magnético (disponível em algumas experiências), recebimento de títulos, pagamentos e benefícios. Os serviços (expostos no quadro a seguir), promovem a inclusão de um conjunto significativo da população que não tem acesso a serviços bancários e se mantém excluída financeiramente.

Quadro 3: Modalidades de serviços solidários oferecidas por um banco comunitário

Serviços Financeiros Solidários	Serviços Solidários da Organização Local
Microcrédito Solidário	Formação e Capacitação
Moeda Social Circulante Local	Assessoria técnica aos empreendimentos locais
Serviço de Correspondente Bancário*	Fomento e animação de fóruns locais
Outros serviços financeiros*	Fomento de redes locais de Economia Solidária
Acesso aos serviços financeiros	Fortalecimento sociocultural e econômico da localidade

Fonte: FRANÇA FILHO (2012).

A falta de acesso a serviços financeiros é uma realidade bem presente para muitos brasileiros. Segundo informação do Banco Central, existem 233 municípios brasileiros que não possuem sequer uma agência de correspondente bancário.

Os BCDs levam para a comunidade serviços bancários próprios e outros serviços que dependem da parceria com bancos públicos, como é o caso do correspondente bancário. Tais serviços não estariam disponíveis nestas localidades pela falta de interesse comercial das instituições bancárias tradicionais nas pequenas comunidades com alto grau de vulnerabilidade social.

França Filho (2006) define os serviços de um banco comunitário como serviços mercantis e não concorrencial. Mercantil pela natureza do serviço comercializado, embora apresente as características próprias deste tipo de organização, que possui outra lógica de funcionamento econômico e de relação com o dinheiro, pois envolve relações de proximidade e utilidade social.

As relações de proximidade são construídas a partir da união de pessoas que compartilham problemas em comum, esperanças, desejos, oportunidades, assumem compromissos, obrigações mútuas e constroem relações de confiança, onde a ação coletiva visa ao bem comum.

A ousadia de um Banco Comunitário é de tentar restaurar laços e vínculos sócias seriamente degradados pelas condições de vida mais geral das pessoas nos bairros populares através de um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica local. Isto que dizer construir um novo tipo de sociabilidade a partir de novas formas de relações econômico produtivas. (FRANÇA FILHO, 2012, p. 84).

Configura-se um espaço social, no qual determinada comunidade se organiza, e debate formas para melhorar sua comunidade, cria redes solidárias, gera seus próprios recursos, moeda social e outros serviços financeiros, com o compromisso do desenvolvimento territorial local envolvendo ações de crédito, produção, comercialização e capacitação. Potencializa as capacidades do território, organizando e fortalecendo a economia local.

Historicamente, os primórdios dos bancos comunitários podem ser vistos em experiências relacionadas ao cooperativismo de crédito, ajuda mútua por meio de crédito e poupança para os excluídos e marginalizados do sistema capitalista.

Conforme Singer (2002), os bancos comunitários possuem algumas características do cooperativismo de crédito da Europa no século XIX, principalmente na Alemanha onde as cooperativas eram operadas pelos próprios membros, em regime de autogestão, com garantia solidária baseada na confiança e na responsabilidade coletiva.

Além destas características em comum com as primeiras cooperativas de crédito, os bancos comunitários desenvolvem uma dinâmica que se orienta para as práticas comunitárias tendo como referência a coletividade (FRANÇA FILHO, 2011).

No Brasil, como já foi mencionado em seção anterior, foi o Banco Palmas o primeiro banco comunitário no país, localizado em Fortaleza/CE. Hoje já são 104 bancos no território nacional, número que vem crescendo nos últimos anos, fortalecendo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e ganhando reconhecimento institucional nos diversos debates, conferências e fóruns, a exemplo do Fórum Banco Central de Inclusão Financeira (em 2009 e 2010). A criação da SENAES e o edital público nacional de apoio às finanças solidárias, além da Conferência Nacional sobre Economia e Democracia (2014), são espaços institucionais e articulações que vêm permitindo o crescimento destas experiências, ao mesmo tempo em que se busca a institucionalização do BCD como política pública de combate à miséria (FRANÇA FILHO et al, 2011).

A SENAES/MTE firmou parceria com o Instituto Palmas¹² para transferir a metodologia dos bancos comunitários a outros municípios brasileiros, através do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, com o objetivo de sistematizar a metodologia e apoiar a fundação de outros Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Nesta parceria, o Banco Palmas passa a atuar como consultor dos novos bancos e a SENAES como financiadora e apoiadora das ações. A partir de então, esta parceria vem consolidando os BCDs e articulando as políticas públicas voltadas à emancipação e sustentabilidade de organizações que atuam sob os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade. O projeto apoia e capacita as lideranças locais dentro dos princípios da economia solidária, na condução de projetos de geração de trabalho e renda, implantação de sistemas locais de produção e consumo, do comércio justo, da produção sustentável e das finanças solidárias.

Diante do número de experiências que se multiplicam pelo país, o Instituto Palmas definiu através de Termo de Referência as principais características dos bancos comunitários, conforme segue:

1 - É a própria comunidade que decide criar o banco, tornando gestora e proprietária do mesmo. 2 - Atuam sempre em duas linhas de crédito: uma em reais e a outra em moeda social circulante. 3 - Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território. 4 - Apoiam os empreendimentos em suas linhas estratégicas de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros). 5 - Atuam em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social. 6 - Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais e políticas compensatórias; e 7 - sua sustentabilidade no curto prazo funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (MELO NETO e MAGALHÃES, 2006, p.7).

O apoio à formação de novos bancos requer antes de tudo que a comunidade tenha condições de gestar e desenvolver a ideia do BCD. Estas condições partem da organização social e da história construída coletivamente a partir da vivência em comunidade, e busca o desenvolvimento territorial a partir de uma gestão compartilhada por seus atores sociais.

¹² “É uma OSCIP de Microcrédito, fundada em 2003 pela ASMOCONP (Associação de Moradores do Conjunto Palmeira). Tem como função principal difundir a tecnologia do Banco Palmas, ajudando a criar outros Bancos Comunitários no Brasil (e em outros países), integrando-os em rede. O Instituto Palmas serve como um guarda-chuva para os novos Bancos oferecendo crédito, correspondente e microseguro. O Banco Palmas se relaciona com o Instituto Palmas do mesmo jeito que os outros Bancos Comunitários: utilizando as linhas de crédito, correspondente bancário e microseguro do Instituto Palmas”(INSTITUTO PALMAS, 2014).

Partindo deste princípio, o Instituto Palmas define o processo que a comunidade deve seguir para a criação do Banco Comunitário da seguinte maneira:

- 1) mobilização dos atores sociais da comunidade para decisão coletiva de problemas comuns onde são realizadas reuniões para a comunidade decidir se quer criar o banco;
- 2) a comunidade escolhe a organização social que vai ser gestora do banco;
- 3) discute-se e delibera-se sobre o funcionamento do banco, o nome do banco e da moeda, os produtos e linhas de crédito, a estratégia e os processos do banco para a escolha do conselho gestor e dos agentes de crédito;
- 4) a participação da comunidade é essencial neste processo, atuando-se com campanhas educativas e formação para fortalecer o elo banco-comunidade.

França Filho (2012,p,87) afirma que os BCDs são "... uma instância associativa envolvendo moradores num determinado contexto territorial que buscam a resolução de problemas públicos concretos relacionados à sua condição de vida no cotidiano através do fomento à criação de atividades socioeconômicas". Ou ainda, para o Instituto Palmas,

Os bancos comunitários são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitários (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativas da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGS, igrejas) seu funcionamento supõem a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica desse modo numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2006, p.8).

A gestão comunitária deve buscar envolver grande parte dos moradores da comunidade, promovendo a participação através das diversas formas: seja como parte do conselho gestor, como cliente do banco, agente de crédito, tomador de crédito, empreendimento etc. A comunidade é quem traça e controla as estratégias de ação do banco. Todos devem opinar promovendo a democratização da gestão e do processo decisório (PASSOS, 2008).

O BCDs formam atores locais que passam a atuar diretamente na gestão de uma organização que visa ao desenvolvimento comunitário, ao fortalecimento da organização local à formação de lideranças para conduzirem seus próprios projetos de desenvolvimento.

França Filho (2012) chama a atenção para o maior obstáculo que pode comprometer a sustentabilidade do banco e suas ações, que é a resistência imposta por lideranças que centralizam o poder. O banco é uma construção social da comunidade, e não de lideranças

locais. Daí a importância de uma gestão social e o efetivo exercício da democracia; o envolvimento de todos os moradores e o fortalecimento da organização comunitária.

Segundo Silva Júnior (2006), um banco comunitário organiza, mobiliza e capacita as comunidades proporcionando o seu desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, articulando produção, comercialização, financiamento e formação da população local.

Mattos (2010) comenta que a iniciativa da criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento é o resultado da ação coletiva em prol de melhorias das condições de vida do bairro, e articula na sua atuação produção, consumo e formação, fortalecendo e desenvolvendo as diversas dimensões:

- Dimensão Econômica: através das atividades que visam à geração de renda e à organização da economia local;
- Dimensão Social: insere as atividades econômicas na dinâmica da organização social, favorecendo e fortalecendo a construção de relações associativas;
- Dimensão Política: facilita a articulação e a discussão de problemas da comunidade transformando o meio em que vivem.

Tais dimensões estão articuladas entre si e são fomentadas através das ações do banco comunitário e dos serviços por ele oferecidos. De acordo com França Filho (apud Mattos, 2010), os BCDs são orientados para oferecer serviços financeiros solidários, o fomento à economia solidária, a sensibilização comunitária e a animação de fóruns locais a partir de ações como:

- Fundo de crédito solidário: fundo destinado para crédito voltado à produção e ao consumo;
- Moeda social circulante local: a moeda tem como objetivo a movimentação da economia local e é gerida pelo BCD, aceita pelos comerciantes da comunidade, correspondendo seu valor à unidade monetária R\$1,00 (um Real).
- Feiras de produtores locais: reforçam os vínculos sociais e estimulam a comercialização local em moeda social
- Capacitação em Economia Solidária: conscientizar os moradores sobre os princípios de economia solidária para fortalecer e diversificar a rede de acordo com a demanda local.

Estas ações visam promover o fortalecimento da economia local e a articulação dos atores locais - produtores, consumidores e prestadores de serviços – vinculando-os ao movimento de economia solidária.

Os Bancos Comunitários surgem como reação das populações desfavorecidas que se unem em prol do desenvolvimento coletivo, satisfazendo as necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dos indivíduos. Neste contexto, a dimensão econômica torna-se instrumento para o alcance das demais dimensões.

A necessidade de recursos para que seja possível seu funcionamento é uma realidade, porém a sustentabilidade dos BCDs não abrange apenas a lógica econômica. Os recursos financeiros, conforme detalha o Instituto Palmas, são captados de diferentes fontes, desde fundos solidários construídos por doações, parcerias, cotização entre os moradores etc., até prestação de serviços como correspondente bancário e por editais do governo federal.

Sua sustentabilidade se dá através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Este fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos entre doações de pessoas físicas e jurídicas cotizações de associados (pessoas físicas e ou jurídicas) prestações de serviços mercantis não concorenciais e outros tipos de prestação de serviços. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2011, p.9).

O apoio da SENAES vem acontecendo desde 2010, com o lançamento de editais para o fortalecimento dos BCDs. Isto tem favorecido o aumento do número de bancos com moedas sociais em regiões pobres do país, que possuem potencial para a formação de um banco.

De certa forma, é interessante atentar para uma dependência do apoio financeiro do governo a estas experiências, pois a maior parte dos recursos dos BCDs para manter o contrato dos funcionários é proveniente de editais do governo federal, especialmente da SENAES. Os demais recursos utilizados para oferecer empréstimos e outras ações são arrecadados por meio de eventos, doações e parcerias firmadas.

A continuidade das atividades muitas vezes fica na dependência da abertura de novos editais. Daí a importância de tornar os BCDs uma política pública de desenvolvimento. Para tanto, é necessária a construção de um marco regulatório e o aperfeiçoamento das políticas voltadas à geração de desenvolvimento local.

A não aprovação de um marco regulatório se configura em um entrave para o desenvolvimento dos BCDs, que não recebem apoio mais efetivo por parte do governo federal.

Em 2014, na Conferência Temática “Economia e Democracia - finanças solidárias construindo um plano nacional da economia solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, realizada em São Paulo no âmbito da IV Conferência Nacional de Economia Solidária, foram discutidas propostas como a criação de

uma política nacional de finanças solidárias organizadas com base na articulação de políticas estaduais e municipais, e no reconhecimento institucional das iniciativas territoriais e suas especificidades, com garantia de: a) fomento e assessoria técnica necessária; b) infraestrutura logística e formativa; c) autonomia para o desenvolvimento local. Como principal proposta foi aprovado o pedido de revisão da Lei da PNMP (Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, na perspectiva das finanças solidárias e encaminhada carta ao Ministro do Trabalho e Emprego sobre o assunto.

Outras propostas foram levantadas para que se paute a luta do movimento de economia solidária e se efetive o reconhecimento do potencial das iniciativas de Finanças Solidárias como estratégias para garantir o fomento em escala da Economia Solidária no Brasil. Outra decisão no plano legislativo, foi apoiar o Projeto de Lei Geral da Economia Popular e Solidária; o projeto de Lei 93/2007 da Deputada Luiza Erundina e o PL do cooperativismo, que precisam de um apoio do movimento. Além disso, antigas bandeiras como a criação do fundo de apoio à economia solidária e outras propostas visando ao crescimento das práticas econômicosolidárias como os BCDs.

Diante das dificuldades financeiras que possam surgir, o que mantém o BCD funcionando são as relações construídas, o trabalho voluntário e a persistência da comunidade. Neste sentido, é importante que a comunidade tenha organização social e laços de proximidade fortalecidos, para que não se corra o risco da limitação das ações e o fechamento do banco, como no caso do Banco Beira Rio citado na seção anterior.

As características e conceitos até aqui tratados podem ser reconhecidos nas experiências anteriormente apresentadas e no foco do nosso trabalho: O Banco Jardim Botânico, que será apresentado no último capítulo.

3.4 Moeda Social e Identidade Territorial

Nos primórdios da humanidade os indivíduos produziam para consumo próprio o que lhes era útil, o que possuía valor de uso¹³. Com o acúmulo de necessidades e o aumento da produção necessária à subsistência, foi gerado um excedente, e as trocas passaram a ser rotineiras.

A troca de mercadorias começa nas fronteiras da comunidade primitiva, nos seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Mas, virando os produtos mercadorias na vida externa da

¹³ Resultado de trabalho humano concreto, ou seja, o que dá as características úteis do objeto (MARX,1989).

comunidade, por contágio, também se tornam mercadorias dentro dela. De início, sua relação quantitativa de troca é inteiramente casual. São permutáveis por mútua vontade de seus possuidores de aliená-los reciprocamente. Nesse ínterim, arraiga-se, progressivamente, a necessidade de objetos úteis vindos de fora. A repetição constante da troca torna-a um processo social regular. Por isso, com o tempo, passa-se a fazer para a troca, intencionalmente, pelo menos uma parte dos produtos do trabalho. (Marx, 1989, livro I, vol. 1, p.98.)

Inicialmente, o escambo era mais comum, e as trocas compreendiam uma mercadoria por outra (M-M). Porém, as necessidades dos grupos nem sempre coincidiam. As trocas eram possibilitadas pelo valor¹⁴ reconhecido nas comparações entre mercadorias. Algumas mercadorias que eram mais aceitas foram sendo eleitas como moeda de troca. (MARX, 1989).

A partir da construção da noção de valor, Marx (1989) escreve sobre o fetiche da mercadoria e o poder que ela exerce no mercado, onde a importância da relação de troca não é o indivíduo; a importância passa a ser a configuração da forma de mercadoria que garante o consumo e a satisfação de necessidades.

Neste sentido, as pessoas são subsumidas no processo de produção, a mercadoria assume a dinâmica das relações de troca, e os indivíduos, os sujeitos, os produtores individuais deixam de ter importância, porque a relevância dessa relação está na possibilidade de realização do valor.

Marx (1989) considerava a moeda uma mercadoria que reflete o valor de todas as outras, a representação máxima do trabalho social. É eleita no processo prático socialmente estabelecido como equivalente geral, tornando-se dinheiro e adquirindo a capacidade de se converter em qualquer mercadoria que o seu detentor almejar. (SILVA 2011).

Com a evolução das cidades e a especialização do trabalho intensificou-se a produção para a venda e as trocas. Neste contexto, a moeda, enquanto representante de valor, adquiriu uma forma de dinheiro. Suas funções primordiais (meio de troca, reserva de valor e denominador comum de valor), facilitam e dinamizam as relações de troca e circulação da produção na economia. Atualmente, sem o dinheiro o desenvolvimento não seria possível. Numa sociedade complexa o desenvolvimento não seria possível, se não houvesse um instrumento de troca para dinamizar o intercâmbio, possibilidade de se especializar para produzir produtos complexos e intercambiar como meio de troca (CABANNES, 2000).

Marx (1989) trata o dinheiro como “a divindade invisível”, já que passa a ser a representação máxima de poder no sistema capitalista. Emaná um fetichismo, um encantamento, que corrompe os valores, a subjetividade das pessoas.

¹⁴ Para Marx a fonte de criação de valor é trabalho humano social, trabalho abstrato, dispêndio de força humana no trabalho contido nas mercadorias (MARX,1989).

Segundo este autor, a origem do dinheiro é o trabalho humano incorporado, trabalho abstrato que se mede por tempo de trabalho socialmente necessário. No entanto, atualmente o dinheiro não tem mais base no processo produtivo, escondendo o trabalho humano como determinante de valor, passando a se reproduzir através do próprio dinheiro ($D - D'$). Neste contexto, a circulação da produção e a valorização do valor atendem aos interesses capitalistas de acumulação, onde objetivos individuais sufocam o interesse coletivo.

Nos últimos anos, o sistema capitalista tem buscado sua reprodução a partir do mercado de capitais, desviando o dinheiro necessário ao investimento produtivo para facilitar o comércio e o crescimento da economia. O dinheiro é enviado para os centros financeiros mais lucrativos em busca de altos rendimentos, onde se acumula, e poucos desfrutam dos resultados.

Neste sentido, o ganho flui para os setores mais fortes e promissores da sociedade, aprofundando as desigualdades regionais, sociais e econômicas, pois o dinheiro não flui para as comunidades locais, onde as oportunidades de desenvolver suas capacidades, especializar a produção e dinamizar sua economia são inexistentes aos olhos do capital. Para que haja desenvolvimento em uma comunidade são necessários mecanismos aplicados de forma igualitária e democrática.

A disponibilidade de moeda como instrumento de trocas estimula o desenvolvimento de uma comunidade, de uma região ou de um país. Quanto mais dinheiro circula, quanto mais este dinheiro pode facilitar intercâmbios, quanto mais cada um de nós pode se especializar numa atividade. Quanto mais nos especializamos em nossas atividades, quanto maior o nível de nossos produtos, já que não todos somos bons pescadores, lavradores, ou ferreiros. Nossa desenvolvimento econômico, porém, está diretamente ligado à disponibilidade de um meio de intercâmbio, que nas épocas modernas é o dinheiro. Por isso são necessários mecanismos de criação deste meio ou, em termos econômicos, de emissão de dinheiro. (CABANNES, 2000,. p. 17).

O dinheiro foi desenvolvido pela sociedade num processo histórico, onde quem o possui tem o poder de comprar e comandar trabalho alheio. Outras práticas sociais podem ser vivenciadas, culminando em novas formas de produção nas quais os sujeitos humanos não sejam comparados a objetos e nem estejam á mercê do domínio de um homem sobre o outro (MARX 2003, apud SILVA 2011).

Sendo assim, a economia solidária e as finanças de proximidade têm papel fundamental de proporcionar a inclusão e a igualdade das relações econômicas, oportunidades

de desenvolvimento das comunidades excluídas que criam e respaldam novas formas de dinheiro, que são as chamadas moedas complementares e moedas sociais locais.

Algumas experiências reconhecidas como moedas complementares podem ser relatadas, como os clubes de troca, os LETS Local Exchange Trading System-LETS¹⁵, fundados no Canadá nos anos 70 e conhecidos em países da Europa com diversas nomenclaturas.

No Brasil, clubes de troca também existem, mas a implantação de moeda social está vinculada à concepção do desenvolvimento local sustentável de uma comunidade na perspectiva da Economia Solidária (SINGER, 1999).

A moeda social é uma forma de moeda complementar paralela originada na esfera privada da economia e administrada por seus próprios usuários apoiados pela lógica da circulação da riqueza (SOARES, 2009, p. 255, apud FRANÇA FILHO 2012).

A moeda social local configura-se numa prática monetária inovadora que ressignifica o processo social e econômico, e recupera a capacidade dos agentes de influenciar na acumulação econômica, nos fluxos da economia local e na reprodução social, como mecanismo de concentrar a riqueza produzida localmente.

França Filho e Silva Jr (2009) justificam a denominação “social” pelo fato de as moedas estarem a serviço das comunidades que as criam e implementam no intuito de apoiar na resolução dos seus problemas sociais e econômicos.

As moedas sociais no Brasil estão associadas aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), como já foi mencionado. No entanto, podem existir sem a gestão de um BCD, como quando utilizadas em situações isoladas como em feiras de economia solidária, na experiência citada anteriormente da moeda social Qualquer etc.

Os BCDs são vistos como uma tecnologia social intimamente ligada às estratégias de gestão do desenvolvimento territorial, que utiliza a moeda social como um instrumento de articulação da produção, consumo e prestadores de serviço para o fortalecimento da economia local.

Quando a necessidade de um morador é satisfeita pela moeda social, significa que ele consumiu produtos feitos localmente, ajudando a rede local a aumentar suas empresas e a variedade de produtos oferecidos, fazendo com que os moradores dependam cada vez menos do mercado capitalista. O círculo virtuoso da economia local encontra nos Palmares (Bairro onde se encontra o Banco Palmas) um grande aliado, uma vez que a moeda ajuda -

¹⁵ Os LETS são clubes de troca, onde o dinheiro nacional é substituído por uma moeda de circulação interna ao clube e auxiliam, também, no combate à falta de poder aquisitivo da população, causado pelas políticas monetárias restritivas, impostas pelo sistema oficial (SINGER, 1999, p. 39).

pela troca - a realização de vários fluxos econômicos internos, potencializando a produção e o consumo local. (CABANNES, 2002. p.55).

A moeda social se diferencia das demais moedas complementares (ticket refeição, vale transporte) em três critérios: 1) a finalidade da iniciativa; 2) a gestão social deste recurso e; 3) a natureza da propriedade. A moeda social nasce de um acordo político e social entre os atores. Não visualiza ganhos financeiros e sim a melhoria social e o desenvolvimento local. A gestão e o controle dos recursos financeiros é social através do Banco comunitário, que fortalece a democracia econômica, onde a propriedade e a iniciativa são coletivas. A moeda social é uma construção social e não material .

Menezes (2007, p.33) cita como aspectos importantes das moedas sociais:“ i) iniciam-se no terceiro setor, isto é, fora do Estado e do mercado capitalista; ii) existe restrição do uso no espaço e iii) inexistem práticas de taxas de juros”.

Por não render juros não é utilizada como meio de acumulação e sim para aumentar a circulação de bens e serviços no local em que é criada, promovendo uma nova relação com o dinheiro, restaurando vínculos sociais degradados pela exclusão promovida pelo capitalismo.

A restauração dos vínculos sociais acontece ao se estimular uma nova organização econômica local e a construção de um novo tipo de sociabilidade baseada no interesse e satisfação coletiva, legitimada no território e entre os atores locais que concebem e reconhecem o significado, a identidade territorial e a moeda. (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009).

Esta nova relação com o dinheiro, sobre como se comportam os juros, renova a função social da moeda e enaltece os princípios da economia solidária, do comércio justo, e a redistribuição de renda imprime novas configurações ao fetiche da mercadoria e do dinheiro tratado por Marx.

Na economia solidária o fetichismo da mercadoria ganha nova nuance, pois se configura a partir de uma organização social onde as forças de trabalho individuais são empregadas conscientemente como forças de trabalho social. Uma vez que a relação social é mediada pelos produtores, estes não ficam a margem pois figuram como atores principais na relação de troca.

Assim como o fetiche da mercadoria, o fetiche do dinheiro adquire novos contornos com a moeda social local, na medida em que o objetivo principal não é a acumulação de moeda e o poder emanado desta acumulação, mas sim a ampliação da circulação de riqueza e de consumo na comunidade, com propósito de dinamizar a economia.

Em alguns casos, o custo de fabricação da cédula social é mais elevado do que o seu valor nominal. Em outros casos, as moedas perdem seu valor periodicamente, como no caso do Chiemgauerii, citado por França Filho (2012) onde o sistema de moeda complementar funciona com taxas de juros negativas (ou oxidação).

Em sua dimensão de prática econômica, a moeda social tem seu valor corresponde à unidade monetária R\$1,00 (um real), ou seja, tem como lastro a moeda oficial e sua conversibilidade é automática. Estipular o valor da referida moeda à base da moeda nacional além de facilitar a compreensão dessa operação cambial, torna mais fácil o seu uso.

A moeda social é fruto de uma construção social, assim como a moeda oficial. No entanto, a moeda social é criada artificialmente e não tem por base a produção material da mercadoria (trabalho humano concreto) como diria Marx. Sua criação é baseada nas relações subjetivas de proximidade e no fortalecimento dos laços comunitários.

Nesta visão, a moeda social é percebida como portadora de informações, normas e valores territoriais. Tais informações se referem à extensão temporal e espacial em que podem ser efetuadas as transações (MENEZES, 2007). A identidade territorial é atribuída quando a comunidade dá à moeda o nome e imagens que identifiquem a comunidade.

Desta forma, a moeda social assume outra configuração, como algo que está em processo de desenvolvimento, transformação.

O fator pedagógico que a moeda exerce também deve ser evidenciado, na medida em que conscientiza, cria identidade, educa financeiramente os moradores para as compras locais e para se perceberem como promotores do desenvolvimento da comunidade.

O valor da moeda social ganha outras referências, relacionadas à inclusão social, produtiva e ao consumo, proporcionando cidadania e forma de inserção das pessoas na comunidade e no todo.

4. GESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Aqui expomos de forma objetiva o conceito de gestão social, autogestão, desenvolvimento territorial e consideramos a economia solidária como estratégia deste desenvolvimento. Em seguida tratamos de eixos de ação para promoção do desenvolvimento territorial local pelo banco comunitário de desenvolvimento, a partir de dimensões utilizadas pelo Banco Palmas, expostas no livro Palmas 15 anos (2012) e as liberdades que o desenvolvimento deve gerar tratadas por Sen (2006).

4.1 Gestão Social Comunitária: A Construção de uma nova dinâmica social para o desenvolvimento territorial sustentável

Nas últimas décadas, ao lado das mudanças ocorridas no processo de acumulação capitalista, da redefinição do papel do Estado, vimos o surgimento e fortalecimento de instituições da sociedade civil organizada e participante dos espaços públicos na luta por alternativas para melhoria de vida, estratégias de emancipação e espaços de intervenção social.

Novas experiências passam a ser valorizadas e reconhecidas, gerando a articulação de formas inovadoras de ação e resolução de problemas. Podemos citar as lutas pelas reformas urbana e agrária, pelo fortalecimento da agricultura familiar, pelo passe-livre, as empresas recuperadas por trabalhadores e as diversas expressões da economia solidária, como as finanças solidárias e os BCDs, assim como formas inovadoras de gestão, organização do consumo e da produção dos meios de vida.

Nesse processo, a concepção de gestão é ampliada, o coletivo é valorizado, as demandas e necessidades sociais podem se dar a partir da própria sociedade. Um novo conceito ganha espaço, a gestão social comunitária, que valoriza e incorpora as ideias e as experiências de autogestão. Para entendê-la, abordaremos rapidamente os conceitos de gestão social e de autogestão. A percepção de uma abordagem alternativa de estudos no campo da gestão, para além dos estudos clássicos no campo da administração privada de empresas e negócios, bem como o sentido construído historicamente pelas experiências de autogestão ajudam-nos a pensar o fenômeno dos bancos comunitários de desenvolvimento.

A Gestão social vem se configurando em um campo do conhecimento em pleno processo de construção e ampliação no Brasil. Alguns autores contemporâneos veem ampliando o conceito e as discussões sobre este tema, tratando a gestão social como

possibilidade de uma gestão democrática participativa nas relações de produção e formulação de políticas públicas.

Cançado (2011), por exemplo, propõe que a gestão social se caracteriza na tomada de decisão coletiva sem coerção, onde o diálogo e a transparência no processo acontecem na esfera pública¹⁶ e tem como finalidade a emancipação do sujeito autônomo capaz de alcançar objetivos sociais.

Como processo gerencial, pode se dar tanto no setor público como no privado, ou em organizações sem fins lucrativos. Para Tenório (2008, p.158), que vem participando ativamente nesse debate, a gestão social é compreendida como:

[...] processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação.

A gestão social aparece fundamentada, na cidadania deliberativa, diálogo do agir comunicativo e na noção de participação, que pode acontecer em qualquer sistema econômico. As decisões acontecem no espaço público, orientadas pelos princípios de inclusão, pluralismo, igualdade participativa, sempre procurando atender às necessidades de uma sociedade, região ou território (TENÓRIO, 2008).

À medida que as pessoas se organizam, se comunicam e discutem suas questões em torno de objetivos comuns, outras demandas sociais emergem e são questionadas no espaço público, discutindo, refletindo as necessidades e efetivando resoluções coletivamente.

França Filho (2008) destaca que toda gestão tem uma dimensão social, uma vez que envolve pessoas ou grupos. No entanto, é a finalidade da organização que define a especificidade da sua forma de gestão. Enquanto na gestão tradicional o foco é a capacidade do gestor, o ser individual o crescimento individual, a gestão social valoriza o processo coletivo, dá ênfase às interações sociais na prática cotidiana que geram aprendizagens continuas, cultivando conhecimentos, habilidades e atitudes que criem vínculos significativos pautados no diálogo, na interdependência e no comprometimento mútuo, onde o processo decisório é compartilhado por diferentes sujeitos sociais.

¹⁶ Espaço onde os indivíduos privados se encontram para tratar de assuntos referentes à sociedade, para além da esfera pública burguesa (HABERMAS, 2003).

Nessa perspectiva, a gestão social não se limita à realização de fins econômicos ou ajuste de recursos e otimização do capital. Sua preocupação vai além, e alcança a preocupação com o desenvolvimento das potencialidades humanas e a sustentabilidade econômica no longo prazo.

A gestão social pode ser compreendida como processo e como fim. Como processo garante uma gestão baseada em relações transparentes, dialógicas e emancipatórias. Como fim, procura atender às demandas da sociedade e buscar políticas condizentes com elas (CANÇADO, TENÓRIO, PEREIRA, 2011).

O bem comum, respeito, ética, processos democráticos de decisão e construção coletiva do ambiente social e de trabalho dizem respeito tanto ao campo da gestão social como ao tema da autogestão e aos princípios da economia solidária.

Por trazerem o mesmo princípio, a autogestão e a gestão social são apresentadas como alternativas à administração clássica de caráter empresarial e as formas de gestão tradicionais que impedem a emancipação de seus sujeitos (CANÇADO, TENÓRIO, PEREIRA, 2011).

Tanto a gestão social quanto a autogestão nascem dos processos solidários, pautados por relações sociais coletivistas e igualitaristas. Vale ressaltar que o campo da gestão social é mais amplo do que o da autogestão, na medida em que comporta também estudos e pesquisas sobre formas coletivas de gestão, com algum tipo de participação dos sujeitos implicados, mas sem necessariamente alcançar o conceito de autogestão.

Historicamente, a autogestão antecede a discussão do conceito de gestão social. A autogestão nasce das lutas sociais, principalmente do movimento operário, contra a fragmentação e parcelização dos trabalhadores imposta pelo capitalismo. A organização coletiva e igualitária dos trabalhadores dá origem a formas associativas criadas desde o século XIX. Estas formas associativas expressam a autonomia na luta por melhores condições de trabalho e qualidade de vida, estruturando-se a partir de novas relações sociais (FARIA, 2010).

Neste sentido, a autogestão é vista como prática social, levando em conta a forma como os trabalhadores se organizam e traçam seus objetivos, como espaços de resistência ao capitalismo, modificando o sentido do trabalho à medida que apresentam como nova forma de organização a coletivização do poder. “A autogestão só tem sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, se transformá-lo numa atividade entre outras, se torná-la tão importante quanto à participação política nos assuntos do bairro e da cidade” (FARIA, 2010, p. 206).

A autogestão é uma característica primordial da economia solidária, fundamentada nas relações democráticas e igualitárias para o exercício coletivo do poder. A autogestão encontra

espaço interpretativo na concepção de gestão social, na medida em que é desenvolvida por grupos sociais levando-se em consideração a identidade, o sentimento de pertencimento e a participação igualitária nas decisões, enquanto avanço da autonomia política (BORGES, FILHO, 2013).

Singer (2002, p.21, apud BORGES, FILHO , 2013) escreve:

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária.

A autogestão não é algo novo, mas a abordagem social da gestão abre caminho para a análise e interpretação das experiências baseadas ou que se organizam com base na autogestão. A gestão social parece capaz de ampliar o espaço público e retomar a identidade política do indivíduo na discussão e reflexão dos fenômenos sociais e na construção do desenvolvimento do local. Nesse caso, a gestão social está orientada para o desenvolvimento.

As propostas de desenvolvimento territorial decorrem da identificação de problemas sociais, estruturais e econômicos que estão ligados à produção de bens, serviços, articulando no território as instituições e organizações locais, como empresas, cooperativas, associações de produtores, poder público etc.

Na perspectiva dos BCDs, o desenvolvimento territorial endógeno (conceito que será tratado na próxima seção) deve ser gerido socialmente. Os gestores são os próprios moradores da comunidade. A gestão social direciona uma nova cultura política que deve ser aprendida e disseminada através de suas práticas (FRANÇA FILHO, 2008).

Considerando que a sociedade e as organizações estão marcadas econômica e culturalmente por práticas capitalistas, sobressai a importância de um processo educativo que amplie a visão de mundo dos trabalhadores e suas comunidades, introduza e fortaleça a cultura democrática e solidária necessária à economia solidária e à autogestão.

Neste sentido, a aprendizagem deve partir das relações sociais em contextos socio-práticos, sendo a formação de comunidades de prática¹⁷ crucial para que a aprendizagem ocorra. Nesta abordagem, a aprendizagem se dá como prática social, onde a partir da interação

¹⁷ As comunidades de prática podem ser definidas como grupos de pessoas que interagem regularmente e estão engajadas em atividades compartilhadas orientadas por um senso de propósito comum de empreendimento coletivo. As pessoas se unem em um processo de convivência onde constroem princípios, valores coletivos. (KIMBLE e HILDREETH, 2004)

entre os indivíduos, cultura e conhecimentos existentes, uma nova realidade pode ser construída (WENGER, 1991, apud SCHOMMER, FRANÇA FILHO 2008).

Da interação surgem as comunidades de prática desenvolvendo um domínio de conhecimento que lhe é próprio e constitui fonte de engajamento de seus membros e da identidade da comunidade (WENGER, 1998). A partir do engajamento nessas interações sociais novos valores são cultivados gerando novas atitudes, e novos padrões de participação política.

Na abordagem social a aprendizagem depende da construção coletiva de práticas, conhecimentos e significados a partir de diferentes saberes que cada pessoa traz consigo, base para o estabelecimento do diálogo e reflexões. A aprendizagem desenvolve os níveis de consciência que o indivíduo tem de sua realidade e depende da percepção adquirida durante a vida. Essa pessoa passa a perceber e ler a realidade de outra maneira, problematizando-a como algo que pode mudar (FREIRE, 1987).

A reflexão contribui para o aprendizado em diversas dimensões e produz contextos propícios para a emancipação social e o empoderamento que se consolida com a ação e participação na vida comunitária. “Em comunidade as pessoas tendem a contar com oportunidade de participar da definição dos significados coletivos de expressar seus próprios modos de pensar de opinar” (FRANÇA FILHO e SCHOMMER, 2008, p78).

A partir de processos que favorecem a participação e emancipação social, os sujeitos passam a construir um novo espaço coletivo de diálogo, respeitando a identidade individual e produzindo novos conhecimentos e emancipação.

Neste sentido, o banco comunitário é fonte de emancipação e aprendizagem. É construído socialmente, pois nasce de um fenômeno organizativo de uma comunidade para a geração de desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, a gestão social dessas iniciativas comunitárias amplia o espaço público igualitário onde as decisões são tomadas democraticamente, com a participação ativa dos sujeitos e suas organizações.

Os Bancos Comunitários democratizam os serviços financeiros, favorecem ao planejamento da economia local de acordo com as necessidades do território, fomentam cooperação e parcerias, gerando e fortalecendo redes para o desenvolvimento territorial. Concomitantemente, promovem a capacitação dos moradores e, a partir dos processos formativos que organiza, dá suporte ao surgimento de novos líderes locais que pensem resoluções para problemas territoriais, reinterpretando sua participação na sociedade.

As mudanças geradas pelo BCD são validadas pela emancipação dos cidadãos e o fortalecimento da governança local: “O homem se emancipa quando se percebe enquanto

indivíduo, com suas potencialidades individuais como motor das forças sociais, por fim, quando se percebe como ser político". (CANÇADO, 2011, p.187, apud BORGES, FILHO, 2013).

Neste sentido a comunidade passa a gerir socialmente o território; onde cada sujeito social se torna um gestor do desenvolvimento na sua comunidade, decidindo sobre as estruturas e os processos sociais que serão realizados para estes objetivos.

A interação social, a autogestão, a discussão e a reflexão sobre as demandas trazem uma consciência do papel do individuo como cidadão responsável pelo seu futuro e sua comunidade. Esta reflexão da realidade e possíveis alternativas de mudança geram inclusão, empoderamento, novos comportamentos, novos conhecimentos, nova dinâmica para o território.

O Banco Comunitário proporciona a gestão social comunitária que gera a reflexão e consciência crítica, instrumentos de mudança social¹⁸ e desenvolvimento de territórios e comunidades.

4.2. Desenvolvimento Territorial Sustentável : Conceitos e Estratégias

O conceito de desenvolvimento tem avançado, porém sempre esteve muito próximo ao crescimento econômico, vinculado à ideia de progresso.

Na segunda metade do séc. XX, o modelo de desenvolvimento neoliberal passou a ditar a dinâmica econômica global, baseado na austeridade orçamentária, privatizações, liberalização dos mercados, acirrando o ritmo de desigualdade entre os países que buscavam o aumento da capacidade produtiva. Assim a forma de utilização dos recursos e dos meios de produção começa a se confundir com a razão de ser do sistema produtivo que emergido na civilização industrial, associou a ideia de crescimento econômico a desenvolvimento (FURTADO, 1961)

Singer (1982) distingue crescimento como um processo de expansão quantitativa, comum nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, enquanto o desenvolvimento é um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos que prevalecem nos países subdesenvolvidos¹⁹.

¹⁸ Conforme Roscher (1971, IV, p. 94 e 95), mudança social pode ser definida como toda transformação observável no tempo resultante da ação histórica de certos grupos e fatores que afeta, de maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou o funcionamento da organização social de dada coletividade.

¹⁹ Conforme Furtado (2009), o subdesenvolvimento é um subproduto do desenvolvimento. É historicamente determinado por fatores que determinam dependência da periferia do sistema capitalista. O desenvolvimento adquire diferentes níveis e não acontece plenamente.

A forma como o desenvolvimento se processa evidencia o desequilíbrio social e econômico no mundo. Industrialização, urbanização, êxodo rural e necessidade por empregos geram problemas; o processo de industrialização não acontece de forma homogênea, gerando desigualdades e desequilíbrios tanto globais quanto regionais. “As desigualdades regionais podem ser definidas como diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre subespaços de um mesmo país (SANTOS, 2004, p. 293).

As desigualdades geram diferenças espaciais que acontecem em função de questões históricas relacionadas às políticas de crescimento e modernizações adotadas, sempre localizadas e seletivas ao longo do tempo, tomando diferentes direções e formas que resultam em impactos econômicos e sócias.

Conforme teoria espacial do desenvolvimento de Santos (2004), a produção tende a se concentrar em certos pontos do território, e o consumo depende da seletividade social. Neste sentido a localização do indivíduo vai determinar o nível de renda e sua situação como produtor e consumidor. Assim dois circuitos, superior e inferior, se definem pelo conjunto de atividades realizadas e pelo público que atende.

Para Furtado (2009, p.30), “o desenvolvimento no mundo todo tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração”.

Estas desigualdades regionais têm sido enfrentadas com políticas de desenvolvimento exógeno, onde a preocupação do Estado era apoiar e desenvolver infraestrutura necessária para o aumento da capacidade produtiva e geração de crescimento econômico do país. Práticas como colonização, construções e modernização do território, valorizavam apenas os elementos exógenos em detrimento das realidades locais e regionais. (COELHO, 2003).

Assim, diversas políticas territoriais que foram implantadas, atraíam capital produtivo e ofereciam subsídios fiscais, e investimento público em infraestrutura dentre outras facilidades. Com esse tipo de política, foi promovida concentração de renda e deterioração da qualidade de vida da sociedade.

Essas políticas adotadas até por volta da década de 80 no Brasil apresentavam ação verticalizada, privilegiavam o circuito superior da economia e não estavam de acordo com a realidade do país. Em muitas regiões obras emergenciais e assistencialistas como no caso do Nordeste, não respondiam aos anseios da população e não mostraram capacidade de estimular

o desenvolvimento de forma eficaz, e melhorar o padrão de vida da população. Ignoravam o conhecimento das demandas sociais locais, as potencialidades e especificidades do território.

Com o processo de democratização que aconteceu no país nos anos 80 e a descentralização do poder, a relação Estado e Sociedade foi redefinida. Uma visão diferente de desenvolvimento vem se traduzindo ao longo do tempo em iniciativas de planejamento voltadas à valorização do potencial endógeno das regiões.

A sociedade civil e os movimentos sociais passaram a ter um maior acesso e envolvimento nos espaços públicos de decisão política. Os princípios democráticos passam a influenciar a postura estatal, e novas formas de conduzir a política territorial para o desenvolvimento se apresentam como alternativa às clássicas políticas desenvolvimentistas.

Neste sentido, a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987), trouxe uma discussão sobre um crescimento econômico sustentável, e o tema meio ambiente passou a ser incorporado à noção de desenvolvimento emergindo o conceito de desenvolvimento sustentável, que envolve as dimensões social, econômica, territorial ambiental, sustentável onde as pessoas são tanto meio como fim do desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável não se reduz apenas a crescimento econômico, adquire uma complexidade multidisciplinar.

[...] é desenvolvimento porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo; pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores sócio culturais com a rejeição de todo o processo que leva à de culturação. É sustentável por que deve responder à equidade intrageracional e à intergeracional. (MONTIBELLER FILHO, 2001, p.48).

O desenvolvimento sustentável é entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades da sociedade no presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Este conceito passou a influenciar as políticas públicas relacionadas a melhorias do sistema econômico e envolve dimensões que se completam: ambiental, social, econômica, político-institucional, cultural, evidenciadas na figura abaixo.

Figura 7 : Dimensões do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: SENAES – M.T E (2010)

Pensar desenvolvimento é pensar em distribuição de renda, saúde, eficiência produtiva, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, felicidade, uma mudança qualitativa no modo de vida das pessoas.

Sen trata desenvolvimento como “um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas” (2006, p.23). Nessa medida, o desenvolvimento deve “estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2006, p.29).

As liberdades não dependem exclusivamente dos mecanismos de mercado, o crescimento econômico é importante como meio de melhoria de vida e expansão das liberdades, e não como fim; e dependem também de serviços de educação e saúde, e direitos civis. Identificam-se cinco esferas de liberdade: liberdade política, disponibilidade econômica, oportunidade social, garantia de transparência, proteção e segurança, liberdades que promovem potencialidades do individuo (SEN, 2006).

Com este novo olhar sobre o desenvolvimento, emerge a partir da década de 90 no Brasil uma discussão sobre desenvolvimento territorial sustentável. Compreender o território as relações da sociedade com o espaço construídas historicamente, lutas e práticas políticas convidam a pensar e trabalhar formas de desenvolvimento que levem em consideração e aproveitem as riquezas de cada território, agentes e potencialidade locais, fortalecendo circuito inferior da economia .

A noção de território configura um avanço ao empreender a política de desenvolvimento urbana e rural, onde as práticas adotadas passam a levar em consideração a dimensão econômica, social, ambiental e política, valorização das raízes históricas geográficas locais, redes sociais e a solidariedade enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

Territórios não se definem apenas por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social que enfatiza a importância da cooperação e da partilha. O território é relacionado à apropriação, identidade, espaço de exercício de um poder (ABRAMOVAY, 2007).

Por território entende-se;

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2005, p.11).

Nesta concepção de território levam-se em consideração os processos e a produção do espaço, as relações dos agentes locais, redes, fluxos e a forma como compartilham conhecimentos e experiências, como organizam a produção, consumo, e como são usados os recursos disponíveis.

[...] a abordagem do desenvolvimento econômico local destaca fundamentalmente os valores territoriais de identidade, diversidade e flexibilidade que existiram, no passado, nas formas de produção não baseadas apenas na grande indústria, mas em características gerais e locais de um território determinado. (ALBUQUERQUE, 2004, p.158).

O planejamento territorial define atividades humanas localizadas em prol do desenvolvimento com a preocupação ambiental, democratizando o processo de tomada de decisão com a participação pública da população em prol de seus objetivos, protagonizando processo de desenvolvimento. O olhar para o território integra um conjunto de potencialidades locais.

Acreditamos que o Desenvolvimento Territorial é viável através da inserção da economia solidária e finanças solidárias como outra forma de conceber a produção, comercialização, consumo, distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano.

4.3 Economia Solidária e Desenvolvimento Local Sustentável

No período de redemocratização do país, observa-se o desenvolvimento de um conjunto de práticas de economia solidária em todo o território nacional, diversos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) iniciaram sua atuação de maneira autônoma, ampliando a ação coletiva.

Nos anos 2000, dada à dimensão do fenômeno, a economia solidária adquire força política, e se torna uma política pública de governo, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), passando a ser vista como forma de promover o desenvolvimento sustentável a partir de processo coletivo de produção, gestão e consumo. “A ideia de sustentabilidade precisa chegar de maneira comprehensível para a ação das pessoas em seu cotidiano, deixando claro que sustentabilidade trata de processos coletivos e não individuais (OTTERLOO et all, 2009, p.156).

Desde 2003, a política de desenvolvimento territorial do governo federal objetiva promover o desenvolvimento territorial sustentável com base nos princípios da economia solidária (autogestão, cooperação, solidariedade).

A economia solidária é vista como uma nova lógica de desenvolvimento capaz de gerar crescimento econômico com desenvolvimento humano, e suas políticas devem estar voltadas para o fortalecimento destas iniciativas: comércio justo, consumo, finanças e crédito, baseado na cooperação, autogestão e solidariedade, gerando desenvolvimento local e territorial sustentável. Neste sentido, diversos sujeitos inseridos têm importantes papéis neste processo: atores locais, Universidade, Incubadoras Tecnológicas etc. As políticas territoriais devem envolver os diversos sujeitos e apresentar ações que mobilizem agentes locais, geração de informações, análises, debates e trocas de experiências entre pesquisadores, agentes locais e sociedade.

Figura 8: Prioridades da política de economia solidária



Fonte: BRASIL, SENAES/M.T.E 2014

Tais políticas devem promover o fomento à constituição de EES, apoio na organização e reconhecimento formal e legal destes empreendimentos, assim como assessoria tecnológica, comercialização, a partir de Incubação de empreendimentos econômicos solidários.

As finanças solidárias ganham espaço como ferramenta para o desenvolvimento, levando em consideração as características, diversidades e necessidades dos territórios e dos EES. Configuram uma estratégia viável para a inclusão socioeconômica e geração de desenvolvimento com participação da sociedade civil, que se apoia na formação de uma rede, identificando agentes, pontos fortes e vocações econômicas territoriais.

Um sistema territorial de finanças solidárias deve promover ações de acesso ao crédito que atendam às características, diversidades e necessidades dos EES; implementando Fundos de Desenvolvimento, assessoria técnica na constituição e fortalecimento das organizações de finanças solidárias: bancos comunitários, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito.

No contexto do programa econômico solidário do MTE, vem sendo promovido fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários, contemplando inclusão financeira e acesso da população a serviços financeiros adequados às suas necessidades contribuindo para a qualidade de vida e desenvolvimento territorial (MTE. 2013).

4.4 Dimensões do Desenvolvimento Local

O BCD fomenta outra lógica econômica de desenvolvimento que deve promover ações que fortaleçam eixos significativos de geração de capacidades para que o território se desenvolva. Um aspecto central da avaliação do desenvolvimento do território gerado por um BCD consiste na avaliação do processo de implantação, fortalecimento da organização e resultados gerados por ele.

A abordagem do desenvolvimento territorial local pode ser considerada eficaz quando é capaz de identificar e mobilizar atores sociais, recursos econômicos, conhecimento cultural etc., que devem ser aproveitados e desenvolvidos em nível local, aumentando capital social²⁰.

O reconhecimento e a definição dos recursos endógenos estão ligados aos objetivos e ações que serão implementadas pelos agentes locais como resultado de uma aprendizagem. Quanto maior a coesão social, a mobilização de conhecimentos e envolvimento, mais eficaz será a interação, tomada de decisão, identificação e gestão dos recursos para que o desenvolvimento seja sustentável.

Abramovay (2007) cita estudos italianos que enfatizam a importância da cooperação e da partilha de conhecimentos e experiências entre atores na formação dos ambientes em desenvolvimento em regiões italianas. Realça o papel dos agentes e as organizações no processo de desenvolvimento dando ênfase a dimensões subjetivas.

A capacidade dos agentes locais de se envolverem na resolução de problemas sociais através de políticas públicas pode ser uma condição para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local a partir da integração, participação e parcerias.

A integração está ligada à governança política e à necessidade de envolver no processo todos os agentes conduzindo a construção de equipes de liderança que gerem uma organização para o desenvolvimento local;

A participação diz respeito à necessidade de envolver a comunidade local na concepção e implementação de programas de desenvolvimento local disponibilizando informações, e se engajando no planejamento comunitário, aspecto importante para o fortalecimento de um BCD.

A parceria refere-se a um envolvimento de estruturas organizadas da sociedade local, como: ONGs, universidades, órgão públicos e podem integrar novas estruturas de representação comunitária que são elas próprias parte da estratégia de desenvolvimento (do

²⁰ Ativo intangível que pode ser construído localmente pela geração de espaços de concentração e confiança entre os atores para se enfrentar problemas comuns. (ABRAMOVAY, 2005).

capital social), parceiros importantes que ajudam a desenvolver as potencialidades dos moradores e território na elaboração de estratégia territorial de desenvolvimento a partir destas potencialidades.

Os BCDs devem desenvolver estratégias territoriais de desenvolvimento que promovam liberdades; Liberdades no sentido tratado por SEN (2006): 1) liberdade política. 2) disponibilidade econômica. 3) oportunidade social. 4) garantia e transparência. 5) proteção e segurança. Liberdades que promovam autonomia do individuo, ampliando as capacidades e oportunidades sociais, políticas e econômicas disponíveis.

Figura 09 : Liberdades para o desenvolvimento



Fonte : Elaboração própria

As liberdades se fortalecem entre si, estão intimamente ligadas. A liberdade de expressão e política irá promover uma participação ativa e consciente do ser cidadão na vida política local, esta participação consciente desenvolve a consciência critica do individuo sobre sua realidade e poder de mudança sobre o que acontece ao seu redor. Geração de oportunidades sociais, educação e saúde e de produção que facilitem a participação econômica, aumentem as riquezas e as liberdades. (SEN 2006).

Os eixos e ações dos BCDs focam o território e devem promover e expandir a consciência critica e as liberdades que, vinculadas umas ás outras, configuram fins e meios para o desenvolvimento. As ações e os processos do BCD valorizam não só a questão econômica , mas a interação social e a aprendizagem coletiva que pode influenciar a realidade da comunidade e a ação reflexiva.

No desenvolvimento destas liberdades o Banco comunitário deve observar aspectos importantes que devem ser promovidos e valorizados através de suas ações na comunidade:

Inclusão socioeconômica e financeira, participação e controle social, desenvolvimento das capacidades locais, desempenho institucional.

- **Inclusão socioeconômica e financeira**

Neste aspecto é importante desenvolver acesso a serviços financeiros – linhas de crédito oferecidas, número de empréstimos para consumo e produção, feitos e pagos pela população. Processo de avaliação para concessão deste crédito.

A quantidade de Moeda social em circulação na comunidade é um fator importante de ser avaliado, pois aquece o comércio local e a riqueza permanece no território. O número de comerciantes que aceitam a moeda deve ser analisado assim como a receptividade da população à moeda social, e a ações para promoção da moeda e sua ação pedagógica.

O Banco deve promover formação e capacitação em economia solidária, educação financeira e o que mais a comunidade necessitar.

Os agentes sociais precisam entender sua importância no processo de desenvolvimento da comunidade, se enxergar como ator econômico e gerador de mudanças e participar ativamente da elaboração de estratégias de desenvolvimento territorial a partir do conhecimento e reflexão das demandas, necessidades e potencialidades do território ampliando as capacidades locais.

- **Participação e controle social**

A partir da gestão social do território e promoção de espaço para participação dos agentes e diversas iniciativas, opinando, sugerindo, colaborando com as propostas e estratégias de fortalecimento e desenvolvimento tanto do BCD quanto da comunidade.

Participação comunitária, mobilização e participação dos sujeitos nas atividades do banco e processo de decisão contribuem para o empoderamento local.

Fortalecimento da organização local, a existência de lideranças e comunidade de prática devem articular a implantação de serviços públicos na comunidade a partir da capacidade de negociação comunitária com o poder público. Discussão da forma de concessão e cobrança do crédito.

- **Desenvolvimento das capacidades locais**

As estratégias de desenvolvimento devem partir do reconhecimento e ampliação das capacidades e oportunidades locais que precisam ser fortalecidas para que gerem desenvolvimento social e econômico

As iniciativas criativas de economia solidária devem ser incentivadas apoiadas assim como os projetos comunitários. Os novos empreendimentos econômicos solidários precisam ser estimulados para que haja o crescimento da rede.

- **Desempenho institucional**

Neste eixo as atenções são voltadas para a Instituição gestora, que tem papel crucial no funcionamento de um banco comunitário e seus resultados. Para que o banco comunitário seja implantado na comunidade é necessário que esteja ligado diretamente a uma instituição gestora da sociedade civil.

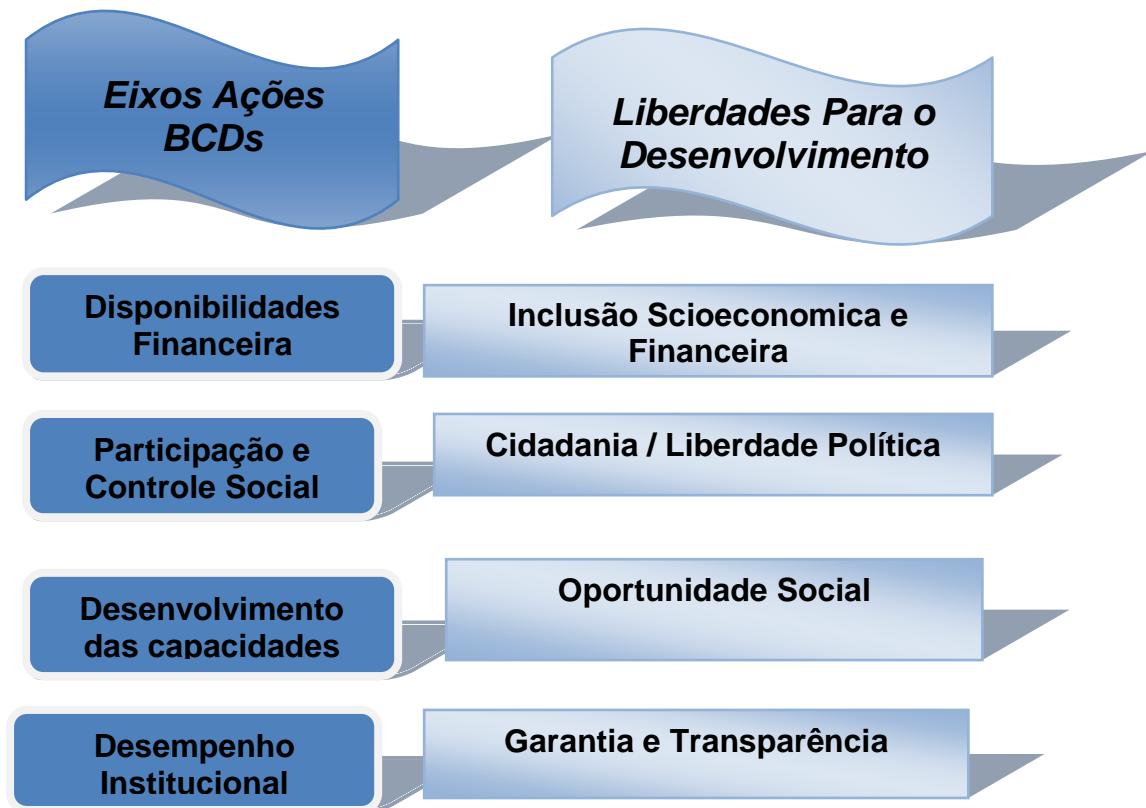
Neste sentido acompanhar o funcionamento de tal instituição e a forma como as atividades são realizadas se torna ponto importante, primando pela gestão social transparente dos recursos e processos.

O funcionamento da instituição gestora e do próprio banco deve acontecer a partir de uma gestão social. Cabe ainda uma avaliação dos serviços oferecidos, visando sua melhoria e ampliação, para que as reais necessidades comunitárias sejam atendidas.

Ponto importante que deve ser desenvolvido é a capacidade dialógica de articulação na busca de diversas parcerias, que fortaleçam o banco e a comunidade com programas e instrumentos para fomento e melhoria comunitária.

Os aspectos citados são expressões de liberdades econômicas sociais e políticas que um BCD pode promover para melhorar a vida das pessoas em comunidades social e economicamente vulneráveis.

Figura 10: Eixos ações dos BCDs para a promoção de liberdades e desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria

O BCD, trabalhando estes eixos em suas ações para o desenvolvimento territorial, fortalece e proporciona liberdades que desenvolvem o território de forma sustentável e valorizam o individuo promovendo condições de desenvolvimento de suas liberdades e capacidades.

5. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO BANCO COMUNITÁRIO JARDIM BOTÂNICO: EXPERIÊNCIA DE GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Neste capítulo, abordaremos a experiência de construção social do Banco Comunitário Jardim Botânico. Inicialmente, caracterizaremos a comunidade São Rafael, sua história, sua formação e configuração atual com apoio da memória dos membros da comunidade. Apresentamos a comunidade em suas dimensões social, econômica e organizativa, estabelecendo assim o cenário no qual vai se desenrolar o processo de construção do Banco. Nesse percurso, analisaremos o processo que resultou na fundação do Banco Comunitário em abril de 2013, o início da circulação na comunidade da Moeda Social Orquídea os mecanismos de gestão social construídos socialmente para efetivar a participação comunitária do banco e da moeda social, bem como seu funcionamento. Apresentaremos a percepção dos sujeitos sobre o processo de implantação, fortalecimento e promoção do desenvolvimento local.

5.1 A comunidade São Rafael

A comunidade São Rafael foi formada a partir dos ex-trabalhadores da fazenda São Rafael, que abrangia a região dos atuais bairros do Castelo Branco I, II e III, Bancários, Cidade Universitária e início do Bairro de Mangabeira. Estes trabalhadores, após a construção da BR 230 (Transamazônica), ergueram suas casas às margens do Rio Jaguaribe e, com o passar do tempo, a população cresceu e os problemas comuns a localidades de risco também.

Trata-se, portanto, de uma comunidade pobre em um território de exclusão social e econômica. As casas foram erguidas em uma localidade aonde o interesse imobiliário não chegaria, sendo habitada por pessoas que não possuíam outra opção, configurando um espaço esquecido pelo Estado por muitos anos. Na década de 1980, interesses políticos favoreceram a melhoria das moradias, com a construção de uma escola e do posto de saúde.

Atualmente, cerca de 1.430 moradores²¹ habitam na comunidade, sendo 692 do sexo masculino e 738 do sexo feminino. A grande maioria das casas é de alvenaria, embora se possam encontrar ainda casas de taipa habitadas na comunidade, que sofrem com inundações do rio Jaguaribe nas chuvas de inverno.

Segundo dados do IBGE, 58,46% da população do bairro, que possui entre 15 e 50 anos, encontra-se apta ao trabalho, e 89,72% das crianças de 7 a 14 anos frequentam a escola.

²¹ Informação fornecida pela prefeitura municipal de João Pessoa (LUCENA, 2013).

Moradores acima de 15 anos alfabetizados correspondem a 84,61% do total dessa faixa etária. Na comunidade, 135 famílias recebem bolsa família, compreendendo 31,84% das famílias residentes no São Rafael (LUCENA, 2013).

A renda média das famílias é de 1 a 3 salários mínimos. Estima-se que a maioria das famílias recebe algum benefício redistributivo advindo das políticas das três esferas de governo. A maioria das pessoas mora em habitações próprias (SILVA et al, 2014).

A comunidade possui uma Escola Estadual de Ensino Fundamental São Rafael e um Posto de Saúde. Na região central da comunidade existe uma praça com um jardim que já foi objeto de trabalho da comunidade, recebendo inclusive um prêmio municipal pelo Jardim mais bonito de João Pessoa.

Contam-se 29 pequenos comerciantes, em sua maioria empresas familiares, que moram no estabelecimento comercial e vendem os mais variados produtos. Podemos dizer, utilizando a categoria de Milton Santos, que esses comerciantes estão inseridos no circuito inferior da economia, onde o capital é reduzido, carecem de crédito e incentivos para fomentar seu comércio. O consumo dos moradores se efetiva nos comércios locais, principalmente no mercado do bairro da Torre, por conta da proximidade com a comunidade.

O São Rafael conta com uma associação comunitária, o Centro Popular de Cultura e Comunicação – CPCC, que coordena a Rádio Comunitária “Voz Popular” (rádio difusora de poste). Existe ainda na comunidade empreendimentos econômicos solidários, como o grupo de produção “Jovem Pão”, que mantém uma padaria comunitária. Ambos os empreendimentos foram construídos com o amparo de organizações de apoio, sendo uma a ONG ESSOR Brasil e a outra a Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB.

A comunidade São Rafael possui forte organização comunitária, que foi se consolidando ao longo dos anos com a presença e o apoio de várias organizações e de políticas públicas de inclusão social realizadas no bairro. Dentre essas organizações, algumas são de natureza religiosa, como: Entidade Beneficente Evangélica (EBE); Assembleia de Deus Missão; e Igreja Nazarena. Há uma associação atuante na comunidade que é o Grupo de Alcoólicos Anônimos. Outra instituição importante do território é a Associação de Moradores da Comunidade São Rafael (AMCSR), que representa a comunidade frente ao poder público.

Dentre essas instituições, o Centro Popular de Cultura e Comunicação – CPCC se destaca como grande liderança nas ações e projetos realizados, tanto em parceria com o poder público como com instituições da sociedade civil. Enquanto organizações externas de apoio às ações no território do São Rafael, destacamos a AMAZONA - Associação de Prevenção à AIDS; a ESSOR Brasil - Association de Solidarité Internationale, que vem desenvolvimento

projetos de profissionalização e geração de trabalho e renda; e a Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES da UFPB.

Através da INCUBES, também atua como parceiras no Projeto Bancos Comunitários a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – ITES, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. A Prefeitura Municipal de João Pessoa também possui ações na comunidade, principalmente através da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres.

Tais organizações contribuíram com suas atividades para a construção e crescimento da capacidade organizacional da comunidade e a cultura do sentimento de ajuda mútua, solidariedade entre iguais, percebida na fala a seguir de um morador e integrante do banco Jardim Botânico.

Aqui, as pessoas se ajudam. Se algum morador tiver com dificuldade, desempregado, vai ali no Som de Pouso²² ou na Rádio Comunitária. Se a gente fizer um apelo para arrumar uma cesta básica para algum morador que está passando por dificuldade, é ligeiro demais viu, chega até dinheiro, chega remédio, alimento chega tudo. (IB 2).

A vivência das mesmas dificuldades fortalece as relações de proximidade, confiança mútua e organização coletiva, capazes de amenizar a dura realidade vivida nestas comunidades. A organização comunitária e o acúmulo de lutas consolidaram experiências importantes como o CPCC, a Rádio Voz Popular, a padaria comunitária, que fortalecem a vivência comunitária e o sentimento de pertencimento na comunidade.

Fruto de toda esta construção e resistência comunitárias, o CPCC funciona como uma instituição âncora de vários projetos no bairro. Lembrando estas parcerias, um integrante do banco fala da experiência que viveu em novembro de 2011, quando teve o primeiro contato com uma moeda social local:

Em novembro de 2011, a moeda social que a gente circulou, sem nem saber que era moeda social, a gente tem parceria com a RECID - Rede de educação cidadã, que existe no Brasil inteiro e aqui na PB a RECID fazia parte do fórum de economia solidária e tinha parceria com a Amazona e a Incubes, que criou a padaria comunitária e começou a discutir economia solidária com agente. Ai, quando foi em outubro, a RECID ia fazer uma feira no centro de vivência da Universidade, e sempre usava umas fichas de papel porque tinha feira de troca e as pessoas levavam os produtos e tal. A gente já tinha participado de umas três feiras da RECID com a Amazona. A gente levava uns pãezinhos, material de limpeza e trocava por fichas de papel, ficha normal. O coordenador da RECID, na época, como eu fazia essa parte das artes, banners aqui do CPCC, ele perguntou se havia possibilidade de a gente fazer uma moeda pra ela circular na feira, pra gente não ficar usando ficha. Eu disse: rapaz, tem... Mas eu nunca tinha visto essa coisa de moeda.

²² Difusora particular que faz anúncios na comunidade.

Tem como tu fazer pra circular na feira? Eu disse: tem! Tinha o nome de Oxente, que já veio da RECID, e ai em dezembro a INCUBES veio com a história de banco, foi muita coincidência. (IB2).

Desde 2006, a INCUBES (Incubadora de Empreendimentos Solidários) da UFPB vem acompanhando e fortalecendo os empreendimentos nesse território. Levando em conta o histórico organizativo da comunidade, seu envolvimento com a economia solidária, decidiu expor a ideia do banco comunitário a ser realizado em parceria da ITES/UFBA, propondo a implantação de um Banco Comunitário Jardim Botânico com moeda social.

5.2 – Histórico do Banco Jardim Botânico e da moeda social Orquídea

Em 2011, a SENAES/MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego) lançou uma Chamada Pública para a implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil e o fortalecimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Bahia – ITES/UFBA foi a instituição selecionada como executora do projeto na Região Nordeste, com metas estabelecidas para todos os Estados. Na Paraíba, a ITES/UFBA estabeleceu parceria com a INCUBES/UFPB para o apoio à implantação de dois bancos comunitários, sendo um o Banco Comunitário Beira Rio²³, no Bairro de São José, e outro a ser definido em conjunto com a INCUBES/UFPB de acordo com as ações de incubação em andamento.

A decisão pela Comunidade São Rafael foi motivada pelo acompanhamento que já vinha sendo realizado no bairro por parte da INCUBES, e a percepção de que existiam condições propícias para o desenvolvimento de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, tais como: forte organização comunitária; iniciativas econômico solidárias em andamento; perfil das lideranças locais e outros projetos e apoios institucionais no território.

A introdução de um banco comunitário em um território marcado pela vulnerabilidade e risco social pode ser considerada uma inovação social que visa ao desenvolvimento local através da prestação de serviços financeiros oferecidos a sua população. Isso requer uma forte organização comunitária, na medida em que é a própria comunidade e suas formas organizativas que devem realizar as ações e assumir a gestão do banco.

²³ - O Banco Beira Rio foi criado em 2008. Em 2011, suas ações estavam paralisadas por falta de recursos em função de um assalto ocorrido no banco.

Para que a ideia se fortaleça, a comunidade deve estar envolvida. O processo de sensibilização deve acontecer com o maior número de moradores, produtores e comerciantes locais, bem como a capacitação dos coordenadores e agentes de crédito para que o processo gerencial seja construído. Ou seja, para que o banco se estruture e funcione, a comunidade precisa se apropriar dessa tecnologia social e passar a gerenciar ela própria seu desenvolvimento.

Neste sentido, a Incubes dialogou inicialmente com a comunidade São Rafael a fim de verificar o interesse das lideranças da comunidade na discussão sobre a implantação de um banco comunitário e de uma moeda social no território. Conforme lembra integrante do Banco:

Em dezembro, a Incubes veio para uma reunião com todo mundo. Foi na padaria lá perto de casa e ai a gente sentou e discutiu, pois já tínhamos a padaria, a rádio e a doceria na época e tudo mais. Nós tínhamos ações. A Incubes estava discutindo bancos comunitários também no São José e aprovou esse projeto... a Incubes queria saber se a gente topava ser incluído no projeto. Ai, tem recursos pra isso aquilo outro, mas mesmo assim a gente ficou na dúvida e pediu um tempo pra pensar. Como isso foi em dezembro, marcamos uma reunião para janeiro, já que estava no final do ano, tem o natal das crianças etc. Quando foi em janeiro chamamos a Incubes e a agente conversou entre a gente e fizemos umas quatro reuniões.. É uma ideia bacana, vamos fazer, a gente já tem um monte de coisas. Também não ia implantar o banco de cara, queria discutir a proposta, entender o que era, se era viável ou não. (IB 2).

Para os envolvidos foi um longo processo de aprendizagem entender o que era e como funcionava um banco comunitário. Tal discussão fez surgir diversas dúvidas e desconfianças, comuns a todas as comunidades, e outras demandas que aguçam a reflexão. A exclusão vivida é tão patente que inicialmente não se sentiam capazes nem merecedores de ter um banco em sua comunidade: “todos nós ficamos desconfiados: já pensou um banco dentro de uma comunidade dessas que todo mundo chama de favela? (IB 1).

Assim, no início do ano de 2012, a comunidade São Rafael em João Pessoa deu início ao processo de discussão acerca da possibilidade da criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, tendo como instituição âncora o CPCC (Centro Popular de Cultura e Comunicação). Este processo foi iniciado pela INCUBES e desenvolvido em parceria com a ITES/UFBA.

A partir de janeiro de 2012 a INCUBES foi mostrando como era e a gente vendo se realmente aquilo era viável. Dizemos discussão com a comunidade para conhecer. Não foi nem pra começar a implantação do banco, mas sim conhecer e entender o que era e se queríamos fazer. (IB2).

O primeiro passo foi a mobilização da comunidade e a construção da ideia do BCD junto aos moradores para conscientiza-los de que existe outra forma de organizar e apoiar as atividades econômicas do bairro. Esta conscientização, esta conversa inicial, possui certa dificuldade pois é uma quebra de paradigmas. Quando perguntadas as dificuldades iniciais neste processo de formação, um órgão de assessoria comenta:

A dificuldade é Conscientizar as pessoas que tem outra forma de fazer economia e construir o território Outra dificuldade é a fragilidade econômica que é comum em algumas associações: umas são mais fragilizadas, outras mais fortalecidas, tudo é um processo histórico dentro das comunidades, mas as dificuldades são variadas. (AB).

Dificuldades estas, também encontradas na comunidade São Rafael, que foram sendo dirimidas no processo de diálogo com os moradores através da realização de várias atividades de divulgação, debate, esclarecimento, formação e diálogo com os moradores, envolvendo cerca de 200 moradores, técnicos e bolsistas da INCUBES/UFPB e da ITES/UFBA que assessoraram o CPCC.

A partir do reconhecimento de que a comunidade possuía todos os pré-requisitos que o Instituto Palmas julga necessários para a instalação de um banco comunitário, como organização comunitária, experiência com ações de economia solidária, interesse da comunidade em construir um banco etc., o processo de implementação do Banco Comunitário Jardim Botânico teve prosseguimento.

Primeiramente, foram desenvolvidas discussões com moradores, processos de formação sobre o tema e oficinas, realizadas com o apoio da equipe da ITES/UFBA e INCUBES/UFPB acerca da metodologia de implantação e funcionamento dos BCD's e sobre o potencial que estes possuem para a promoção de desenvolvimento da comunidade.

O entendimento e a aceitação pelos moradores da ideia de criação de um banco na comunidade e o reconhecimento da moeda social como meio de pagamento são primordiais para que se estruture uma rede solidária, enquanto grupo de instituições comunitárias que assumirá a gestão de ações do Banco e da Moeda e seus instrumentos para o desenvolvimento local.

Outras iniciativas importantes para a construção do Banco Comunitário Jardim Botânico foram as participações nos Encontros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e as visitas ao Banco Palmas, em Fortaleza, onde lideranças e comerciantes da comunidade, além de bolsistas da Incubadora da UFPB, se capacitaram e passaram a agir como multiplicadores da ideia na comunidade.

Iniciativas lembradas na fala de integrante do banco como importantes para o entendimento do que é Banco Comunitário e como funciona: “A princípio foi sem entender nada. De acordo com o tempo fui entendendo mais, principalmente quando fui ao banco Palmas e vi como a coisa funcionava. Se não fosse pela INCUBES não saberia do projeto”. (IB 4)

As iniciativas de formação promovidas pela INCUBES e ITES serviram para que os integrantes da comunidade se apropriassem da metodologia desenvolvida pelo banco Palmas e a adequassem à realidade e às demandas da comunidade São Rafael, prosseguindo na implantação do banco Comunitário com o intuito de desenvolver a localidade, apoiados pelo projeto da SENAES.

De acordo com o que foi mencionado nas reuniões, o apoio à implementação do Banco Comunitário São Rafael se daria da seguinte maneira:

- a) contratação de dois Agentes de Crédito;
- b) realização de atividades de formação;
- c) impressão da moeda social;
- d) participação de representantes do Banco nas reuniões da Rede Brasileira de Bancos Comunitários;
- e) recurso para a compra de equipamentos iniciais;
- f) equipamentos de segurança (através do Instituto Palmas),

Nesse processo, inúmeras reuniões foram realizadas para a constituição do Conselho Gestor e do Comitê de Crédito do Banco. O Conselho Gestor foi formado por lideranças da comunidade, representantes de instituições locais, da associação de moradores e do CPCC. O Comitê de Crédito, que irá deliberar sobre as políticas de finanças do Banco e sobre a liberação dos créditos aos moradores, foi formado pelos dois agentes de crédito e um representante dos comerciantes do bairro.

Foram realizadas ainda reuniões para a discussão de assuntos relacionados à organização e processo de implantação do BCD, procedimentos operacionais, documentos que precisavam de formatação (mudança do Estatuto do CPCC), definições sobre o funcionamento e a gestão do banco e da moeda social, linhas de crédito, formação do fundo etc.

Esse processo inicial compreendeu praticamente todo o ano de 2012. O Banco Jardim Botânico tomava forma rapidamente e exigia a tomada de decisões a todo o momento. A maturidade da organização comunitária e a vivência que possuíam na prática da autogestão foram importantes para as tomadas de decisão que se faziam necessárias, como:

- formação do conselho gestor;
- definição das linhas de crédito iniciais em moeda social;
- escolha dos agentes de crédito;
- compra da sede do banco etc.

A compra da casa na comunidade para instalação do Banco Comunitário e de outras iniciativas em andamento, como a Padaria e a Rádio Comunitárias, foi o resultado de uma grande mobilização local, envolvendo desde a ajuda financeira de parceiros, até a criação de um fundo proveniente de projetos locais próprios dos moradores, como realização de bingos, feijoada, brechós etc.

Procuramos sistematizar as principais ações realizadas nesse período no quadro cronológico abaixo, que resultou na inauguração do Banco Comunitário Jardim Botânico no dia 27 de abril de 2013, com o lançamento da moeda social Orquídea.

Quadro 4: Cronograma da Implantação do Banco comunitário Jardim Botânico

Período	Atividade
Maio 2011	Discussão do tema bancos comunitários pela INCUBES e parceria firmada com a ITES para o fortalecimento do Banco Beira Rio e implantação de mais um banco em comunidade a ser avaliada.
Setembro 2011	Escolha da comunidade São Rafael para implantação de um BCD.
Novembro 2011	A comunidade utiliza a moeda social OXENTE em feira solidária realizada na comunidade.
Dezembro 2011	Apresentação da ideia BCD pela INCUBES e pelo CPCC para os moradores através de “Cinema na rua”, com projeção de vídeo sobre o tema.
Janeiro 2012	Moradores se reúnem para discutir a proposta da INCUBES e do CPCC de criação de um Banco Comunitário
Fevereiro 2012	Reunião onde alguns moradores aceitam a proposta de criação do BCD. ITES e INCUBES passam a acompanhar a comunidade no processo de implantação do Banco. Realização de seminários de sensibilização. Escolha de uma comissão provisória para condução da implantação do BCD.
Março 2012	Visita da ITES para formação e acompanhamento. Realização de uma rifa de um tablet para a formação do lastro do Banco
Abril 2012	Um grupo INCUBES e das comunidades visita o Banco Palmas. Participação na Oficina Nacional de Multiplicadores BCD. Um representante da Comunidade Muçumagro participa da visita e ao retornar tem início a discussão de um Banco Comunitário nesse território.
Maio 2012	Planejamento das ações com todos os parceiros. Decisão da compra da casa que atualmente é a Sede do CPCC onde funcionam o Banco, a Rádio e a Padaria.
Junho 2012	Escolha do nome do banco e da moeda social pela comunidade.

	Processo de votação.
Agosto 2012	Realização de feira, bazar e bingo para compor o lastro do banco.
Outubro 2012	Formação pela ITES na comunidade, escolha das imagens e das cores das moedas pelos membros do conselho gestor. Lançamento da moeda social Orquídea durante o II Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária, realizado pela INCUBES na UFPB. Atividade na Comunidade com a participação do Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof. Paul Singer.
Novembro 2012	Bingo para arrecadar lastro para o Banco. Compra da sede do CPCC, Sede do Banco, da Padaria e da Rádio Voz Popular com ajuda dos parceiros.
Março 2013	Participação de representantes da INCUBES, Banco Comunitário São Rafael e Comunidade Muçumagro no encontro da Rede Nacional de Bancos Comunitários, em Fortaleza.
Abril 2013	Visita da ITES para a formação dos Agentes de Crédito e do Conselho Gestor do Banco, sobre o funcionamento e gestão do banco e inauguração do Banco.
Maio 2013	Bingo para arrecadar lastro para o banco
Junho 2013	Reunião na Comunidade formaliza o Conselho Gestor e as Políticas de Crédito. Registro em Ata.
Julho 2013	Sorteio de uma bicicleta promovido pelo Banco como incentivo para os moradores que compraram com a moeda social Orquídea.
Setembro 2013	Participação em Encontro Nordestino de BCD em Fortaleza. Início do processo junto à CEF para implantação do Correspondente Bancário. Abertura das linhas de crédito para empréstimo.
Outubro 2013	Aprovação do Projeto de “Ponto de cultura” pelo CPCC junto à FUNJOP/PMJP.
Novembro 2013	Formalização do convênio entre CPCC e FUNJOP/PMJP.
Fevereiro 2014	Efetivação de novas parcerias pelo CPCC com o IFPB, a Secretaria das Mulheres da PMJP, um Escritório Jurídico e a empresa Dental Center.
Abril 2014	Presença do Coordenador do Banco e representantes da INCUBES na Conferência Temática de Finanças solidárias em São Paulo/SP.
Maio 2014	Atividade de comemoração de um ano do BCD Jardim Botânico com a presença de Joaquim de Melo Neto Segundo (Coordenador do Banco Palmas/CE) em atividade realizada na comunidade. Curso para a Certificação de Técnicos para a obtenção do Correspondente Bancário, promovido pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários realizado pela ITES/UFBA.
Junho 2014	Confecção de banner do Banco Jardim Botânico Reunião com Incubes para definição de papéis e redefinição da parceria
Julho 2014	Projeto catadores com a UEPB Adesão de mais 2 comerciantes à moeda Orquídea
Agosto 2014	Formação em economia solidária e finanças solidárias para as crianças da comunidade. Lançamento do primeiro quintal solidário, ação do BCDJB com o CPCC Festa da comunidade no aniversário do CPCC e Rádio Voz popular

	Lançamento do ponto de cultura Prosseguimento ao processo para instalação do correspondente bancário
--	---

Fonte: Elaboração Própria

O Banco comunitário é fruto desta construção social e histórica, na qual uma organização comunitária fortalecida por atividades coletivas desenvolvidas ao longo dos anos serve de base para a apropriação, pela comunidade, dessa tecnologia social considerada uma inovação para a inclusão financeira de comunidades vulneráveis desprovidas do acesso ao sistema financeiro e carente de ações e equipamentos endógenos de promoção do próprio desenvolvimento. Para o avanço deste processo de apropriação do BCD pela comunidade, o próprio nome do banco e da moeda foram objeto de discussão e deliberação dos moradores.

O nome Jardim Botânico, a logomarca do Banco (figura 11) e a denominação de Orquídea para a moeda foram sendo definidos neste processo de consulta e deliberação da própria comunidade. Da mesma forma, as imagens estampadas nas moedas sociais (Figura 12), também resultaram de um concurso realizado na comunidade, estreitando os vínculos com o território e ampliando o sentimento de pertencimento dos moradores.

Figura 11: Logomarca do Banco Jardim Botânico



Fonte: CPCC (2014)

A definição dos nomes do Banco Comunitário e da Moeda Social foram escolhidos através de votação realizada na comunidade a partir de uma lista de nomes elaborada com as

sugestões dos moradores colhidas em um programa da Rádio Comunitária realizado especialmente para esta finalidade.

Figura 12 : Cédulas moeda social Orquídea



Fonte : CPCC (2014)

A moeda social é instituída para incentivar e promover o consumo na localidade, sendo gerida através de um pacto social de confiança e coesão social que congrega diferentes atividades econômicas e sociais.

A moeda social é um elemento estruturante dentro da metodologia dos Bancos Comunitários, tal como concebida a partir da experiência do Banco Palmas e assumida pela Rede brasileira de Bancos Comunitários. Assim, podemos afirmar que não existe banco comunitário sem moeda social circulante local. A necessidade da criação de uma moeda social deve-se fundamentalmente a necessidade de incentivar e impulsionar o consumo dos produtos e serviços produzidos localmente. (Oficina de multiplicadores do Banco Palmas – Núcleo de Economia Solidária da USP – NESOL/USP 2013).

Em outubro de 2012 aconteceu o lançamento da Moeda social Orquídea em uma atividade que contou com a presença dos moradores, instituições da comunidade, parceiros locais como as ONGs AMAZONA e ESSOR Brasil, além da INCUBES e ITES, contando com a presença do Professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária.

Para Menezes e Crocco, a moeda social é portadora de informações, de normas e valores, daí a importância de atribuir à moeda o nome e imagens que identifiquem a comunidade. (apud GARCIA, 2012 p.8) No Banco Jardim Botânico, a moeda social pode chegar aos consumidores das seguintes maneiras:

- (I) microcrédito para consumo em moeda social, concedido pelo banco comunitário;
- (II) troca de moeda oficial por moeda social;
- (III) recebimento de troco em moeda social pelos clientes nos estabelecimentos comerciais.

No Banco Jardim Botânico, a moeda social é utilizada pelo banco nas concessões de crédito para consumo. A moeda social possui lastro em moeda oficial e pode ser trocada sempre que necessário. Possuem códigos de segurança, marca d'água, código de barras, número de serie e selo holográfico. É aceita dentro da comunidade pelos comerciantes cadastrados pelo banco, com a ideia de que o recurso gire dentro da comunidade.

A moeda social restaura laços e vínculos sociais, configurando uma nova relação com o dinheiro. No depoimento de um dos componentes da Padaria, identificamos o orgulho de pertencer a uma comunidade que possui uma moeda social: “eu só compro com orquídea aqui dentro. Em todo canto que vou, ando com uma orquídea na carteira. Por onde eu ando falo e mostro ao pessoal a nossa moeda.” (L 02).

Outro ponto importante da moeda social é a ação pedagógica que ela desenvolve, possibilitando uma nova relação com o dinheiro, percebendo-se a circulação de riqueza dentro da comunidade. Essa experiência é compartilhada por um morador comerciante que utiliza os serviços do banco e aceita a moeda social: “eu corto o cabelo com o menino ali. Eu uso mais com ele né. Eu corto o cabelo com dinheiro e o mesmo dinheiro ele vem comprar lanche a mim, fica girando. E também com o rapaz do gás. Eu compro gás a ele e ele vem e compra lanche a mim. O dinheiro não sai daqui né. Isso é bom pra gente.” (C 1).

Dos vinte e nove comerciantes existentes na comunidade, doze já aceitam a moeda social. Os que aceitam se mostram satisfeitos, pois além de o dinheiro girar dentro da comunidade identificam outras vantagens como segurança, aumento no faturamento e a possibilidade de reinvestir em seu comércio.

Agora aqui aceito eu não deixo de vender. Como eu estou aceitando, eu estou vendendo todo dia, vendo dez, vinte reais em Orquídea, vou no mercado e reabasteço. (C 2).

É mais segurança pra gente né? Se uma pessoa vier roubar aqui, vir pegar um dinheiro desse aqui, não sabe nem o que é. Outra coisa: faz o dinheiro girar aqui dentro da comunidade mesmo. Não sai, ficar uma renda dentro da comunidade e meu movimento aumentou uns 20 a 30 % porque sou um dos poucos que recebe. Muita gente que vai comprar em outro canto que não aceita não compra. Diz: vou comprar no menino ali que aceita. (C 1).

Quando indagado sobre por que os outros comerciantes não aceitam a moeda social, o comerciante entrevistado expressa sua opinião de forma verbal gestual: “acho que não entendem né? Isso aqui é dinheiro vivo.” (C 1). Falou mostrando muitas moedas sociais em suas mãos. Chamou-nos a atenção o montante de moedas que segurava e o cuidado com que as guardava, dando a entender a importância da moeda social Orquídea.

O sentimento de identidade com a moeda social existe em alguns moradores, mas principalmente nos que estão diretamente envolvidos nas atividades do CPCC, banco e padaria, ou utilizou algum serviço do banco. Muitos moradores da comunidade não utilizam a moeda, outros já ouviram falar, mas nunca viram ou não a reconhecem como moeda circulante local. Muitos nem entendem como funciona.

De forma experimental, fomos andar pela comunidade com a moeda social para comprar algo. Entramos em um estabelecimento comercial muito popular, um dos maiores da comunidade, e ouvimos: “não aceitamos isso não, aqui é só dinheiro”. Em conversa informal percebemos que alguns comerciantes ainda resistem a aceitar a moeda por acharem uma

dificuldade ter que converter, trocar novamente por real. Outros ainda não utilizam a moeda por falta entendimento de como funciona o processo. Tal problema não é exclusivo da comunidade São Rafael, como lembra uma liderança da comunidade presente na atividade promovida pelo Instituto Palmas em 2012:

Em Palmas foi uma festa entregar a moeda no espaço, foi muito lindo. Ai saí andando na comunidade pra saber qual o entendimento das pessoas. Eu andei uns dez minutos dentro da comunidade eu fui a vinte comerciantes. Dos vinte que fui só dois aceitavam. Um banco que traz uma história de anos, e a comunidade não aceita.

As dificuldades que se apresentam na implementação de processos inovadores são inúmeras. Principalmente quando se exige que a comunidade discuta e entenda que existem outras formas de promover relações econômicas. Basta lembrar que tais processos ocorrem em formações sociais hegemonizadas pelo capitalismo, onde as pessoas são formadas nesse ambiente que exalta a competitividade e o individualismo, mesmo sendo uma comunidade pobre da periferia de João Pessoa: “no banco palmas também há falhas porque o problema não é das formações promovidas pelo banco, e sim da formação das pessoas.” (IB 3)

Nessa medida, a dificuldade está no fato de as pessoas perceberem sua capacidade de construir socialmente novas formas de organização e gestão. Por esta razão, as formações se fazem tão importantes não só no início mas ao longo do processo, para que a comunidade democraticamente, a partir do diálogo, entenda as diversas dimensões e desafios de um banco comunitário e apreenda esta tecnologia social. Isto é um processo lento que está em constante reconstrução.

Todo esse processo é permeado por contradições, fragilidades, diferentes percepções sobre um mesmo fato. Com o intuito de averiguar as diferentes visões existentes na comunidade, alguns sujeitos pesquisados foram convidados a refletir sobre o processo de implantação do Banco Jardim Botânico e externar sua opinião atual, agora conhecedores da metodologia de implantação de um banco comunitário com moeda social.

Na opinião de IB 2, que participou ativamente da construção da ideia do banco, o processo de implantação deveria ter sido mais devagar e mais trabalhado pelas incubadoras, o que deixa claro em sua fala.

A Incubes foi fazendo as coisas atropeladas. As coisas foram acontecendo sem planejamento. Começou tudo atropelado. O comerciante e os moradores já foram participando das reuniões, o que é errado. O primeiro passo é mobilizar todas as instituições, o que é economia e banco comunitário. Ai

fica uma instituição que vai puxar as coisas. Ai vai implantar o banco. Ai começa a chamar comerciante, chamar moradores. Por isso que até hoje está meio capenga né? Não dava pra ter começado como a gente fez com todo mundo já mostrando o banco. Era pra mostrar o que é economia solidária, finanças solidárias e depois o banco. E começar a fazer reuniões de fato com as lideranças sem ter noção e tal. Aqui, a gente já fez tudo com a comunidade. Aqui só aconteceu porque aqui a gente encampou de cara. Mas se acontecesse naquele período e a comunidade dissesse não, ou outra instituição dissesse que a gente que quer gerir o banco... nada contra, mas hoje quem gera o banco, mais que o Centro [CPCC], é a igreja missão representado por Enoque (coordenador do Banco). Tanto que ele é coordenador do banco. Ou seja: a igreja missão que tem mais gerencia no banco do que o CPCC, vamos dizer assim. Isso poderia ter gerado um conflito, porque não se tinha essa noção de quem de fato poderia gerir.

Esta visão foi se desenvolvendo a partir das formações dadas pelas incubadoras e por promover o acesso das lideranças locais e participantes de outras experiências presentes no país, a exemplo do Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, espaços, onde se discutem os diversos aspectos que envolvem os bancos comunitários, suas dificuldades e perspectivas.

A INCUBES acredita que a metodologia utilizada seguiu as diretrizes estabelecidas pelo Instituto Palmas, uma vez que todos os passos foram discutidos e implementados em comum acordo com os envolvidos na comunidade. A ITES estipulou, como metodologia da execução da política pública de apoio aos Bancos Comunitários, a necessidade de 10 a 12 encontros para formar a comunidade e inaugurar um banco comunitário. Em cada encontro são realizadas atividades e análises que vão avançando ma medida em que a comunidade vai se apropriando dos conhecimentos necessários para o passo seguinte. No São Rafael não foi diferente e, segundo as duas incubadoras que acompanharam o processo, a comunidade estava pronta para a implantação do banco.

No São Rafael, nos sentimos confortáveis em trabalhar o banco lá, porque as pessoas entendiam um pouco o que estava sendo proposto e o que estava sendo construído. Eles têm uma clareza do que estão fazendo. Tem uns desafios de natureza prática que precisam ser superados. Tem dificuldade de acesso a recursos, não só eles como quase todos os bancos, mas isso é uma coisa que as parcerias vão ajudando contribuindo. Eles devem contar muito com a experiência da INCUBES pra construir isso. (ITES).

Outros envolvidos, quando convidados a refletir sobre a implantação do banco na comunidade São Rafael, dizem que não mudariam nada na forma como ocorreu. Porém, com o amadurecimento da experiência, percebem a importância de um banco comunitário em sua

comunidade e de sua participação no processo e comentam que poderiam ter participado mais ativamente desde o início.

Ainda sobre a construção da ideia do banco, uma liderança da comunidade avaliou que a inauguração foi precipitada, pois faltou mobilização e mais empenho por parte das lideranças locais que estavam conduzindo o processo de implantação do banco.

[...] da inauguração eu não concordei não. Eu acho que deveria primeiro ter a base. A comunidade tem padaria, rádio, doceria, mas não é organizada para receber o banco. A história da moeda da comunidade, botar um nome e tudo isso não foi amarrado como deveria ter sido. Quando organizava alguma coisa, vinha mais gente de fora que da comunidade. (L3).

A implementação de um banco comunitário é um movimento dialógico, um processo democraticamente construído onde críticas e reflexões sobre todo o processo são fruto do crescimento do grupo, da apropriação da metodologia e organização de seus próprios arranjos institucionais para o desenvolvimento local. Tais reflexões devem fortalecer a gestão social comunitária.

5.3 O Processo de gestão social comunitária e estrutura organizacional do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico

A gestão do BCD Jardim Botânico e da Moeda Orquídea é atribuição da comunidade, com o apoio das organizações da sociedade civil e da universidade. A compreensão desse processo de gestão visa possibilitar e envolver a participação dos moradores e suas organizações coletivas, seja como parte do Conselho Gestor, seja como cliente do Banco ou usuário da Moeda Social. A comunidade é também chamada a participar na aprovação dos créditos concedidos pelo banco, principalmente através do aval solidário ou de vizinhança. A gestão democrática pelos sujeitos comunitários se baseia na discussão, na participação e no controle comunitário, e envolve a avaliação e decisão pelos seus componentes no planejamento das suas estruturas e processos.

A inclusão e igualdade participativa no processo decisório gera autonomia e o empoderamento que dão sustentabilidade às experiências do BCDs. Neste processo, os sujeitos adquirem capacidade crítica e discursiva, pensam e discutem sua realidade e se apropriam do instrumento Banco Comunitário, podendo gerar processos mais efetivos de emancipação comunitária.

No caso da comunidade São Rafael, este processo vem possibilitando a identificação de habilidades e conhecimentos socialmente construídos no processo coletivo que a comunidade vem realizando, apesar das dificuldades, idas e vindas que a experiência vivencia. Tal apropriação dos conhecimentos pelos sujeitos envolvidos é fundamental para a continuidade das ações e a consolidação de um projeto de desenvolvimento local.

O Banco Comunitário tem uma estrutura organizacional diferenciada que materializa o princípio da gestão comunitária. A existência prévia de uma organização local com legitimidade na comunidade contribui para a formação de um Conselho Gestor que pense e coloque em prática as ações do Banco e firme parcerias em prol do fortalecimento das iniciativas locais. Na comunidade São Rafael, o CPCC é a entidade organizativa da comunidade que assume a responsabilidade pelas ações do banco Jardim Botânico e pode ser considerado um dos principais protagonistas das ações realizadas na comunidade.

Outro ponto importante é a existência de grupos produtivos locais e de empreendimentos econômicos solidários que reconheçam seu papel no desenvolvimento local e apoiem o banco. Nesse caso, a existência da Padaria Comunitária e da Rádio fornece uma rede preliminar de empreendimentos que sustentam a proposta e as ações do banco na comunidade. Além disso, a construção social da padaria e da rádio comunitárias resultou na formação de um conjunto de atores sociais em economia solidária que confere ao território uma base social consistente na discussão das ações que envolvem o projeto do Banco Comunitário.

Conforme detalha o Instituto Palmas, o banco comunitário é de propriedade da comunidade, gerido por uma organização comunitária, através da instituição de um Conselho Gestor Local que efetiva suas ações e políticas. Esse conselho deve ser constituído por representantes de diversas organizações/associações/instituições da sociedade civil, formais ou informais, presentes no território. No planejamento do Banco Comunitário, são definidas as entidades e instituições que devem compor o conselho local e suas atribuições (INSTITUTO PALMAS, 2013).

Na gestão democrática, a comunidade ocupa diversos papéis igualmente importantes para o funcionamento do banco. Melo Neto e Magalhães (2010) identificam papéis internos e externos à gestão do banco que podem variar conforme a complexidade do trabalho. Estas atribuições vão desde agentes de crédito e participação no conselho gestor até consulta à vizinhança. No quadro a seguir disponibilizamos os cargos e funções internas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Quadro 5: Cargo e funções internas dos BCDs

Cargo	Função
Agente de crédito ou analista de crédito	Atendimento ao público; cadastro dos moradores; visita de acompanhamento; cobrança; fechamento de contrato e liberação do crédito.
Auxiliar administrativo ou caixa	Atendimento no correspondente bancário; organização de documentos, cadastro de clientes que pleiteiam o crédito, pagamento de contas e participação na análise de crédito.
Gestor financeiro ou Gerente de crédito	Controle administrativo financeiro, acompanhamento das contas bancárias, prestação de contas, controle da circulação da moeda social, coordenação dos agentes de crédito e do auxiliar administrativo.
Comitê de análise / Avaliação de crédito	Analisa as solicitações de crédito, a partir da necessidade do usuário, bem como as possibilidades do BCD e das demandas do território. Pode agir como entidade deliberativa no caso de decisões mais urgentes referentes ao dia a dia das atividades do BCD.

Fonte: Adaptado de PASSOS (2008), apud FRANÇA FILHO (2012).

Todas as funções são igualmente importantes no funcionamento de um BCD e demais ações que se configuram em mudanças sociais no território. O esforço de fortalecimento dessas ações deve ser coletivo durante todas as fases, desde a concepção da ideia à implantação e ao fortalecimento dos empreendimentos.

Inicialmente, a falta de maturidade na gestão gerou insegurança por parte de alguns membros, onde as decisões tomadas eram acompanhadas pela INCUBES que dava suporte e indicava caminhos que o banco poderia seguir. A assessoria da Incubes e a prática da tecnologia social proporcionaram à comunidade conhecimento sobre as ações do banco e como geri-lo, conquistando sua autonomia e adquirindo segurança na tomada de decisões na busca de parcerias, na definição de estratégias e na gestão do banco visando apoiar processos de desenvolvimento local.

Neste sentido, percebemos que Banco Comunitário é um espaço de experimentação e aprendizagem que se efetiva no desenvolvimento de suas ações, na construção coletiva, na superação de desafios e nas práticas que mudam a percepção do indivíduo do seu papel como cidadão, podendo modificar a sua visão da própria comunidade, suas organizações e perspectivas de futuro.

A gestão do BCD configura-se assim uma gestão social, uma vez baseada na decisão coletiva, dialógica, com transparência nas relações e nos processos, cujo objetivo é emancipar os sujeitos e alcançar objetivos sociais, onde os participantes estão presentes de alguma forma

na gestão (CANÇADO, 2011). A comunidade gera o banco a partir das instituições que fazem parte do conselho gestor, e os demais moradores participam nas ações do banco e no aval solidário (MELO NETO e MAGALHÃES, 2006).

O conselho gestor é formado por instituições locais e lideranças que garantem a representatividade da comunidade nas decisões e gestão coletiva do banco por um conjunto de pessoas que buscam mobilizar e envolver mais moradores. No quadro a seguir expomos o conselho gestor do Banco Jardim Botânico e as instituições envolvidas, conforme Ata disponibilizada pelo banco Jardim Botânico.

Quadro 6 : Componentes do conselho gestor do banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico.

CONSELHO GESTOR	
Nome	Instituição que representa
José Marcos de Souza Vieira	Ig. Do Nazareno
Enoque Raulino da Silva	Ig. Ass. De Deus Missão.
Daniel Pereira dos Santos	CPCC
Katiucha Maria da Cunha	Associação dos Moradores
Clélio Paredes de Paci	Representante dos Moradores
CONSELHO DE AVALIAÇÃO DE CRÉDITO	
Nome	Instituição que representa
Flávio Gomes de Pontes	Agente de Crédito
Natália Martins de Souza	Agente de Crédito
Daniel Pereira dos Santos	CPCC
José Ailton Domingos	Representante dos Comerciantes

Fonte: Ata reunião implantação do Banco Jardim Botânico em Junho 2013

Recentemente, o Conselho Gestor do Banco Comunitário Jardim Botânico decidiu ampliar a composição do Conselho a partir de agosto de 2014 através da inclusão de alguns parceiros da comunidade, como: ESSOR, INCUBES, Projeto Catadores/UEPB, que passarão a ter assento nas reuniões do Conselho Gestor. Tal iniciativa surgiu a partir do reconhecimento de que era necessário valorizar os parceiros da comunidade, aproximando-os da gestão do banco e, com isso, tentar dinamizar o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o Banco passa a funcionar como um espaço de articulação das políticas e ações realizadas na comunidade, como uma agência de integração das ações de promoção do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Sobre o processo coletivo de tomada de decisões no banco comunitário Jardim Botânico especialmente quanto à natureza da democracia exercida na sua gestão, um

integrante do banco informou que a gestão do banco é uma construção coletiva mais que democrática, pois: “em uma democracia a maioria tem vez. Aqui no banco é mais que democracia. Aqui todo mundo tem vez! Se existem três pessoas, duas concordam com algo e uma não, dialogamos e entramos num consenso. Se um não concorda, não fazemos”. (IB3)

O Conselho Gestor discute, planeja e decide coletivamente aspectos relacionados à coordenação administrativa e financeira, horário de funcionamento do banco e aspectos mais práticos e instrumentos do desenvolvimento local como: definição de linhas de crédito, busca de parcerias, controle da moeda social através de processos gerenciais que vão se construindo de acordo com a necessidade.

As linhas de crédito são definidas de acordo com as demandas dos moradores para itens de consumo como remédio, gás e alimentos que podem ser de até O\$ 100,00 (Cem Orquídeas). Para produção ainda não foi feito nenhum empréstimo, embora exista linha de crédito.

O controle da moeda social é feito em planilha, onde a numeração de série das moedas é anotada à medida que saem do banco. De acordo com as informações fornecidas pelo banco Jardim Botânico, existem 1.351 cédulas de vários valores em circulação²⁴, o que equivale em moeda oficial a R\$ 2.941,00 (dois mil novecentos e quarenta e um reais).

Quadro7: Quantidade e valor da moeda social Orquídea em circulação (Valores do dia 03/09/014).

Cédulas em circulação O\$	Quantidade de cédulas em circulação	Valor em circulação
O\$ 0,50	500 cédulas	O\$ 250,00
O\$ 1,00	375 cédulas	O\$ 375,00
O\$ 2,00	263 cédulas	O\$ 526,00
O\$ 5,00	68 cédulas	O\$ 340,00
O\$ 10,00	145 cédulas	O\$ 1.450,00
Total	1.351 cédulas	O\$ 2.941,00

Fonte: Elaboração própria. (Valores fornecidos pelo Banco Jardim Botânico em 03/09/2014)

Apesar de o valor em circulação expresso na tabela ser R\$ 2,941,00 (dois mil novecentos e quarenta e um reais), o fundo do banco em 03/09/2014 era de R\$ 900,00

²⁴ Consideramos cédulas em circulação as cédulas que circulam no comércio local, cédulas em mãos de colecionadores e visitantes que levam a moeda como lembrança da experiência.

(novecentos reais) em caixa, e ainda R\$ 400,00 (quatrocentos reias) que compõem as linhas de crédito e estão nas mãos de moradores em forma de empréstimo. O restante do valor foi utilizado para pagamento de despesas da sede do CPCC. Isso demonstra certa fragilidade na gestão dos recursos do banco, já que o montante de moeda social em circulação deve refletir o valor em caixa. Os integrantes do banco entendem que muitas moedas foram compradas por colecionadores ou pessoas que visitam o banco e adquirem orquídea como lembrança da experiência, e que estas moedas não voltarão à comunidade. No entanto, não existe um controle preciso desta informação.

Um dos grandes problemas para a gestão apontada por integrantes do banco é a questão financeira. Como o recurso existente no Banco Comunitário não é suficiente para o cumprimento de todas as despesas, utilizam os recursos de duas bolsas disponibilizadas pelo Banco Cidadão (Pref. de João Pessoa), sendo uma utilizada para o pagamento da sede e a outra dividida entre dois agentes de crédito. O que vem sustentando as ações do Banco Comunitário nesse período inicial é a partilha dos recursos que membros da comunidade recebem pela participação em projetos sociais na comunidade.

É importante mencionar que essa disposição pela divisão coletiva dos recursos recebidos pelos membros da comunidade que participam da gestão do Banco Comunitário possui o sentido profundo que a cooperação e solidariedade possuem nessas organizações comunitárias genuínas. Dividir os poucos recursos que recebem sinaliza para um distanciamento relativamente aos valores individualistas predominantes, e nessa busca pelo bem-estar coletivo apontam para construção de novas relações sociais, coletivistas e igualitaristas.

Uma discussão que vem norteando as reuniões do conselho gestor diz respeito às dificuldades encontradas para a instalação do correspondente bancário. O primeiro e mais difícil obstáculo é a conquista do alvará do imóvel onde o banco está instalado. Em comunidades vulneráveis, os imóveis geralmente não possuem documentação por se tratar de ocupações. Sem o registro, não conseguem o alvará que é exigido no processo de credenciamento junto à Caixa Econômica Federal para a autorização do funcionamento de um correspondente bancário na comunidade junto ao Banco Comunitário. Outra exigência é a qualificação técnica dos responsáveis pelo banco, exigida pelo Banco Central, já solucionada pela capacitação realizada pela ITES/UFBA e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, resultando na certificação de representantes do Banco.

Outro ponto muito discutido pelos gestores do banco são os incentivos à criação de uma rede produtiva local, o que vem se fortalecendo enquanto prioridade para o próximo

período. Neste sentido, o mapeamento já realizado deve ser retomado para que se faça uma caracterização atualizada da comunidade, com uma análise espacial da produção e do consumo no território, identificando os comerciantes, prestadores de serviço, produtores, as necessidades e os potenciais existentes. Trata-se de dar início à construção de uma rede local de produtores e consumidores baseada na solidariedade, na ética, nas pessoas da comunidade e seus saberes. Dimensões importantes que regem toda a gestão e serviços que o banco oferece, além de abrir espaço para o surgimento de novas lideranças.

Vale ressaltar a importância da formação da rede de prossumidores para que os processos de desenvolvimento ganhem novos contornos na comunidade, assim como a formação permanente dos sujeitos envolvidos, a formação contínua de novas lideranças para a gestão coletiva, democrática e compartilhada (FRANÇA FILHO, 2008). Quanto a isso, uma liderança da comunidade assim compreende a importância de outras pessoas terem acesso a trabalhar no banco: “o conhecimento tem que ser dividido. Outras pessoas devem ter acesso ao banco e ao que ele oferece em termos de saberes.” (L1).

Ao mesmo tempo, destacamos a necessidade das formações realizadas junto aos moradores da comunidade, tendo em vista a conquista da confiança através do diálogo, da comunicação fluída, da discussão das propostas de interesse coletivo e para resolução dos problemas.

O aspecto político e da disputa do poder também é visualizado na comunidade, onde existem grupos que disputam a Associação de Moradores, cuja eleição está prevista para novembro de 2014. A existência de oposições faz parte do processo democrático, e o papel dos grupos oposicionistas é importante para os debates políticos e o diálogo público sobre os projetos em andamento na comunidade. Aliado a isto, existem moradores ligados ao grupo oposicionista que são contrários ao banco e às lideranças do CPCC, o que pode ser um dos elementos de resistência a uma maior participação de moradores nas ações do banco.

Perguntado sobre a participação da comunidade na gestão do banco e como isto acontece, IB2 informa que :

A gestão social comunitária acontece. Quem gera o banco é a comunidade, representada pelo CPCC e outras instituições. Não é toda a comunidade. É um grupo de 8 pessoas que fundaram o CPCC. Se não tivessem feito isto não existiria isto aqui não. Não dá para esperar mobilizar toda a comunidade. A Associação é a maior instituição da comunidade. Sem os grupos que se mobilizam não haveria mudanças. Ser comunitário não significa que vai atender 100% das necessidades atuais de todas as pessoas nem que 100% da comunidade participe. (IB 2).

A participação da comunidade vem aumentando em função da visibilidade que o Banco vem conquistando em razão de suas ações e pelas reportagens sobre a experiência em rede nacional e local, além das estratégias desenvolvidas pelo Banco junto aos moradores, como a realização de sorteios de planos odontológicos para quem comprar com moeda social, e outros projetos tratados na seção a seguir. Muitas pessoas ainda não se envolvem, segundo integrante do banco, por estarem desacreditadas de tudo e não terem esperança de melhorias, algo que deve ser desconstruído ao longo do processo.

O CPCC e seus componentes, possuem liderança legítima, reconhecida pelos demais moradores, sendo vistos como pessoas honestas e éticas que agem coletivamente. Este grupo que está à frente do processo pode ser considerado uma comunidade de prática no sentido tratado por Kimble e Hildreeth (2004). Nessa medida, configura-se um grupo engajado nas ações em prol dos valores coletivos através da prática social de troca de saberes entre os sujeitos, que constroem coletivamente novos conhecimentos e a própria realidade. As lideranças da comunidade estão engajados em movimentos de economia solidária em nível nacional, estadual e municipal, espaços de luta, discussão e aprendizado.

5.4 O Banco Comunitário Jardim Botânico como impulsionador do desenvolvimento socioeconômico local sustentável

Embora o nome “banco” caracterize inicialmente apenas serviços e incentivos financeiros, o BCD incorpora também mecanismos não financeiros, tratados ao longo do estudo, que constituem uma reconfiguração das relações econômicas e sociais. Muito além de mera prestação de serviços, a atuação do Banco Comunitário pressupõe e exige uma nova forma de gestão, de compartilhamento do poder de decisão, de participação da população local nas ações que abrangem os diversos setores da sociedade.

O BCD é constituído por vários sujeitos envolvidos por uma parceria e está incumbido de animar e mobilizar a comunidade para o debate em torno do projeto de desenvolvimento do território. Na verdade, serve como facilitador da organização territorial e requer múltiplas competências.

De uma forma geral, muitos são os limites e desafios para os BCDs no Brasil. A maior parte das experiências possui menos de 5 anos e estão numa condição de grande instabilidade. Atualmente, os BCDs não possuem um marco regulatório que reconheça as experiências e ofereça melhores condições para sua estruturação, um setor que regulamente, controle e

fomento. Neste sentido o marco regulatório precisa ser prioridade da política de economia solidária.

Outros problemas se apresentam como desdobramento da falta de um marco regulatório, como, por exemplo, a falta de acesso a financiamentos a fundo perdido ou políticas direcionadas para este tipo de empreendimento pelo BNDES. A questão financeira é um entrave, na medida em que existe a necessidade do pagamento de despesas para o funcionamento do banco. Na realidade, os bancos vivem na dependência de editais que custeiem algumas despesas para seu funcionamento.

Além dos limites comuns a todos os bancos, o Banco Jardim Botânico possui outros que lhe são específicos, como o limite físico de ser uma comunidade muito pequena com curto circuito econômico com poucas iniciativas econômicas e solidárias. A segurança dos participantes do banco é outra preocupação, por ser uma comunidade com elevada vulnerabilidade. Além disso, existe o desafio da burocracia e o processo legal que envolve a instalação de um correspondente bancário, como já foi citado. E por fim a dificuldade de mobilizar fundo de crédito, sendo escassos os recursos para manutenção e pagamento de despesas correntes.

Outro desafio é a dificuldade de engajar a comunidade no projeto e aceitar a moeda social, o que requer a conquista da confiança dos moradores, principalmente pela cultura assistencialista que era traço marcante da relação do poder público com a comunidade, conforme apontado por (IB2):

O desafio é mostrar para a comunidade que isto que agente tá fazendo aqui não é assistencialismo. Estamos buscando uma melhoria da sociedade, mas só vamos conseguir com a participação do povo, e o povo não é só um grupo não. Que bom que tem um grupo que não vão deixar a chama morrer . (IB2).

Os desafios são conhecidos pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que se configura em importante espaço de articulação, debate e visualização das experiências e discussão de novos instrumentos de gestão. Estas questões são discutidas localmente e em espaços públicos de diálogo com o governo e outras instituições na busca de reconhecimento e melhorias.

Mesmo com algumas dificuldades, o Banco Comunitário Jardim Botânico articula parcerias que ajudam na promoção de ações e projetos para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, incentivando e fortalecendo o protagonismo social e o envolvimento dos indivíduos no processo econômico em prol do desenvolvimento local. A experiência do Banco Comunitário valoriza a inclusão socioeconômica e financeira, a participação e o

controle social, o desenvolvimento das capacidades locais, inclusive amplifica o desempenho institucional das organizações comunitárias.

As ações e os processos do BCDJB valorizam não só a questão econômica, mas a interação social, a aprendizagem coletiva que pode modificar a realidade da comunidade e a ação reflexiva pelos moradores sobre os processos de desenvolvimento. Os sujeitos locais passam a atuar diretamente na gestão de uma organização que visa ao desenvolvimento comunitário, daí a necessidade do fortalecimento da coletividade local e da formação de lideranças para a condução de seus projetos próprios de desenvolvimento.

Neste processo, os agentes sociais percebem sua importância no desenvolvimento da comunidade e se enxergam como sujeitos econômicos e geradores de mudanças. Assim, adquirem capacidade crítica e discursiva, pensam e discutem sua realidade. O processo participativo permite a apropriação do instrumento Banco Comunitário e pode ensejar processos mais efetivos de emancipação comunitária.

Nessa medida, percebemos que a definição da SENAES de empreendimento econômico solidário não é suficiente para definir BCD, já que o banco fortalece outros empreendimentos existentes na comunidade, além de dar condições a projetos e ações que possam se desenvolver e gerar riqueza para o território. Algo muito claro para os que estão à frente do Banco Jardim Botânico, principalmente após conhecerem outras experiências, conforme relata IB2.

O banco comunitário funciona como instituição financeira, mas funciona muito além de uma instituição financeira. As ações que acontecem é que fazem a diferença. A gente conheceu o banco do Espírito Santo, que não trabalha com empréstimo nem correspondente bancário, tem moeda e sede e eles trocam material reciclado. O morador com material reciclado pesa e paga em moeda social. Ele tem convênio com mercado que o morador vai comprar. Isso é subsidiar. Tem projetos como a gente têm, o ponto de cultura. Agora eles injetam a fundo perdido no banco, que vai dar o lastro para a moeda social. Eles geram renda de outra forma.

As ações e projetos vão de acordo com as necessidades coletivas, não são como pacotes fechados aplicáveis da mesma forma em todas as comunidades. Cabe a cada comunidade definir as ações que potencializem o desenvolvimento local. Um ponto positivo na visão da ITES/UFBA é o Banco Jardim Botânico diversificar os serviços, inovar em parcerias como serviços odontológicos e advocatícios.

O BCDJB oferece serviços financeiros solidários e serviços de organização local, conforme discriminados em quadro a seguir:

Quadro 8: Serviços financeiros solidários oferecidos pelo banco Jardim Botânico

Serviços Financeiros Solidários	O que é oferecido pelo Banco Jardim Botânico
Microcrédito solidário	Linhas de crédito para consumo em moeda social Linha de crédito para produção em moeda social e em moeda nacional.
Moeda social circulante local	Moeda Orquídea
Serviço de Correspondente Bancário	Processo em andamento
Outros serviços Financeiros	Ainda não definidos
Acesso aos serviços financeiros	Se dá de forma inclusiva, sem burocracia

Fonte: Elaboração própria

Quadro 9: Serviços de organização local desempenhados pelo Banco Comunitário Jardim Botânico

Serviços Solidários da Organização Local	Serviços desenvolvidos pelo Banco Jardim Botânico
Formação e capacitação	Formação para os Agentes de Crédito e Gestores do Banco, pela ITES/UFBA e INCUBES/UFPB. Formação para crianças em economia solidária e finanças solidárias, desenvolvida pelo parceiro INCUBES Formação junto aos comerciantes, em planejamento pela INCUBES Cursos de educação financeira, em planejamento pela INCUBES
Assessoria técnica aos empreendimentos locais	Ainda em processo de estruturação e discussão com INCUBES, sendo realizado apenas com a Padaria.
Fomento e animação de fóruns locais	Participação no Fórum Brasileiro e paraibano de economia solidária A Articulação das políticas públicas no plano territorial
Fomento de redes locais de Economia solidária	Realização de feiras e bazar Fortalecimento da padaria e incentivo à criação de outros empreendimentos solidários. Rede solidária local
Fortalecimento sociocultural e econômico da localidade	A partir da formação social e profissional, tendo como eixo a Economia Solidária Projeto Banco de Empregos Convênios com Dentalcenter e Escritório de Advocacia

Fonte: Elaboração própria

Os serviços solidários oferecidos são fruto de parcerias com instituições externas à comunidade, que capacitam moradores proporcionando oportunidades, agregando

competências e uma participação comunitária mais efetiva, procurando incentivar cadeias produtivas locais, criar conexões entre os produtores prestadores de serviço e consumidores.

Podemos listar, além da circulação da moeda social, outras ações e projetos realizados com parceiros que estão sendo desenvolvidos na comunidade São Rafael, e que vêm animando as organizações envolvidas no Projeto do Banco Comunitário Jardim Botânico, cabendo destacar:

1. Projeto mobilização, inclusão e formação de catadores/as de materiais recicláveis da cidade de João Pessoa: uma experiência desenvolvida pela Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, beneficiando uma média de 600 catadores da capital do Estado, incluindo os 18 catadores cadastrados na comunidade São Rafael em parceria com o CPCC, Banco Comunitário Jardim Botânico, com o objetivo de combater problemas cotidianos vivenciados pelos catadores. Os recursos deste projeto, provenientes da SENAES/MTE, vão passar pelo Banco Comunitário, que vai gerir tanto a parte financeira quanto os equipamentos que serão destinados à comunidade.
2. Projeto Quintais Solidários: começou suas ações com a compra de cabras e galinhas que ficaram aos cuidados de famílias da comunidade São Rafael. Após a procriação, os filhotes serão entregues a outras famílias, gerando uma cadeia solidária. Este projeto é uma gestão compartilhada entre o Centro Popular de Cultura e Comunicação, a Igreja Assembleia de Deus Missão e o Banco Comunitário Jardim Botânico. A intenção é encontrar financiamento, junto à Secretaria de Trabalho e Renda do município através do Banco Cidadão, para o financiamento dos quintais, que hoje requerem em torno de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais). Um integrante do Banco avalia que não se trata de política assistencialista. As famílias serão cadastradas, irão montar o quintal, que consiste em galinheiro, chiqueiro e horta, e pagarão ao Banco Comunitário com o que o quintal produzir: ovos, leite, hortaliças. Para tanto está sendo montado o quintal-escola, onde as famílias serão capacitadas pela Universidade Federal da Paraíba, Campus de Bananeiras, que doará os insumos, e o IFPB entrará com o curso sobre quintais produtivos. Segundo Ib, “vamos agregar às ações parte teórica e prática. Vamos fazer o bolsa trabalho”.

3. Projeto Balcão de Formação e Emprego Itinerante: programa de inserção profissional realizado em parceria com a ESSOR Brasil, que desenvolve um espaço de qualificação, orientação e encaminhamento profissional, captação e divulgação de vagas e cursos profissionalizantes.
4. Fortalecimento da Padaria Comunitária: CPCC, Banco Jardim Botânico e INCUBES/UFPB vêm atuando para o funcionamento de uma padaria na comunidade através da compra de equipamentos e assessoria de gestão da Padaria. Além de pães para lanche, fabricam bolos que serão vendidos no comércio local e na lanchonete Ecolanche, que a INCUBES gerencia na Central de Aulas da UFPB.
5. Projeto do Banco de Alimentos Comunitário: realizado em conjunto com o Mesa Brasil do SENAC e Banco de Alimentos da Prefeitura de João Pessoa, que repassam alimentos para serem distribuídos na comunidade. Funciona com o recolhimento em alguns supermercados da capital, onde serão selecionados alimentos bons para consumo humano, e o excedente será destinado à alimentação dos animais do Projeto Quintais Produtivos.
6. Projeto Redes Sociais: é um projeto desenvolvido pelo Mesa Brasil²⁵ com as instituições que recebem as doações, promovendo diálogo e troca de experiências sobre as atividades desenvolvidas.
7. Realização de cursos de informática na comunidade São Rafael, através do CPCC, a partir do Ponto de Cultura implementado na Comunidade.

As ações desenvolvidas com a ajuda dos parceiros já estão proporcionando mudanças na comunidade, muito embora sejam ainda embrionárias e de difícil percepção, mas que alteram as relações econômicas e sociais. O depoimento de um morador do São Rafael, por exemplo, nos informa que não chama mais o lugar onde mora de favela. Segundo ele: “faz parte de uma comunidade unida que se organiza para se ajudar e crescer. E ai de quem disser que isso aqui é uma favela!”. (U2)

²⁵ É uma rede nacional de Bancos de Alimentos contra a fome e o desperdício. Seu objetivo é contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza, em uma perspectiva de inclusão social. Trata-se essencialmente de um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, baseado em ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, mas que ainda podem ser consumidos. (acesso em 20 de agosto de 2014 <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/omesabrasil.html>)

Em uma das formações sobre economia solidária e finanças solidárias e territorialidade, promovidas pela INCUBES e BCDJB com as crianças assistidas pela EBE, uma das atividades desenvolvidas pedia às crianças uma descrição da comunidade onde moravam, uma espécie de mapeamento feito por elas. Para algumas crianças, a comunidade não tinha nada, porque era uma área muito pobre. Convidados a pensar sobre o que existia ali, listaram os estabelecimentos comerciais, escolas, igrejas, praça e outros equipamentos existentes na comunidade. Ao final da atividade perceberam pontos positivos, coisas boas que a comunidade possui e passaram a ter outra visão de si mesmos, da comunidade em que vivem e de como melhorá-la. Várias ideias surgiram desta formação, como: reformar coletivamente o jardim da comunidade; conversar com os amigos sobre não jogar lixo no Rio Jaguaribe; utilizar mais a moeda social. Trata-se de uma possibilidade de valorizar o que existe na comunidade e pensar soluções para os problemas existentes. Como percebemos na fala de Liderança local: “aqui dentro tem tanta coisa que nem toda comunidade grande tem!”. Esta nova visão do lugar em que vivem traz um sentimento de identidade e pertencimento importantes para a construção da consciência de cidadania.

Neste sentido, percebemos o desenvolvimento das liberdades tratados por Sen (2006) a partir dos eixos de ação de um banco comunitário, que abordamos no capítulo anterior. Vale destacar que estamos tratando de pessoas vulneráveis social e economicamente, até então ignoradas pelo poder público, como se não fizessem parte da cidade, onde algumas poucas ações estatais não dão liberdade para mostrar as potencialidades locais. Entendemos que o BCD possui o potencial de resgatar as liberdades importantes para o desenvolvimento social, possibilitando autonomia e inclusão, amplificando as dimensões econômica, social e política da comunidade.

Quando falamos em mais autonomia, falamos em liberdade, independência. Estamos nos referindo a sair da sombra, do esquecimento, e tomar em suas mãos o poder de mudar a realidade, ter vez e voz. O BCD desenvolve as dimensões econômica, social e política através dos seus eixos de atuação, e possibilita o acesso a algumas liberdades e oportunidades que se apresentam quando as pessoas experimentarem coisas novas, processos e espaços que geram autonomia e mudanças significativas de ver sua realidade e o mundo.

Ampliar o sentimento de liberdade significa ter acesso a espaços maiores que proporcionam a possibilidade de escolher. Escolher é um dos fundamentos democráticos, ter alternativas, poder decidir, entender que esta decisão pode significar o desenvolvimento da localidade. Constitui liberdade, ter a noção de quanto gasta e quanto pode gastar, escolher

pagar as contas dentro ou fora da comunidade, escolher participar ou não, discordar ou não, e entender a importância disto.

O BCDJB desenvolve as liberdades através de suas ações na comunidade, como:

- **A disponibilidade financeira gera a inclusão socioeconômica e financeira**

Através de linhas de crédito oferecidas para consumo e produção, no caso do Banco Comunitário Jardim Botânico, já foram realizados mais de 10 empréstimos para consumo. As linhas de crédito oferecidas pelo banco fazem diferença para os que não têm acesso ao sistema financeiro tradicional, como podemos perceber na fala de um usuário dos serviços que o banco oferece:

“Eu fiz um empréstimo, renovei, paguei, renovei novamente... é uma ajuda muito bacana para o pessoal da comunidade, porque às vezes a gente tá apertado e aquilo vem como uma ajuda quase que instantânea assim, né?” (U1).

“A ideia do empréstimo é excelente por causa dos juros que não tem, fica como um tipo de adiantamento de salário. Fico feliz em poder contar com isso se precisar. Já renovei varias vezes” (U2).

Percebemos que a avaliação de crédito inclusiva traz melhoria da autoestima dos usuários. Ao se sentirem merecedores do crédito, percebem-se incluídos financeiramente, algo a que em outro tipo de instituição financeira não teriam acesso com facilidade. Os que usaram o serviço do Banco Jardim Botânico parecem seguros e confiantes em poder contar com algum amparo nas horas difíceis.

Os serviços solidários oferecidos, além de ajudar os moradores que precisam de empréstimo, reorganizam as finanças locais na medida em que congregam produção e consumo, dinamizando a economia local com bazares, fundo de crédito, moeda social, feiras produtores locais etc.

- **A Participação e controle social geram cidadania e liberdade política**

“O BCD é gerido coletivamente, de maneira que a mobilização dos sujeitos é de extrema importância pra o fortalecimento das ações. O banco tem um papel importante e nós estamos buscando com isso integrar ainda mais as pessoas.” (IB3).

Essa integração mobiliza pessoas e fortalece a organização local, incentivando a participação comunitária e outras iniciativas em prol do desenvolvimento local, da emancipação e da participação dos sujeitos na gestão do território. Entendemos que quando as

pessoas se tornam conhedoras dos seus direitos, empoderam-se e transformam sua realidade.

- **Desenvolvimento das capacidades locais gera oportunidade social**

O desenvolvimento das capacidades existentes na comunidade passa pela mobilização dos saberes e a construção de novos conhecimentos coletivos. Isso vem sendo realizado através de formações, programas de qualificação social e profissional, atividades de intercâmbio e troca de experiências, além da própria vivência do banco e da moeda social na comunidade. Os demais projetos, como o Balcão de Empregos e os Quintais Solidários, procuram mobilizar as capacidades locais para a geração de trabalho e renda, configurando-se novas oportunidades para os moradores. “As pessoas que não tem conhecimento ficam presas fáceis, se acomodam e não enxergam mudanças. Precisam se apropriar dos saberes, oportunidades. O banco está proporcionando isso através de cursos e formações.”

Além de cursos e formações, está sendo discutida a integração de pessoas e a articulação de uma rede local. O banco tem como meta até o final de 2015 construir um empreendimento com as costureiras da comunidade.

- **Desempenho institucional gera garantia e transparência**

A instituição gestora responsável pela mobilização dos atores internos e externos da comunidade, para possuir e manter a confiança da comunidade precisa exercer o diálogo e a comunicação constante com todos os moradores envolvidos na ação, exercitando a capacidade dialógica necessária para a gestão social dos recursos, com processos transparentes, buscando a unidade interna em torno dos projetos e ações pretendidas. No caso do Banco Jardim Botânico, o CPCC vem apresentando tais características e capacidades, construídas na sua história comunitária de mais de 10 anos, com legitimidade junto aos moradores. No último período, o CPCC vem se fortalecendo e ampliando a sua capacidade de elaboração de projetos, articulação de ações com o poder público e parceiros privados, galvanizando ações de desenvolvimento local e solidário.

5.5 Algumas transformações proporcionadas pelo Banco Comunitário

Conforme relatam os moradores, antes da implantação do Banco a comunidade São Rafael era geralmente relacionada a situações de violência e criminalidade. Atualmente, a comunidade é vista como modelo na região, sendo tema de várias reportagens na mídia local e nacional, rádio e TV. O Banco tornou a comunidade visível aos olhos da cidade e do poder público. Com esta visibilidade, a quantidade de parcerias aumentou substancialmente, porque todos percebem o potencial da comunidade e do banco comunitário: “a quantidade de parceiros quase que triplicou. O banco trouxe parceiros que só com a rádio e a padaria a gente não conseguia” (L2).

Vale mencionar que as pessoas que conhecem o banco comunitário ou dele pelo menos ouviram falar acham que o mesmo trará benefícios para comunidade. Mesmo sem conhecerem os reais benefícios de um banco comunitário, veem de forma positiva e sentem-se valorizados por terem um banco na comunidade: “um banco comunitário aqui é uma bênção. Nem todo bairro tem e nós temos o privilégio de ter.”(C 2).

O interesse da comunidade aumenta à medida que as ações estão acontecendo em prol da comunidade, a partir das quais percebem mudanças expressivas: “mudança percebo principalmente com a chegada do projeto balcão de emprego. Fica mais movimentado, o povo está mais interessado em saber do banco comunitário, o interesse do pessoal da comunidade está bem maior agora” (Liderança 02). Trata-se de um processo que amplia o sentimento de pertença à comunidade, rompendo com o estigma que geralmente acompanha os bairros da periferia das regiões metropolitanas. A visibilidade do Banco Comunitário como uma experiência da comunidade é incorporada pelos moradores como a superação das condições de precariedade do território, possibilitando novas perspectivas de futuro.

Perguntados como imaginam a comunidade São Rafael no futuro, diversas foram as respostas, mas todas com sentido geralmente positivo. O banco é visto como algo em crescimento que trará as oportunidades a que a comunidade nunca teve acesso.

Acredito que o banco vai crescer, com mais propostas, ajudando mais ainda a comunidade, abrangendo não só as questões de empréstimos, mas também a questão de pagamento, coisas que facilitem a vida das pessoas que moram aqui. (USB 2).

No futuro eu creio que vou estar vendendo muito mais e pagando minha água, minha luz, minhas contas... ai vai crescer e eu não vou precisar sair pra pagar fora e enfrentar fila e ai estou pertinho de casa. (C 2).

Em todas as respostas ficou evidente o grau de identidade de cada morador e o sentimento de pertencimento à comunidade. A perspectiva de desenvolvimento visualizada por cada entrevistado se coloca no plano do palpável, a ser conquistada com a continuidade dos projetos em ações que vêm se condensando no território. Nenhum dos pesquisados mencionou o desejo de sair da comunidade para morar em outro lugar, e todos vislumbraram dias melhores com mais liberdade, mais dignidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pudemos perceber das experiências em andamento no Brasil, é que os bancos comunitários funcionam como uma espécie de Agência de Desenvolvimento Comunitário de abrangência territorial local. Inicialmente, desponta como um processo de fortalecimento da economia local através da moeda social, e o banco comunitário amplia essa estratégia possibilitando o acesso ao crédito às comunidades geralmente excluídas do sistema financeiro. Nesse caso, os bancos comunitários contribuem de imediato para a superação dessa característica que aprisiona as iniciativas econômicas da periferia das grandes cidades àquelas formas precárias existentes no circuito inferior da economia, conforme definiu Milton Santos.

A inclusão financeira e a prestação de serviços financeiros ganham novos contornos na medida em que, com o fortalecimento das organizações comunitárias, os bancos comunitários ampliam a capacidade de diálogo e articulação da comunidade, amplificando a capacidade de mobilização e gestão de recursos e projetos voltados para o desenvolvimento do território.

Essa possibilidade foi inicialmente percebida através da experiência do Banco Palmas, em Fortaleza/CE, que é referência no Brasil e no mundo para esse campo de práticas. De fato, uma das características comuns dos Bancos Comunitários existentes no Brasil, e da Rede de Bancos Comunitários, é essa capacidade que despertam na comunidade para a mobilização e articulação de novas ações e projetos, através de parcerias construídas com o poder público e instituições da sociedade civil.

Outra característica importante dessas experiências é o fato de serem efetivamente construídas pelas próprias comunidades, suas organizações e lideranças, a partir de uma perspectiva socialmente orientada. Trata-se de uma pré-condição para a consolidação do Banco Comunitário, isto é, sua efetividade pressupõe que a gestão dessas iniciativas aconteça de forma coletiva, autogestionária, com suas instâncias deliberativas baseadas, tanto quanto possível, na democracia direta.

No decorrer do processo de implantação do banco comunitário, as lideranças e moradores envolvidos mais diretamente na sua construção buscam superar a ausência de conhecimentos sobre a gestão financeira e o próprio funcionamento do banco através de formações, capacitações, troca de experiências, diálogos sobre a prática cotidiana, configurando um processo de capacitação permanente dos seus membros, que visam assim apreender e dominar os processos técnicos e políticos exigidos pela experiência. É nítido, nesse sentido, o desejo da comunidade de participar das viagens para conhecer experiências

de bancos comunitários, participar dos encontros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizar cursos de qualificação e capacitação. Há uma sede de saber e transformar esses conhecimentos na organização comunitária para o desenvolvimento.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, nas suas experiências cotidianas de construção e reconstrução, acabam conformando um espaço público de articulação, discussão e acolhimento de ideias para a resolução de problemas locais visando ao bem comum. Neste tipo de organização, não se percebe a hierarquização, pois a comunidade ocupa diversos papéis igualmente importantes ao funcionamento do banco. Mesmo sendo necessário que uma organização comunitária tome a frente das ações, mobilize e assuma a coordenação da implantação do banco comunitário, isso se realiza mediante o apoio de instituições que incentivam e fortalecem as potencialidades organizativas já existentes na comunidade, ao mesmo tempo que dotam essas organizações endógenas de novas capacidades que as mantêm como protagonistas desses processos de desenvolvimento.

No processo recente, os bancos comunitários têm surgido contando com o apoio de instituições universitárias e da sociedade civil, que acompanham e assessoram as organizações comunitárias nesse papel de Agência de Desenvolvimento Local que visa à construção social de uma nova realidade. Cabe destacar aqui a importância do apoio das Incubadoras Universitárias, que acompanham esses processos, contribuem para a mobilização de recursos, formam novos quadros técnicos e políticos para a atuação em processos de desenvolvimento local solidários, e aprendem nesse processo através da construção de novos conhecimentos. Parece-nos que se trata de ações de extensão universitária genuínas, que articulam ensino, pesquisa e ação comunitária visando à resolução de problemas sociais concretos, apontando inclusive para uma nova forma de relação universidade e sociedade.

Sendo recente, o fenômeno dos bancos comunitários ainda não se efetivou enquanto estratégia governamental para o enfrentamento à miséria e promoção do desenvolvimento em comunidades da periferia urbana. Em que pese o reconhecimento internacional do Banco Palmas, e sua importância para o movimento da economia solidária no Brasil, apenas a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE tem realizado esforços para apoiar a ampliação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Dois editais já foram lançados em apoio aos Bancos Comunitários existentes e para a criação de novos, embora ainda com recursos insuficientes para consolidar essa estratégia e apoiar materialmente a estruturação dessas experiências, todavia sem dúvida importantes para a estruturação de campo já bastante amplo e rico de experiências de finanças solidárias no Brasil.

No caso da comunidade São Rafael, o Banco Comunitário vem possibilitando a identificação de habilidades e conhecimentos socialmente construídos no processo coletivo que a comunidade vem realizando, o que é fundamental para a continuidade das ações e a consolidação de um projeto de desenvolvimento local. O entendimento e a aceitação pelos moradores da ideia de criação de um banco na comunidade e o reconhecimento da moeda social como meio de pagamento são fundamentais para a estruturação de uma rede solidária que irá assumir a gestão de ações para o desenvolvimento local.

Importantes neste processo são as características que promovem a autonomia e o empoderamento da experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico, como a gestão comunitária do próprio banco e da moeda social, a troca e a geração de conhecimentos a partir da interação social, fortalecendo o tecido social, suas organizações e lideranças.

No caso em estudo, embora nem toda a comunidade esteja já efetivamente envolvida nas ações do Banco Jardim Botânico, pudemos perceber que os moradores já ouviram falar da experiência, mas ainda não entendem completamente como funciona, nem identificam de que maneira pode resultar em desenvolvimento local. Talvez esse seja um dos desafios para a próxima fase do Banco, que é fortalecer as ações do Conselho Gestor e dos Agentes de Crédito nas suas relações cotidianas com os comerciantes e moradores, explicando a razão de ser de um banco comunitário, da moeda social e demais ações para o desenvolvimento.

O desenvolvimento promovido pelo Banco Comunitário Jardim Botânico na comunidade São Rafael articula o social, o econômico, o político e o cultural, na medida em que confere maior consistência às ações das associações comunitárias, promove a organização das atividades econômicas locais, apoia as iniciativas de produção, comercialização e consumo no bairro, realiza novas parcerias e projetos com órgãos governamentais, desenvolve atividades de capacitação e formação para seus moradores, entre inúmeras outras ações e atividades que passam a fazer parte do cotidiano da comunidade.

A circulação da moeda social ainda é incipiente, mas já permite ao morador analisar seus próprios gastos, o poder de seu consumo e da produção local para o desenvolvimento, bem como possibilita ao comerciante local o aumento do faturamento e o reinvestimento em seu comércio com uma inserção maior no circuito dos negócios. Salientamos que isto não se configura em grande acumulação, já que dependem totalmente do mercado local. A preocupação não está diretamente ligada ao aumento de lucros, e sim em melhoria da condição de vida e subsistência.

Por ser uma experiência recente, com pouco mais de um ano de funcionamento, e ainda sem contar com o instrumento do correspondente bancário, tão esperado por alguns

moradores, o Banco Comunitário Jardim Botânico tem permitido a articulação de varias ações e projetos para a comunidade, como um ponto de cultura, os quintais solidários, o balcão de empregos e ações que buscam a inclusão social, econômica e política dos seus moradores. Tais ações não seriam possíveis sem o amparo de parceiros que colaboram com valores monetários, em forma de bolsas para os agentes de crédito, brindes para sorteios, formações, assessoria, dentre outras formas de apoio.

Ao mesmo tempo, a própria existência do Banco Comunitário já repercute na maior visibilidade para a comunidade, seus problemas e organizações. Além das reportagens de televisões e rádios locais e nacionais, a própria academia tem se interessado pela experiência, o que resulta em trabalhos de conclusão de curso e dissertações sobre o tema. Para os moradores, essa ampliação do interesse pela comunidade é percebida como algo positivo e até como motivo de orgulho, e por isso estão sempre disponíveis para prestar depoimentos e explicar seus pontos de vista sobre o processo que vivenciam.

As fragilidades identificadas nesse trabalho são reconhecidas pelos atores que constroem a experiência do Banco Comunitário Jardim Botânico, como a fragilidade financeira, a necessidade de um maior envolvimento dos moradores, a diversificação dos serviços prestados pelo Banco à comunidade etc. Entendemos que tais dificuldades são superadas no processo de efetivação do banco, à medida que novos projetos e programas de formação e capacitação forem sendo realizadas. A própria atividade que vem sendo desenvolvida com as crianças do bairro já aponta para a construção de novas relações e atores no médio prazo, no sentido de ampliar a compreensão e o envolvimento dos moradores no projeto do Banco Comunitário.

São conhecidas também as fortalezas e a potencialidade da comunidade, sua capacidade de organização e trabalho coletivo.

No decorrer da pesquisa, quando participamos das reuniões e ações do banco Jardim Botânico, percebemos na comunidade a disposição, confiança e vontade de fazer a experiência dar certo. Nas interações sociais do grupo que gestiona as ações na comunidade se percebe o respeito entre os diversos componentes, de diferentes gerações, com o cuidado para que todos se sintam participantes nas decisões. Existe a divisão de tarefas, e embora alguns fiquem mais sobrecarregados que outros, todos têm o seu papel e se sentem parte do todo, e se orgulham do que construíram até aqui. Esse orgulho pode ser percebido no depoimento seguinte, de um integrante do Banco: “chego aqui no banco e fico olhando e pensando: eu sou sócio desse negócio! É nosso! O que a gente conseguiu construir coletivamente, e não foi fácil não, está sendo de luta, mas tá bom e vai ficar melhor.” (IB1)

Seus integrantes se orgulham das conquistas e vislumbram para o futuro o aumento e fortalecimento das ações do banco, com o incentivo à criação de redes produtivas que proporcionarão processos de inclusão e desenvolvimento local, resultado de uma construção histórica de busca pela autonomia econômica, social e política.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ABRAMOVAY, Ricardo. “Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo” In: **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p.17-56. 2003.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 19-38.

ALBUQUERQUE, Francisco – “Desarrollo económico local y descentralización en América Latina”. **Revista de la CEPAL**, nº82, p. 157-171, abril 2004.

ALVES, G. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo Ed., 2000.

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao trabalho**. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.) **Economia solidária e Educação de Jovens e adultos**. Brasília DF: INEP, 2005. p. 31-40.

BORGES Thelma Pontes; PACIFICO Filho, Miguel. Gestão Social, Autogestão e Pesquisa Participativa: Interfaces Teóricas. In: **Territórios em Movimento: Caminhos e Descaminhos da Gestão Social e Ambiental**. 2013.

BRASIL. SENAES/M.T.E. **Política Nacional de Economia Solidária. Termo de referência**. Brasília DF, 2013.

BRAUDEL Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1985.

BRENNAND, E. Gusmão de Góes MEDEIROS, José Washington de Moraes. **Dialogando com Jürgen Habermas**, João Pessoa: UFPB/ Ed. Universitária, João Pessoa, 2006.

CABANNES, Yves. **Onde está o dinheiro?**. Porto Alegre, Dacasa Ed., 2001.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social.** 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CANÇADO, A. C. ET al. Gestão social: conhecimento e produção científica nos ENAPEGs 2007-2010. **Revista Administração Pública e Gestão Social - APGS**, v. 3, n.2 p.1-23, abril/junho/2011.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto Pereira. Gestão Social: por onde anda o conceito? In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo. **Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios.** Viçosa: UFV, 2010. 350 p.

CANÇADO, Airton Cardoso. A construção da autogestão em empreendimento da economia solidária: Uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: **Gestão Social: práticas em debate teorias em construção.** Fortaleza: UFC/Impressão universitária, 2008. p 97-113.

_____, Airton Cardoso. Gestão Social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social.** Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

CANO, W. Celso Furtado. **A questão regional e a agricultura itinerante no Brasil.** Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/cano2.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2014.

CATTANI, A.D.(Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHESNAY, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Franklin Dias. Finanças solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 153-164.

COSTA, Adriano Borges. Banco dos Cocais uma experiência inovadora de bancos comunitários. In MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano (Org.). **Novos Paradigmas de produção e consumo:** experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, 2010a. p. 249-292.

CROTTY, Michael. **The Foundations of social Research – meaning and perspective in the research process.** London: Sage Publications, 1998.

DOBB, M. **A evolução do Capitalismo.** 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica:** Alternativas de gestão social. São Paulo, 2007. Disponível em <http://dowbor.org>. acesso em : 02 de março de 2014

FARIA, Mauricio Sardá de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária:** avatares do trabalho e do capital. 2010. (Tese doutorado em sociologia política). UFSC. 2010. Florianópolis.

FISCHER Tânia. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**. v. 12, n. 1, p. 113-120, jan-abr 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como expressão de finanças solidárias**: por uma abordagem da inclusão financeira. SENAES M.T.E, Brasilia, 2012.

_____. SCHOMMER Paula. Gestão Social e aprendizagem em comunidades de prática; interações conceituais e possíveis decorrências em processos de Formação. In: **Gestão Social: práticas em debate teorias em construção**. Fortaleza: UFC/Impr. universitária, 2008. p 62-83.

_____. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos Comunitários. In: **Gestão Social: práticas em debate teorias em construção**. Fortaleza: Impr. universitária, 2008. P 115-126.

_____. Definindo Gestão Social. In: **Gestão Social: práticas em debate teorias em construção**. Fortaleza: Impr. universitária, 2008. P 27-35

_____. LAVILLE J. L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004

_____. SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Bancos comunitários de desenvolvimento, In: CAttani, Laville, Gaiger e Hespanha (Orgs), **Dicionário internacional da outra economia**. Editora Almedina, Coimbra – São APulo, 2009, p.31-36.

FREIRE Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 186p.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

GAIGER, L.I. , Eficiência sistêmica. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre; Veraz Editores/UNITRABALHO. 2003. p 125-129.

_____. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 417p.

GARCIA, Daniel Bruno. A contextualização teórica de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. FCLAr-Unesp. In: **Revista Temas de Administração pública**, v.4, n. 07, 2012. Edição Especial.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo v. 35, n. 2, p. 57 - 63; n.3, p. 20 - 29; n.4, p. 65 - 71 mar/ag.1995.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398 p. (Biblioteca Tempo Universitário, 76).

HABERMAS, J. Política Deliberativa - Um conceito procedural de Democracia. In: **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1997. Tomo 2, p. 09 a 56.

HARVEY, D. **Condições pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

INSTITUTO PALMAS. **Cartilha para multiplicadores na metodologia de bancos comunitários** – material pedagógico de apoio. Fortaleza, 2011.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p.19-33, jan/fev/mar. 2005.

KIMBLE, C; HILDRETH,P.M. **Communities of Practice**: Going One Step Too Far? In: ASSOCIATION INFORMATION AND MANAGEMENT (AIM), 9th, May 2004, Evry (France). Proceedings 9^{eme} colloque de l'AIM, 2004. Disponível em http://www.aim2004.int-evry.fr/pdf/Aim04_Kimble_Hildreth.pdf. Acesso em 10 de março de 2014.

LAVILLE, Jean-Louis. Com Masse Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. IN: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira. **A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília DF: Paralelo, 2004. P. 42-57.

LECHAT, Noele, Economia moral. Um bom conceito para pensar economia solidária? In: **Revista de ciências sociais**, Porto Alegre: Unisinos, n. 159, 2003.

LIMA, Jamille da Silva Lima. **A apropriação dos conceitos de desenvolvimento territorial, capital social e economia solidária pelos coletivos organizados no território do sisal**. Porto Alegre: 2010.

LUCENA. Sarah Araújo de. **A implantação de um Banco comunitário de desenvolvimento**: Um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário.2013. 192 f. Dissertação (Mestrado – MPGOA - UFPB) João Pessoa: 2013.

MACDONALD, José Brendan. A autogestão enquanto modo de produção e algo mais. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José 11

Francisco (Orgs.). **Economia solidária e autogestão:** ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005, p.42-59

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Referência para a Gestão social dos territórios rurais. Brasília, Série Documentos SDT, n°3, 2005, 32p.

MARX, K. **O Capital.** 3. Ed., São Paulo: Nova cultural, v. 1,1989.

BRASIL. MTE. SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil.** Brasília, DF, 2006, 2013.

MATTOS, Alice Helena Girwood, **Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimentos da Bahia:** Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional. 2010, Dissertação (Mestrado Administração) UFBA, Salvador, 238 f.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Banco Comunitário e Cooperativa de crédito** – uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão, 2005.

_____. **Bairros Pobres, ricas soluções** – Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão, 2008.

_____. **Bancos comunitários de desenvolvimento** – uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza; Instituto Palmas, 2006.

_____. **O poder do circulante local** - a moeda social no conjunto Palmeira. Fortaleza: Instituto Palmas, 2005.

MENEZES, Melissa M; CROCCO, Marco A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia & Sociedade**, v. 18, n. 2 (36), pp. 371-398, agosto de 2009.

MENEZES, Melissa Silva. **Sistemas de moeda local:** uma investigação sobre seus potenciais como alternativa a exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. 2007. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e planejamento regional). UFMG.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável.** Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis. Ed. UFSC, 2001.

USP– NESOL, Instituto Palmas. **Banco Palmas 15 anos:** resistindo e inovando.- São Paulo: A9 Editora, 2013 v.1 180 p.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.47-48, maio/ago. 2002.

OTTERLOO, A. et al. Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: [S. n.], 2009.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária: conceito e características dos bancos comunitários.** In: Encontro de estudos Organizacionais (ENEO) DA ANPAD, 5, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2008.

PAULINO, Antonio George Lopes, **Economia Solidária como projeto cultural e político.** experiência do Banco Palmas. 2008. 313 f. Tese (Doutorado Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

POLANYI, Karl., **A grande transformação:** As origens de nossa época. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, 348 f.

RAZETO, Luis Migliaro. **Las Donaciones y La economía de Solidariedad y Mercado Democrático.** Santiago: Ediciones PET,1994.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário:** serviços financeiros solidários em rede. Fortaleza: 2006.

RIBEIRO, Carine Pereira. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado:** Influencia no debate sobre a questão regional brasileira. Florianópolis: UFSC, 2010.

ROSCHER, Guy . **Sociologia Geral**, Lisboa, Presença,1971.

RUTKOWSKI, J.; LIANZA,S. **Sustentabilidade de Empreendimentos Solidários: que papel espera-se da Tecnologia?**. In: Brasil, FINEP; PETROBRAS. (Org.). **Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2004. p. 167-186.

SACK, Robert David. Human territoriality: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTANA, Clarissa Almeida. **Bancos Comunitários de desenvolvimento e apoio a promoção do desenvolvimento local:** o caso do banco ilhamar. 2011. Dissertação (Mestrado administração). UFBA Salvador.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Almir Cléydison Joaquim da et al. Desenvolvimento Territorial e Indicadores Sociais: um estudo do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: MOBILIDADES E DESENVOLVIMENTO, 4., 2014, Montes Claros-MG. **Anais eletrônicos ...** Montes Claros: UNIMONTES, 2014. Disponível em:

<http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT06/06_GT_06.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial:** Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. In: VI CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, Salvador: ISTR y CIAGS/UFBA,2007.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Relatório final da pesquisa avaliação do projeto de apoio à organização de bancos comunitários**, abril-2006. 29 f. Salvador – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2006. Disponível em <http://www.liegs.ufc.br/biblioteca>. Acesso em 23 de novembro de 2013.

SILVA, Francisco de Assis. **Sobre o fetichismo do capital em Karl Marx**. Salvador: s.n, 2011. 105 p.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 123 p.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores/UNITRABALHO, 2003. p.116-125.

_____. Clubes de Trueque y economía solidária. **Revista Trueque**, Buenos Aires: Trueque, v. 2, n. 3, p. 39-40, dez.1999.

_____. O Banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In USP/NESOL, Instituto Palmas. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9 Ed., 2013. p. 35-39.

_____. Crescimento econômico e distribuição espacial da população. **Revista de Economia Política**, vol.2-3 (7), SP, jul/set. 1982

SOARES, Cláudia L. B. Moeda Social. IN: CATTANI, Antonio D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. 1. Ed Coimbra: Edições Almeida, 2009. P 255-259.

SOUZA, André Rua de et al. **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004

TENÓRIO, F. G. (Org). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, 632 p.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí - RS, v. 3, p. 101-124, 2005.

_____. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v.32, n.5, set/out, p.7-23. 1998.

_____. Gestão Social: uma réplica. In: RIGO, Ariadne Scalfoni ET al; **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

- _____. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008. 172 p. 2000.
- _____. Revisitando o Conceito de Gestão Social. **Definindo Gestão Social**. In: **Gestão Social: práticas em debate teorias em construção**. Org. Jeová Torres Silva Junior, et al. Fortaleza: Impressão universitária, 2008. P39-55.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007. p. 109-112.
- UFPB – INCUBES. **Programa Fortalecimento da Incubadora de Empreendimentos Solidários** – INCUBES com a ampliação das ações de geração de trabalho e renda e desenvolvimento comunitário. João Pessoa, 2011. (Projeto PROEXT 2011-2012).
- UFBA – ITES. **Projeto Básico Rede Nordeste de bancos comunitários de desenvolvimento**. Salvador, 2010.(Edital de Chamada pública de Parceria SENAES/TEM n. 03/2010.
- WENGER, E., **Communities of practice. Learning meaning and identity**. New York: Cambridge University Press, 1998.
- YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2002.



ANEXOS

ANEXO A - Foto fachada Banco Comunitário Jardim Botânico

Fonte: CPCC 2014



Fonte: CPCC 2014

ANEXO B - Reunião Conselho Gestor do Banco Comunitário Jardim Botânico



Fonte: CPCC 2014



Fonte: CPCC 2014

ANEXO C - Rádio Comunitária



Fonte: CPCC 2014



Fonte: CPCC 2014

ANEXO D - Padaria Comunitária



Fonte: INCUBES 2014

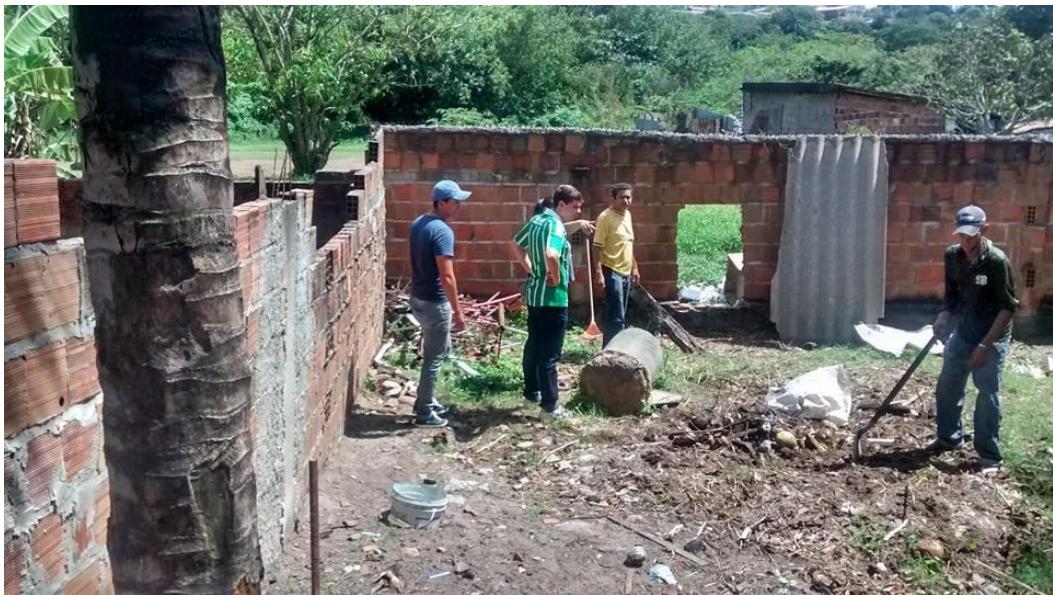


Fonte: INCUBES 2014

ANEXO E - Projeto Quintais Solidários



Fonte: CPCC 2014



Fonte: CPCC 2014

ANEXO F - Formação das crianças: Economia Solidária, Finanças Solidárias e territorialidade



Fonte: INCUBES 2014



Fonte: INCUBES 2014

ANEXO G - Projeto Balcão de Formação e Emprego



Fonte: CPCC 2014



Fonte: CPCC 2014

ANEXO H - Roteiro das Entrevistas

Assessoria do Banco INCUBES/ ITES

- 1) Como vê a comunidade São Rafael e sua capacidade de construção coletiva?
- 2) Como foi a construção da proposta de um banco na comunidade?
- 3) Como foi a participação da comunidade nesse processo?
- 4) Quais elementos favorecem a criação do Banco?
- 5) Como avalia a situação do BJB?
- 6) O que esperar?
- 7) Quais os desafios da metodologia de BCD?
- 8) Quais as dificuldades encontradas?
- 9) Como se dá a apropriação da comunidade desta metodologia?
- 10) Qual a importância da liderança comunitária na criação dos BCDs?
- 11) Os principais desafios do processo : criação e manutenção de um BCD?
- 12) Qual o maior desafio dos BCDs hoje ?
- 13) Qual o tipo de assessoria é feita?
- 14) Qual é o papel e como você avalia a atuação das instituições parceiras das construção do BCD?

Integrantes do Banco e Lideranças Locais

- 1) História do entrevistado
- 2) Você sabe o que é economia solidária ?
- 3) Existem empreendimentos solidários da comunidade? Quais?
- 4) Como acontece a gestão do banco?
- 5) Como você entende a democracia?
- 6) Como vê a comunidade e sua capacidade de construção coletiva?
- 7) Como vê o processo de participação da comunidade nos projetos realizados pelo banco?
- 8) Quem participa ? como participa?
- 9) Quais os parceiros do banco JB?
- 10) quais são as oportunidades para o desenvolvimento da comunidade?
- 11) Como foi a construção da proposta de um banco na comunidade?
- 12) O que você faria diferente nesse processo de construção do BCD?
- 13) Qual a participação da comunidade nesse processo?

- 14) Como tem sido a experiência com a Moeda Social?
- 15) O Banco incentiva a construção de redes e cadeias produtivas?
- 16) Quais as mudanças percebidas na comunidade ?
- 17) Como você imagina a comunidade no futuro?

Usuário do Banco

- 1) Quanto tempo mora na comunidade?
- 2) Sabe o que é economia solidária?
- 3) Vc conhece o BCDJB? Já ouviu falar?
- 6) Conhece as ações promovidas pelo banco? Participa?
- 7) Conhece a moeda social orquídea?
- 8) Vc percebeu alguma mudança na comunidade desde que o banco foi inaugurado?
- 9) Como você imagina a comunidade no futuro?
- 10) Já utilizou algum serviço do banco? Qual? O que achou?

Comerciantes

- 1) Quanto tempo mora na comunidade?
- 2) Sabe o que é economia solidária?
- 3) A comunidade participa nos projetos realizados pelo Banco?
- 5) Vc conhece o BCDJB? Já ouviu falar?
- 6) Conhece as ações promovidas pelo banco? Participa?
- 7) Conhece a moeda social orquídea? Recebe em seu estabelecimento?
- 8) Se não recebe por quê?
- 9) Se recebe moeda percebeu algum benefício em seu comércio?
- 10) Vc percebeu alguma mudança na comunidade desde que o banco foi inaugurado?
- 11) Como você imagina a comunidade no futuro?

ANEXO I - Folder CPCC

PARCERIAS



CENTRO POPULAR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
RUA ARQUIVISTA JONATHAS CARECAS
Nº 512, CEP: 58050-705
COMUNIDADE SÃO RAFAEL
CASTELO BRANCO III
JOÃO PESSOA - PARAÍBA
FONES: (83) 8873-9289 / 8854-8148
Portal de voz: 3209-2123
Site: www.cpcc.webnode.com.br
Email: cpcc.org.br@gmail.com



O Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) foi fundado em 17 de Agosto de 2005, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada na Comunidade São Rafael, bairro do Castelo Branco III, João Pessoa, Estado da Paraíba. Para alcançar seus objetivos, tem como finalidade principal, o desenvolvimento cultural popular comunitário e sua região, buscando a qualidade de vida para as pessoas, nas diversas faixas etárias, para tal observara a legislação vigente e atuará através das seguintes ações:

- I - promoção da assistência social para todas as faixas etárias, que inclui a proteção à família, à criança, o adolescente, à velhice, à saúde, à educação e a integração ao mercado ocupacional;
- II - promoção da cultura, do lazer, do esporte e da preservação e defesa do meio ambiente;
- III - promoção do voluntariado e dos direitos já estabelecidos e construção de novos direitos, através de assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- IV - estudo e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e veiculação de informações, conhecimentos e entretenimentos, através dos serviços de radiodifusão e TV comunitária;
- V - elaboração e execução de diversos projetos de formação e aperfeiçoamento de mão de obra, para atuar na geração de emprego e renda.



Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios da baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo.

Principais Características
A própria comunidade decide criar tornando-se sua gestora, Atua sempre com duas linhas de crédito, Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento do território.

Moedas sociais





A Rádio Comunitária Voz Popular surgiu em 1999, através da atuação da ONG AMAZONA na Comunidade São Rafael e na época era chamada Rádio Fala Garotada em homenagem ao projeto desenvolvido pela AMAZONA, ela atua até hoje como difusora. Em 2005 com a aquisição dos equipamentos de FM Comunitária, criou-se o Conselho Comunitário que é composto por várias entidades existentes na comunidade e através de uma votação aberta a toda comunidade escolheu-se o nome atual da emissora que passou a se chamar Rádio Comunitária Voz Popular, com o jargão "Onde você faz a diferença". Em 2005 criou-se o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) que é a instituição proponente a concessão junto ao Ministério das Telecomunicações para funcionamento da FM Comunitária na Comunidade São Rafael.



Centro Popular de Cultura e Comunicação a partir de 2008 começou a atuar na linha da economia solidária, dando suporte legal a um grupo de produção de panificação dentro da comunidade. O grupo é formado por adolescentes e jovens que pretendem montar uma padaria comunitária, o grupo gera renda para dez famílias diretamente, fazendo com que a comunidade São Rafael tenha uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, onde seus moradores começam a ter uma visão diferente e percebem que não precisam mais sair da comunidade para gerar renda, toda esta visão é seguindo os princípios da economia solidária.

ANEXO J - Folder do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico



BANCO COMUNITÁRIO

A metodologia de Bancos Comunitários está em evidência no Brasil, uma vez que buscam o desenvolvimento local e integrado de comunidade empobrecidas. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) desenvolve, desde 2010, através de entidades de apoio em 4 regiões do país, o Projeto de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários.

QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DO BANCO COMUNITÁRIO JARDIM BOTÂNICO?

A Coordenação e a administração de seus recursos são feitas por uma organização Comunitária (CPCC).

A Comunidade é quem decide desde a criação, Linhas de créditos, taxa de juros, tipo de cobrança e critérios de participação do Banco;

Financiamento a produção e o consumo local, através de linhas de créditos em moeda nacional (real) setor produtivo e o crédito em moeda social setor de consumo;

A concessão e a cobrança do crédito tem como base as relação vizinhança, gerando um controle mais social que econômico;

Apesar dos desempenhamentos (feiras, eventos culturais, etc)

MOEDA SOCIAL

O sistema de Moedas Sociais é o instrumento fundamental para que seja assegurada a estratégia de consumo local. O Banco Comunitário fomenta a produção e consumo, logo, muito mais do que apenas disponibilizar crédito para a comunidade utiliza meios que façam com que a população passe a consumir localmente, fazendo com que a riqueza permaneça na comunidade e assim possa gerar trabalho e renda. Com o uso da moeda social é possível alcançar esse objetivo.

Portanto, a Moeda Social, também chamada de Circulante Local, é uma moeda complementar ao Real (Moeda Nacional - R\$), criada pelos Bancos Comunitários e objetiva fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade.



LINHA DE CRÉDITO
CONSUMO, ALIMENTOS, REMÉDIOS E GÁS

VALOR
Até R\$ 100,00

PARCELAS
Até 4 vezes

JUROS
0% ao mês

TAC
0%

O QUE PRECISA PARA TER ACESSO AO CRÉDITO

- Ser morador da comunidade no mínimo há 1 ano;
- Ser maior de idade;
- Não estar inadimplente (BCDJB);
- Não ter residir na mesma casa inadimplente;
- Não ter crédito em andamento;
- Apresentar todas as informações exigidas pelo BCDJB para justificar o pedido de empréstimo;
- Ter renda familiar.